

RELATÓRIO ANUAL 2015

volume 24





RELATÓRIO ANUAL 2015

BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2015.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Contabilidade e Orçamento
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Prudencial
Departamento de Sistemas de Pagamento

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: (+258) 21354600/359700 Fax: 258-21-321363

C.P. 423

Internet: <http://www.bancomoc.mz>

Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 400 exemplares

ISBN 978-989-8390-07-3

Relatório Anual nº 23 - Maputo

BM/DCO-DEE-DSP-DPG-2015

Demonstrações Financeiras; Situação Macroeconómica;

Sistema Financeiro e Sistema Nacional de Pagamento

Reg Nº 05/GABINFO/DE97

CDU336 (679) 05

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



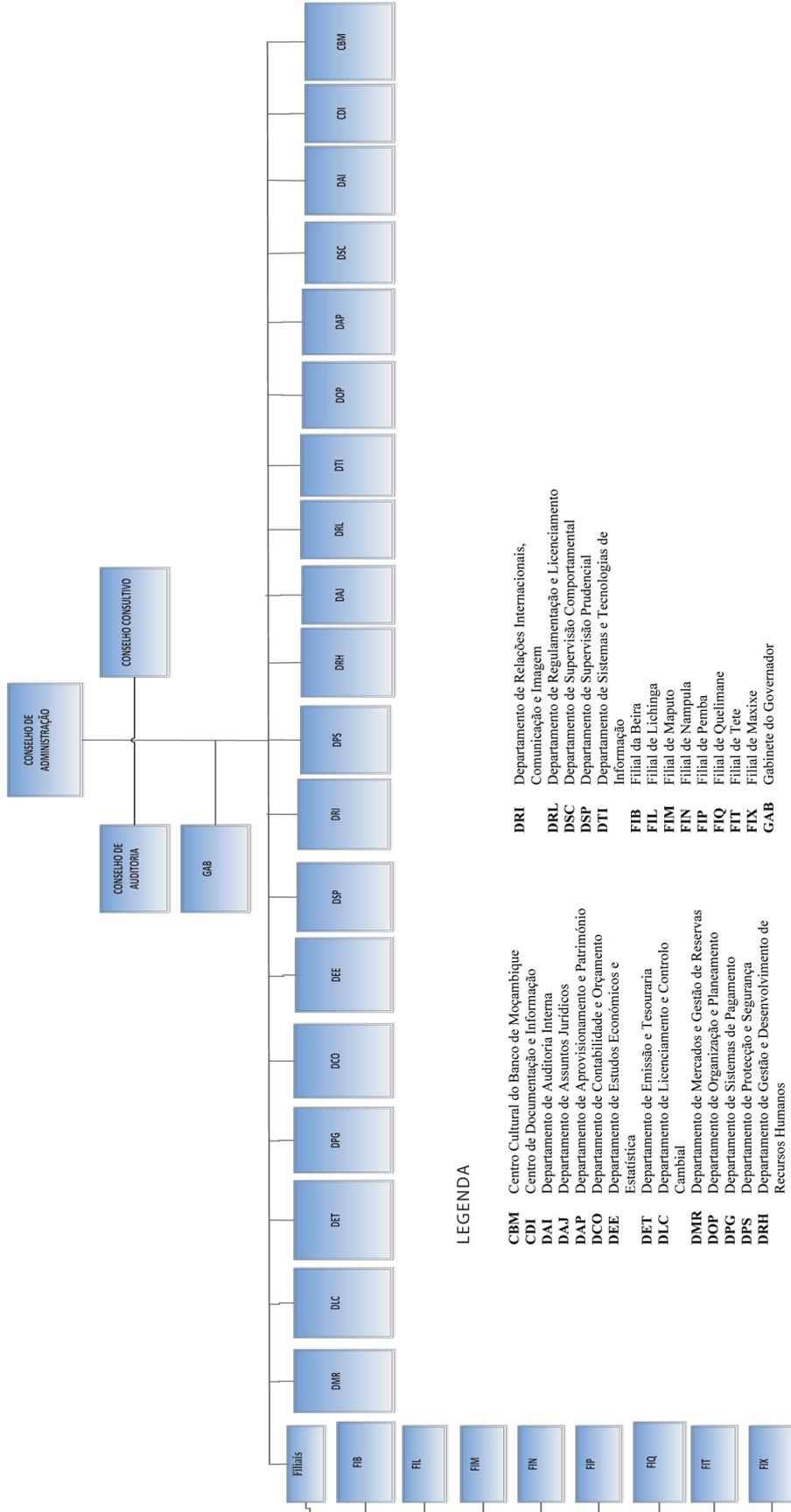
Governador **Ernesto Gouveia Gove** (ao centro)

À ESQUERDA

Vice - Governador **António Pinto de Abreu**
Administrador **Waldemar Fernando de Sousa**
Administrador **Paulo Felisberto Maculuve**

À DIREITA

Administradora **Joana Jacinto David Matsombe**
Administrador **Alberto Sidónio Bila**
Administradora **Gertrudes Adolfo Macueve Tovela**



ÍNDICE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	6
Demonstração de Posição Financeira - Separada e Consolidada	8
Demonstração de Rendimento Integral - Separada e Consolidada	9
Demonstração de Outro Rendimento Integral – Separada e Consolidada	10
Demonstração de Alterações no Capital Próprio – Separada	11
Demonstração de Alterações no Capital Próprio - Consolidada	12
Demonstração de Fluxos de Caixa – Separada e Consolidada	13
Notas às Demonstrações Financeiras	14

2. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

SUMÁRIO	57
1. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	59
1.1. ECONOMIA MUNDIAL EM 2015	59
1.2. SADC	60
1.3. PREÇOS DAS MERCADORIAS	61
2. CONJUNTURA INTERNA	62
2.1. SECTOR REAL	62
2.1.1. Preços	62
2.1.2. Produto Interno Bruto	65
2.2. FINANÇAS PÚBLICAS	68
2.2.1. Programa Orçamental Para 2015	68
2.2.2. Execução do Orçamento em 2015	68
2.3. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	72
2.3.1. Base Monetária (BaM)	72
2.3.2. Mercado Monetário Interbancário (MMI)	73
2.3.3. Taxas de Juro	74
2.3.4. Taxas de Câmbio	76
2.3.5. Massa Monetária	78
2.3.6. Crédito à Economia	81
2.3.7. Indicadores de Aprofundamento Financeiro	83
2.4. SECTOR EXTERNO	84
2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas	84
2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	85
2.5. BALANÇA DE PAGAMENTOS	87
2.5.1. Conta Corrente	88
2.5.2. Fluxos Financeiros	93
2.5.3. Dívida Externa	94

Gráficos

Gráfico 1:	Inflação Anual na Cidade de Maputo (%)	63
Gráfico 2:	Evolução Anual do IPC Moçambique (%)	65
Gráfico 3:	Estrutura do PIB por Sectores (%)	67
Gráfico 4:	Evolução das Receitas Fiscais (em % do PIB)	69
Gráfico 5:	Evolução das Despesas Correntes (em % do PIB)	70
Gráfico 6:	Estrutura do Financiamento do Investimento (%)	71
Gráfico 7:	Fontes de Financiamento do Défice	72
Gráfico 8:	Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário	74
Gráfico 9:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação	75
Gráfico 10:	Variação Anual das Taxas de Câmbio Nominais no MCI	76
Gráfico 11:	Spreads das Taxas de Câmbio	77
Gráfico 12:	Volume de Compras e Vendas do BM no MCI (mio de USD)	77
Gráfico 13:	Volume de Transacções entre os Bancos e o Público	78
Gráfico 14:	Peso dos Depósitos por Titularidade	80
Gráfico 15:	Crédito por Sector de Actividade (Estrutura) – Dezembro 2015	82
Gráfico 16:	Agregados de Moeda e Crédito (em Percentagem do PIB)	83
Gráfico 17:	Reservas Internacionais Líquidas	84
Gráfico 18:	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação Anual).	85
Gráfico 19:	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação da Média Móvel).	86
Gráfico 20:	Conta Corrente (milhões de USD) vs. Conta Corrente/PIB (%)	88
Gráfico 21:	Conta Parcial de Bens (milhões de USD)	89
Gráfico 22:	Conta Parcial de Serviços (milhões de USD)	92
Gráfico 23:	Conta Parcial de Rendimentos Primários	92

Tabelas

Tabela 1:	Evolução do PIB e do IPC em Economias Seleccionada	59
Tabela 2:	Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC	61
Tabela 3:	Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional	62
Tabela 4:	Produtos de maior variação anual (%) – Maputo	64
Tabela 5:	Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo (%)	64
Tabela 6:	Classes de Produtos com maior variação anual de preços (Índice Agregado)	65
Tabela 7:	Dinâmica da Produção Sectorial	66
Tabela 8:	Orçamento do Estado e Execução	68
Tabela 9:	Operações do MMI e Taxas de Juros	73
Tabela 11:	Taxa de Juro a Retalho (%)	75
Tabela 11:	Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10 ⁶ Meticais)	79
Tabela 12:	Principais factores de variação da Massa Monetária (M3)	80
Tabela 13:	Evolução do Crédito à Economia	81
Tabela 16:	Variação da Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)	86
Tabela 15:	Balança de Pagamentos	87
Tabela 16:	Fontes de Financiamento (USD milhões)	93
Tabela 17:	Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (USD)	95

3. SISTEMA FINANCEIRO

1.	Nota Introdutória	101
2.	Sector Bancário em Moçambique	102
2.1.	Evolução do número de Instituições sob Supervisão do Bm	102
2.2.	Contencioso	103
2.3.	Testes de esforço (Stress Test)	104
2.4.	Basileia li	104
2.5.	Supervisão Baseada no Risco	105
3.	Desempenho do Sistema Bancário	106
3.1.	Concentração no Sistema Bancário	106
3.2.	Estrutura Patrimonial	107
3.2.1.	Evolução e Estrutura do Activo	107
3.2.2.	Passivo	111
3.3.	Solvabilidade	114
3.4.	Rendibilidade	116
4.	Mercado de Valores Mobiliarios	123
5.	Supervisão Comportamental	124

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Evolução do Sistema Bancário (Instituições em Actividade)	102
Quadro 2:	Evolução de Agências de Bancos em Funcionamento	103
Quadro 3:	Quotas de Mercado	107
Quadro 4:	Transações no Mercado de Cotações Oficiais	123

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Índice de Herfindhal-Hirschman no Sistema Bancário	106
Gráfico 2:	Evolução do Activo	108
Gráfico 3:	Estrutura do Activo	110
Gráfico 4:	Evolução do Crédito em Moeda Estrangeira e Nacional	110
Gráfico 5:	Estrutura do Passivo Exigível	111
Gráfico 6:	Evolução dos Depósitos a Ordem e a Prazo	112
Gráfico 7:	Estrutura dos Depósitos	113
Gráfico 8:	Estrutura dos Depósitos de Residentes	113
Gráfico 9:	Rácio de Solvabilidade	114
Gráfico 10:	Distribuição das Instituições de Crédito Quanto ao Rácio de Solvabilidade	115
Gráfico 11:	Rácio de Alavancagem (Leverage Ratio)	116
Gráfico 12:	Variação Homóloga dos Resultados e da Margem Financeira	117
Gráfico 13:	Estrutura dos Juros e Proveitos Equiparados	118
Gráfico 14:	Composição da Conta De Resultados	118
Gráfico 15:	Rendibilidade	120
Gráfico 16:	Rendibilidade do Activo (Mínimo, Máximo, Interquartile)	120
Gráfico 17:	Rendibilidade dos Capitais Próprios (Mínimo, Máximo, Interquartile)	121
Gráfico 18:	Estrutura dos Custos Operacionais	122
Gráfico 19:	Rácio de Eficiência (<i>Cost-To-Income Ratio</i>)	122

4. SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTO

1.	Enquadramento	129
2.	Subsistema de Compensação e Liquidação Interbancária	130
3.	Banca Electrónica	132
3.1.	Transacções Electrónicas de Retalho	132
3.2.	Serviços Financeiros Móveis	134
3.3.	Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica	135
4.	Indicadores de Inclusão Financeira	136
5.1.	Acesso Geográfico	136
5.2.	Acesso Demográfico	137
5.	Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado	138
6.	Metical em Tempo Real	138
7.	Projectos em Curso no Âmbito dos Sistemas de Pagamentos	139
7.1.	Projectos em curso de Regulamentação da Banca Electrónica	139
7.2.	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira	139
7.3.	Projecto de Integração do Sistema de Pagamentos a Nível da SADC	140
7.4.	Organização do VII Forum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira em Maputo	140
8.	Perspectivas	141

INDICE DE FIGURA

Figura 1:	Distribuição das ATM e POS por províncias	133
-----------	---	-----

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Documentos Compensados na CEL (Valores em 106 de MT, Volume em 103)	130
Quadro 2:	Rácios de concentração na CEL (%)	131
Quadro 3:	Estrutura das devoluções na CEL por motivos	131
Quadro 4:	Agentes por regiões e por províncias	132
Quadro 5:	Transacções dos serviços de moeda electrónica.	134
Quadro 6:	Contas bancárias e das instituições de moeda electrónica	135
Quadro 7:	Conta Única do Tesouro (valores em MN 10 ⁶ em ME 10 ³ , quantidade em 10 ³)	135

INDICE DE GRAFICOS

Gráfico 1:	Caixas de Pagamento Automático (ATM)	133
Gráfico 2:	Terminais de Pagamento Automático	133
Gráfico 3:	Contas Bancárias	134
Gráfico 4:	Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME	136
Gráfico 5:	Acesso geográfico das ATM e POS	136
Gráfico 6:	Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME	137
Gráfico 7:	Acesso demográfico das ATM e POS	137
Gráfico 8:	Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta	138
Gráfico 9:	Volume das Operações do MTR	139
Gráfico 10:	Valor das Operações do MTR (em mil milhões de meticais)	139



PREFÁCIO

A conjuntura económica e financeira global em 2015 voltou a ser caracterizada por riscos acrescidos. Por um lado, as economias avançadas registaram um crescimento económico mais em linha com as previsões feitas, sustentado pela aceleração do crescimento nos Estados Unidos da América, mas, por outro, há a destacar o abrandamento da actividade económica nas economias de mercados emergentes, a reflectir a desaceleração do crescimento da economia chinesa, a contracção da economia do Brasil e da Rússia, num contexto em que as economias da África Sub-Sahariana também registaram uma desaceleração. A queda do preço do petróleo e de outras matérias-primas no mercado internacional, associada à redução do fluxo de capitais para as economias emergentes de África em particular, provocou uma pressão cambial generalizada nestas economias. Entretanto, as perspectivas do World Economic Outlook para 2016 apontam para uma ligeira melhoria nos factores de risco da conjuntura internacional, em face da esperada recuperação do preço de petróleo.

Em 2015, a economia moçambicana esteve sujeita a diferentes choques, internos e externos, com impacto na actividade económica e no comportamento dos principais indicadores macroeconómicos. A elevada depreciação do Metical, particularmente em relação ao Dólar norte-americano, impactou de forma particular no indicador de inflação, sobretudo na parte final do ano. A flutuação da taxa de câmbio, entre outros factores, esteve associada à conjuntura internacional, marcada pela queda dos preços das mercadorias e pela redução dos fluxos de investimento directo estrangeiro e de ajuda externa, num contexto de fortalecimento do Dólar no mercado internacional, sem descurar o efeito dos choques naturais (cheias e estiagem) e da instabilidade político-militar em algumas regiões do País. No curto prazo, a depreciação do Metical não produziu efeitos esperados no equilíbrio da balança de transacções correntes, visto que a queda das exportações de bens e serviços superou à redução das importações, agravando assim o défice externo do País, num contexto em o serviço de dívida externa incrementou substancialmente, pressionando deste modo o saldo das reservas internacionais líquidas.

Em 2015, a taxa de crescimento real do produto interno bruto abrandou em 80 pontos base, para 6,6%, a reflectir a desaceleração da produção nos ramos da indústria extractiva, construção e dos serviços de restauração e hotelaria, sectores penalizados pelos efeitos negativos de choques internos e externos na produção, enquanto os ramos da agricultura, da indústria transformadora e dos serviços de transportes e comunicação registaram uma aceleração do ritmo de crescimento.

Por seu turno, a inflação, medida pelo índice de preço no consumidor da cidade de Maputo, acelerou para 11,1% (após 1,1% em 2014), em resultado do abrandamento da produção doméstica de produtos alimentares, da tensão político-militar que condicionou a livre circulação de pessoas e bens, do impacto da depreciação do Metical, do incremento dos preços de produtos alimentares importados da África do Sul e do efeito do ajuste dos preços de diversos bens e serviços com preços administrados.

Para fazer face à pressão inflacionária, o Banco de Moçambique alterou, a partir de Setembro de 2015, o ciclo de política monetária, ajustando em alta as taxas de juro das Facilidades Permanentes de Cedência de liquidez (FPC) e de Depósitos (FPD) no Mercado Monetário Interbancário, bem como do coeficiente de reservas obrigatórias, medidas que foram complementadas pelo reforço da persuasão moral e da supervisão prudencial e comportamental das instituições financeiras visando assegurar a adopção de boas práticas. Em 2015, ao nível do Sistema Nacional de Pagamentos (SNP), o ano foi marcado pelo início do processo de consolidação das infra-estruturas de pagamento, pelo reforço do quadro regulamentar atinente ao funcionamento do mesmo, bem como pela promoção da inclusão financeira. Foi, ainda, realizada uma consulta pública sobre a proposta da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, envolvendo diferentes intervenientes do sector financeiro e outras instituições do sector público e privado nacional.

Adicionalmente, os bancos comerciais que operam em Moçambique foram autorizados a iniciar o processo de ligação à SADC Integrated Regional Settlement System (SIRESS), uma plataforma de liquidação financeira em tempo real das transacções transfronteiriças intra-regionais, cujo principal objectivo é de facilitar a realização do comércio e investimento entre os países da região conforme plasmado no protocolo sobre finanças e investimento, assinado pelos chefes de Estado da região.

No que tange à solidez do sistema bancário moçambicano, a informação disponível mostra que o mesmo evidenciou padrões aceitáveis de robustez, traduzidos em níveis adequados de capital espelhados no rácio de solvabilidade que subiu para 17 por cento, tendo a actividade bancária evoluído favoravelmente, com o activo total em base consolidada a crescer 26 por cento, para um total de 458.654,7 milhões de meticais.

No ano em análise, voltamos a realizar exercícios de testes de esforço de solvência das instituições de crédito, tendo os resultados revelado que as mesmas se apresentam adequadamente capitalizadas para suportar choques exógenos, não obstante a concentração do risco de crédito continuar a ser a maior vulnerabilidade, em caso de incumprimento dos maiores mutuários. Adicionalmente, constatou-se a existência de vulnerabilidade associada ao impacto da depreciação da moeda nacional no crédito em incumprimento em moeda estrangeira, sobretudo quando os mutuários não sejam exportadores. Quanto ao nível da liquidez, o sistema encontra-se sólido, havendo, porém, alguns sinais de certa vulnerabilidade em termos de funding liquidity risk, por as fontes de recursos se encontrarem concentradas nos grandes depositantes, o mesmo verificado a nível do risco de liquidez em moeda estrangeira, onde um número substancial de instituições não mostrou possuir activos líquidos robustos para fazerem face às suas obrigações em cenário de crise.

No exercício económico de 2015, as contas do Banco de Moçambique indicam um resultado líquido positivo acima de 4.052,87 milhões de meticais, gerado, essencialmente, por operações financeiras, mormente os ganhos nas vendas de divisas nos mercados cambial e monetário, juros das aplicações em depósitos a prazo e de títulos disponíveis para venda e detidos para negociação.

Em 2015, o Banco de Moçambique comemorou os seus 40 anos de existência e 35 da criação do Metical, a nossa moeda nacional. Neste âmbito foram realizados vários eventos, de carácter cultural, recreativo e desportivo, assim como palestras e simpósios internacionais sobre temas diversos. Salientar que Moçambique hospedou no ano em revista a reunião dos Governadores dos bancos centrais da SADC e da Alliance for Financial Inclusion (AFI).

Aos nossos colaboradores, às instituições financeiras nacionais e internacionais, às instituições académicas, aos órgãos de comunicação social e ao público em geral, endereçamos o reconhecimento do Banco de Moçambique por toda a colaboração demonstrados em 2015.

Ernesto Gouveia Gove

O GOVERNADOR

Artista
Dana Michahelles

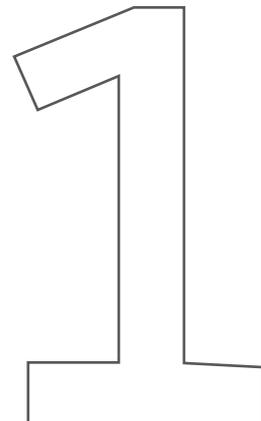


tinta de china sobre papel
68,5 x 68,5 cm
1968

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



tinta de china sobre papel
68 x 68 cm
1968



Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

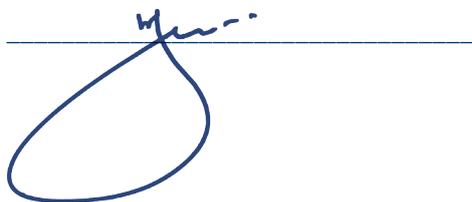
O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique, que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram preparadas em conformidade com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5.

Aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano findo em 31 de Dezembro de 2015 indicadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Junho de 2016 e vão assinadas em seu nome por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Waldemar de Sousa', is written over a horizontal line. Below the line is a large, stylized blue oval shape, likely a stamp or a graphic element.

Waldemar de Sousa

*Administrador do Pelouro
de Estudos, Supervisão e Contabilidade*





KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para o Conselho de Administração do Banco de Moçambique

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas do Banco de Moçambique que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações do rendimento integral, de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, constantes das páginas 5 a 53. Estas demonstrações financeiras foram preparadas para satisfazer as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

Responsabilidade da administração em relação às Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5 às demonstrações financeiras, e por determinar a aceitabilidade da base de preparação e pelo sistema de controlo interno que o Conselho de Administração considerar necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade dos Auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos relevantes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções materiais.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, quer devidas a fraude ou erro. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos os controlos internos pertinentes para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias, apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos sistemas de

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e adequadas para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras foram preparadas, em todos aspectos materiais, de acordo com as políticas contabilísticas constantes da Nota 5 às demonstrações financeiras.



KPMG

Maputo

24 de Junho de 2016

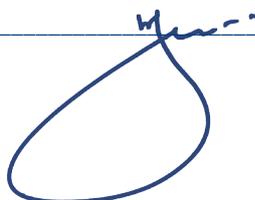
BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADA E SEPARADA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Montantes expressos em milhares de Meticais)

Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA		
	2015	2014	2015	2014	
Activos					
Moeda estrangeira	7	249.406	161.442	249.406	161.442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	8	78.986.610	71.411.961	79.131.374	71.518.718
Ouro	9	7.813.015	7.049.491	7.813.015	7.049.491
Activos financeiros detidos para negociação	10	16.663.337	17.392.110	16.663.337	17.392.110
Activos financeiros disponíveis para venda	11	39.804.972	24.795.875	39.531.379	24.639.582
Propriedades, instalações e equipamento	12	17.125.987	8.201.176	17.349.505	8.415.793
Activos intangíveis	13	14.596	15.184	69.323	112.568
Outros activos financeiros	14	5.640.481	3.701.804	5.305.672	3.440.317
Flutuação de valores	15	11.610.939	18.480.850	11.610.939	18.480.850
Total dos activos		177.909.343	151.209.894	177.723.950	151.210.871
Passivos					
Notas e moedas em circulação	16	39.334.471	36.315.951	39.334.471	36.315.951
Depósitos de outras instituições	17	69.251.499	50.763.469	69.251.499	50.763.469
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	18	39.244.271	41.787.059	39.244.271	41.787.059
Financiamentos externos	19	18.311.166	10.974.098	18.311.166	10.974.098
Responsabilidades com benefícios a empregados	20	1.574.983	1.196.870	1.574.983	1.196.870
Outros passivos	21	2.637.907	4.964.923	2.741.705	5.126.060
Total dos passivos		170.354.297	146.002.370	170.458.095	146.163.507
Capital próprio					
Capital	22	2.361.314	2.361.314	2.361.314	2.361.314
Reservas estatutárias		488.412	488.412	488.412	488.412
Reservas não distribuíveis	23	576.024	1.730.316	273.357	1.608.377
Reserva de reavaliação de justo valor	23	76.425	104.354	76.425	104.354
Resultado líquido		4.052.871	523.127	3.935.985	430.958
Total do capital próprio		7.555.046	5.207.524	7.135.493	4.993.415
Interesses minoritários		-	-	130.362	53.948
Total do capital próprio		7.555.046	5.207.524	7.265.855	5.047.364
Total dos passivos e capital próprio		177.909.343	151.209.894	177.723.950	151.210.871

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



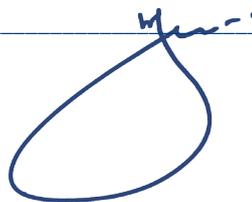
BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL - INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2015	2014	2015	2014
Juros e rendimentos equiparados	26,1	2.284.094	1.997.813	2.296.011	2.007.363
Juros e gastos equiparados	26,2	(1.696.261)	(1.712.158)	(1.698.499)	(1.714.561)
Margem financeira		587.833	285.655	597.512	292.802
Resultados de operações de moeda estrangeira e ouro	27	7.533.937	4.157.372	7.530.089	4.159.077
Outros rendimentos operacionais	28	473.462	138.684	477.209	138.924
Total de rendimentos		8.595.232	4.581.711	8.604.810	4.590.803
Gastos com o pessoal	29	(2.975.368)	(2.604.674)	(3.002.918)	(2.630.562)
Depreciações	12	(190.061)	(205.576)	(225.913)	(231.677)
Amortizações	13	(588)	(3.359)	(48.718)	(48.588)
Outros gastos operacionais	30	(1.376.343)	(1.244.976)	(1.503.580)	(1.337.573)
Total de gastos operacionais		(4.542.360)	(4.058.584)	(4.781.130)	(4.248.400)
Resultado líquido do exercício		4.052.871	523.127	3.823.680	342.403
Resultado Líquido Realizado		4.052.871	523.127	3.823.680	342.403
Resultado Líquido Realizado Consolidado atribuível:					
Ao BM		-	-	3.935.985	437.917
Aos Interesses minoritários		-	-	(112.305)	(95.514)

DIREÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL – SEPARADA E CONSOLIDADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

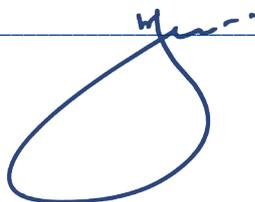
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	SEPARADA		CONSOLIDADA	
		2015	2014	2015	2014
Resultado líquido do exercício		4.052.871	523.127	3.823.680	342.403
Outros rendimentos					
Alterações no justo valor - activos financeiros disponíveis para venda	11	(27.929)	39.815	(27.929)	39.815
Alterações no justo valor - Responsabilidade com benefícios a empregad	20	(1.317.105)	960.670	(1.317.105)	960.670
Total do rendimento integral		2.707.838	1.523.612	2.478.646	1.342.888

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - SEPARADA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reservas estatutárias	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2014		1.798.003	64.539	728.247	488.412	1.251.802	4.331.003
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2013		-	-	-	-	(688.491)	(688.491)
Total do rendimento integral do exercício de 2014		-	-	41.399	-	523.127	564.527
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	39.815	-	-	-	39.815
Responsabilidade de com benefícios aos empregados		-	-	960.670	-	-	960.670
Aumento de capital		563.311	-	-	-	(563.311)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.361.314	104.354	1.730.316	488.412	523.127	5.207.524
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2014		-	-	523.127	-	(523.127)	-
Total do rendimento integral do exercício de 2015		-	-	-	-	4.052.871	4.052.871
Total dos ajustamentos dos exercícios anterior		-	-	(360.314)	-	-	(360.314)
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	(27.929)	-	-	-	(27.929)
Responsabilidade de com benefícios aos empregados		-	-	(1.317.105)	-	-	(1.317.105)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.361.314	76.425	576.024	488.412	4.052.871	7.555.046

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Selício de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Muri

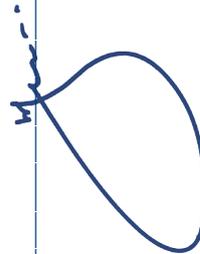
BANCO DE MOÇAMBIQUE
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - CONSOLIDADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas não distribuíveis	Reservas estatutárias	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2014		1.798.003	64.539	697.380	488.412	1.189.187	4.237.521	142.503	4.380.024
Dividendos declarados referentes ao exercício de 2013		-	-	-	-	(688.491)	(688.491)	-	(688.491)
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2013		-	-	(91.072)	-	62.615	(28.457)	-	(28.457)
Total do rendimento integral do exercício de 2014		-	-	41.399	-	430.958	472.357	(88.555)	383.802
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	39.815	-	-	-	39.815	-	39.815
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	960.670	-	-	960.670	-	960.670
Aumento de capital		563.311	-	-	-	(563.311)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.361.314	104.354	1.608.377	488.412	430.958	4.993.415	53.948	5.047.364
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2014		-	-	342.399	-	(430.958)	(88.559)	88.555	(4)
Total do rendimento integral do exercício de 2015		-	-	-	-	3.935.985	3.935.985	(112.306)	3.823.679
Total dos ajustamentos dos exercícios anterior		-	-	(360.314)	-	-	(360.314)	-	(360.314)
Ajustamento - justo valor dos activos financeiros	23	-	(27.929)	-	-	-	(27.929)	-	(27.929)
Responsabilidade com benefícios aos empregados		-	-	(1.317.105)	-	-	(1.317.105)	-	(1.317.105)
Interesses minoritários		-	-	-	-	-	-	100.165	100.165
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.361.314	76.425	273.357	488.412	3.935.985	7.135.492	130.362	7.265.855

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – SEPARADA E CONSOLIDADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

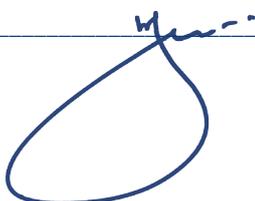
	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa de actividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	4.052.871	523.127	3.823.680	342.403
Ajustamentos para:				
Depreciações e amortizações	190.649	208.933	274.631	280.265
Custo com pensoes	257.876	159.205	257.876	159.205
Fluxo líquido das actividades operacionais	4.501.397	891.266	4.356.187	781.873
Diminuição/(Aumento) em Activos financeiro detidos para negociação	728.773	(1.413.970)	728.773	(1.413.970)
Aumento em Outros activos financeiros	(2.149.301)	(686.018)	(2.075.979)	(690.734)
Aumento em Depósitos de outras instituições	18.488.030	463.297	18.488.030	463.297
Aumento em activos do fundo de pensões	(1.574.983)	(1.134.113)	(1.574.983)	(1.134.113)
Diminuição em Outros passivos	(2.327.016)	(4.784.553)	(2.384.356)	(4.754.575)
(Diminuição)/Aumento de Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	(2.191.577)	12.160.554	(2.191.578)	12.160.554
Diminuição de Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado	6.869.910	1.025.105	6.869.910	1.025.105
Variação em responsabilidades com benefícios a empregados	378.113	315.518	378.113	(818.595)
Fluxo líquido das alterações ao nível do capital circulante	18.221.949	5.945.820	18.237.931	5.971.082
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	22.723.345	6.837.086	22.594.118	6.752.957
Fluxo de caixa das actividades de investimento				
Aquisição de propriedades, instalações e equipamentos	(9.114.872)	(3.661.003)	(9.159.915)	(3.728.233)
Aquisição de Activos intangíveis	-	(746)	(5.175)	(2.255)
Variação nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	(8.566.722)	(4.426.015)	(8.566.722)	(4.426.015)
Variação em Activos financeiros disponíveis para venda	(15.037.026)	(4.455.538)	(14.919.726)	(4.455.538)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(32.718.620)	(12.543.302)	(32.651.539)	(12.612.041)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento				
Aumento de Notas e moedas em circulação	3.018.520	5.964.804	3.018.520	5.964.804
Variação de financiamentos externos	7.337.068	429.903	7.337.068	429.903
Dividendos pagos	-	(688.491)	-	(688.491)
Aumento de Reservas	(360.314)	-	(360.314)	(28.464)
Entradas de realização de capital	-	-	100.154	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	9.995.274	5.706.216	10.095.428	5.677.752
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-	38.007	(181.331)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período *	-	-	106.757	288.088
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período *	-	-	144.764	106.757

* Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa e equivalentes de caixa na sua demonstração da posição financeira.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em milhares de Meticaís)

Nota 1 - Base de Preparação

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central da República de Moçambique e tem a sua sede em Maputo, na Av. 25 de Setembro, 1695. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

Estrutura de Relato Financeiro

A Lei Orgânica do Banco de Moçambique não define a estrutura de relato financeiro para o Banco mas define, no seu artigo 14, o critério para o reconhecimento de ganhos e perdas cambiais não realizados resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros com os saldos denominados em moeda estrangeira e ouro. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas, determinadas pelo Conselho de Administração à seguir referidas. O Conselho de Administração considera que as políticas contabilísticas adoptadas são adequadas para os destinatários das demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A Lei requer que os ganhos e perdas cambiais sejam contabilizados como activos ou passivos e que não sejam reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Nota 2 - Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e separadas são apresentadas em Metical, que é igualmente a moeda funcional do Banco.

Nota 3 - Uso de Estimativa e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

As estimativas e julgamentos associados são revistos numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar tanto o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego.

Recuperabilidade de outros activos

O Banco analisa periodicamente o saldo de Outros Activos, verificando se existem indícios de imparidade de forma a determinar a necessidade de reconhecer perdas por imparidade ou não. Nesta avaliação, são utilizadas as estimativas aprovadas pela Administração. A determinação da recuperabilidade de Outros Activos requer um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o seu desempenho financeiro em todos os aspectos materiais.

Nota 4- Alterações nas Políticas Contabilísticas

Excepto quanto as alterações apresentadas abaixo, o Banco aplicou de forma consistente as políticas contabilísticas constantes na Nota 5 para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Banco aplicou na preparação destas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 19 (Emendada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente emenda clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços que exigirem que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A emenda reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem emendas, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (*vesting*)

A emenda clarifica a definição de “condição de aquisição” (*vesting*) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da emenda visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A emenda clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando os segmentos operacionais tenham sido agregados. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB emendou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor presente de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial.

De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB emendou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de esclarecer que: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram emendas, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam adopção antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As emendas excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portfólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta emenda consiste na clarificação de que a excepção de portfólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou de uso próprio.

O objectivo da emenda é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de actividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Banco de Moçambique

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e emendada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projecto em curso para proceder a emendas limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionados apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI – *others comprehensive income*). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em lucros ou prejuízos em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento. Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em lucros ou prejuízos.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de lucros ou prejuízos. Com excepção desta emenda, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios da contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

O Banco de Moçambique ainda não iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma. Dada a natureza das actividades do banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.
IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, e mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

O Banco de Moçambique ainda não iniciou o processo de validação dos impactos decorrentes da adopção desta norma.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

O Banco de Moçambique não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: O método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O Banco de Moçambique ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção a esta opção nas suas contas separadas.

Nota 5 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco são as descritas nos pontos que se seguem e são consistentes com as aplicadas no ano transacto.

5.1. Estrutura de relato financeiro

A Lei Orgânica do Banco não determina a estrutura de relato financeiro que o Banco deve adoptar, excepto no que diz respeito à política de reconhecimento de valores resultantes de variação cambial não realizada, a qual é imposta no seu Artigo 14º e que está descrita na nota 1.

Consolidação

i. Empresas subsidiárias

O Banco detém uma participação financeira na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Consideram-se empresas subsidiárias aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Nas demonstrações financeiras individuais do Banco, a referida empresa encontra-se reconhecida ao custo histórico.

As transacções entre empresas do grupo, saldos, receitas e despesas em operações entre empresas do grupo são eliminadas. Os lucros e perdas resultantes de transacções entre empresas do grupo que sejam reconhecidos nos activos são também eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas do grupo.

Quando o Banco deixa de ter controlo de uma subsidiária, a quantia escriturada da participação é reavaliada ao justo valor na data da alienação, sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor de alienação reconhecida em ganhos ou perdas.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

ii. Alterações nas participações em subsidiárias sem mudança de controlo

As transacções com accionistas minoritários que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transacções de capital, isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários.

A diferença entre o justo valor de qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida da quantia escriturada dos activos líquidos da associada é registada no capital próprio. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registados no capital próprio.

5.2. Transacções em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor na data de relato.

Os activos não-monetários em moeda estrangeira que são valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

Relativamente aos ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica - nº 1/92, de 3 de Janeiro, que determina que estes ganhos e perdas devem ser apresentados numa conta da demonstração da posição financeira (conta especial de Flutuação de Valores).

5.3. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de negociação.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas em que estes valores são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo; ou
- Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - * Nível 1: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com preços de mercado ou *providers*; ou,
 - * Nível 2: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de mensuração interna considerando maioritariamente dados observáveis de mercado; e ou,
 - * Nível 3: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na mensuração do instrumento.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se nele se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Estes activos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

5.3.1. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa que estão classificadas como detidas para negociação pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante. Os ganhos e perdas realizados resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

5.3.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não-derivados que:

- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou

- Não se classificam como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, que é entendido como sendo o respectivo valor de cotação à data de relato. Exceptuam-se as acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que são registadas ao custo de aquisição e em que são constituídas perdas por imparidade nos casos que se justifiquem. Quando o justo valor não é obtido através de preços de um mercado activo, o justo valor estimado é baseado em fluxos de caixa descontados usando uma taxa de juro de mercado para instrumentos cujo risco de crédito e maturidade remanescente são similares.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de relato, são registadas perdas por imparidade, sendo consideradas perdas permanentes apenas aquelas relativas aos instrumentos de capital.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade, que são reconhecidas directamente em resultados. No momento em que os activos financeiros são vendidos, alienados ou de qualquer forma desreconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capitais classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

5.3.3. Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Banco aos trabalhadores e a bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e outros valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado (nesse caso o Banco regista a diferença para a taxa de mercado em gastos com o pessoal). Posteriormente, são mensurados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

5.3.4. Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou significativa na sua cotação; e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em capital próprio, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Quando existe imparidade nos activos mensurados ao custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre a quantia escriturada e o valor recuperável é reconhecida em resultados do período. O valor recuperável é determinado como o valor dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados à taxa efectiva original do activo.

5.3.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, depósitos de outras instituições, bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado, e outros instrumentos no âmbito da política monetária, e financiamentos obtidos junto do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração de rendimento integral durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

5.4. Ouro

O ouro é mensurado ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em resultados.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são reconhecidos na conta especial de flutuação de valores conforme mencionado na Nota 5.1.

5.5. Propriedades, instalações e equipamentos

Os itens de propriedades, instalações e equipamentos do Banco encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui os custos que são directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes com os itens de propriedades, instalações e equipamentos são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todos os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o pressuposto de acréscimos e diferimentos.

As depreciações dos itens de propriedades, instalações e equipamentos são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual. Seguem abaixo as vidas úteis esperadas das propriedades, instalações e equipamentos:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	50
Equipamento Informático	4
Veículos	4 - 5
Outras propriedades, instalações e equipamentos	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Banco estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor recuperável dos referidos activos. As perdas por imparidade são reconhecidas em lucros e prejuízos.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o valor de uso, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As propriedades, instalações e equipamentos são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não mais for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento destes activos são reconhecidos em lucros e prejuízos.

5.6. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de software, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que são incorridos.

As propriedades, instalações e equipamentos são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do activo que neste momento, pelos activos intangíveis existentes, corresponde a um período de três anos.

5.7. Caixa e equivalentes de caixa

As notas e moedas que se encontram na caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas do valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

5.8. Transacções com o Governo

O Banco toma, por sua conta, várias transacções em nome do Governo, nomeadamente a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

5.9. Custos com a produção de notas e moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros Activos no momento da emissão. São amortizados por contrapartida de lucros ou prejuízos por períodos de 3 e 5 anos para notas e moedas, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

5.10. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados; (ii) seja provável que o seu pagamento resulte em fluxo de benefícios económicos; e (iii) pode ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

5.11. Responsabilidades com pensões de reforma

O Banco procedeu à constituição de um fundo de pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, SA.

A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que definem-se os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e contribuição.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas as Obrigações do Tesouro Moçambicano.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Anualmente, o Banco reconhecerá como um custo, um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) menos o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados e (v) os ganhos e perdas resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

Os componentes acima indicados são reconhecidos em “Custos com pessoal”.

5.12. Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de relato para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações do Tesouro Moçambicano.

5.13. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, utilizando o método do juro efectivo. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos equiparados ou juros e gastos equiparados, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro. A taxa efectiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juros efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

5.14. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos consoante a percentagem de prestação de serviço; e
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados pelo método do juro efectivo.

Nota 6 – Gestão do Risco Financeiro

O Banco encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez, risco de crédito e risco operacional.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a Gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento responsável pela gestão de reservas internacionais, sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. O mesmo é o responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

6.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei Orgânica nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da carteira por moedas, *duration*, *benchmarks* a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova: (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (*duration*); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Banco faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Banco não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda a curto prazo, pelo que foram classificadas como activos financeiros disponíveis para venda.

O Banco contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os ratings dos gestores e normativos legais em vigor. Os activos desta carteira são adquiridos com o objectivo de venda a curto prazo e são classificados como activos financeiros detidos para negociação.

Apenas são detidos futuros, forwards e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de negociação. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência (Benchmark) para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um *Benchmark* específico para a carteira gerida internamente e para cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao Benchmark. O Banco recebe mensalmente do Custodiante um relatório com os breaches das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo Departamento responsável pela gestão de reservas internacionais uma comparação diária entre a carteira e o Benchmark. Mensalmente é efectuado um rebalanceamento da carteira.

Não obstante o Banco ter como referência os dados constantes nos relatórios recebidos pelo Custodiante, o mesmo garante que o justo valor dos títulos reconhecido é determinado de acordo com o disposto na Nota 24 – Justo valor dos instrumentos financeiros.

No contexto da estratégia do Banco relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2015, repartidos pelas diferentes categorias segundo a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2015	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	249.406	-	-	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	78.986.610	-	-	78.986.610
Activos financeiros detidos para negociação	16.663.337	-	-	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	39.804.972	-	39.804.972
Outros activos financeiros	-	5.640.481	-	-	5.640.481
Total de Activos financeiros	16.663.337	84.876.497	39.804.972	-	141.344.806
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições	-	-	-	69.251.499	69.251.499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	39.244.271	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	18.311.166	18.311.166
Outros passivos	-	-	-	2.637.907	2.637.907
Total de Passivos financeiros	-	-	-	168.779.314	168.779.314

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2014, repartidos pelas diferentes categorias da referida IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2014	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	161.442	-	-	161.442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	71.411.961	-	-	71.411.961
Activos financeiros detidos para negociação	17.392.110	-	-	-	17.392.110
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	24.795.875	-	24.795.875
Outros activos financeiros	-	3.701.804	-	-	3.701.804
Total de Activos financeiros	17.392.110	75.275.207	24.795.875	-	117.463.192
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	36.315.951	36.315.951
Depósitos de outras instituições	-	-	-	50.763.469	50.763.469
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	41.787.059	41.787.059
Financiamentos externos	-	-	-	10.974.098	10.974.098
Outros passivos	-	-	-	4.964.923	4.964.923
Total de Passivos financeiros	-	-	-	144.805.500	144.805.500

6.2. Risco de Crédito

6.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco-país, estabelecendo: (i) as classificações de crédito mínimas (ratings) por cada tipo de instrumento elegível, (ii) os prazos máximos por rating para os depósitos a prazo, (iii) os limites de concentração por rating das contrapartes, (iv) os limites de concentração por país e (v) os limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente.

O Departamento de Mercados e Gestão de Reservas verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das reservas internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentração de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

6.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro era como se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	78.986.610	71.411.961	79.131.374	71.518.718
Activos financeiros detidos para negociação	16.663.337	17.392.110	16.663.337	17.392.110
Activos financeiros disponíveis para venda	39.804.972	24.795.875	39.531.379	24.639.582
Outros activos financeiros	5.640.481	3.701.804	5.305.672	3.440.317
Total a 31 Dezembro	141.095.400	117.301.750	140.631.760	116.990.728

6.2.3. Qualidade de activos financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de Dezembro, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2015

	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	18.916.934	4.558.244	9.274.851	-	32.750.029
AA- a AA+	21.176.519	5.959.247	-	-	27.135.766
A- a A+	27.267.476	-	-	-	27.267.476
Menor que A-	10.286.878	5.959.918	-	-	16.246.796
Sem rating	1.338.803	185.928	30.530.121	5.640.481	37.695.333
Total	78.986.610	16.663.337	39.804.972	5.640.481	141.095.400

31.12.2014

	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos Financeiros	Total
AAA	6.789.204	4.280.377	4.603.938	-	15.673.519
AA- a AA+	24.378.019	4.406.170	2.257.886	-	31.042.076
A- a A+	30.128.748	4.325.096	-	-	34.453.844
Menor que A-	5.023.576	4.380.467	-	-	9.404.043
Sem rating	5.092.414	-	17.934.051	3.701.804	26.728.269
Total	71.411.961	17.392.110	24.795.875	3.701.804	117.301.751

6.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O Departamento de Mercados e Gestão de Reservas verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Banco subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três tranches, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das reservas internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- **Tranche de Fundo de Maneio**, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- **Tranche de Liquidez**, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano); e
- **Tranche de Investimento**, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazo e a contingências em períodos de crise. É constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez, no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado (duration) da carteira de Reservas Internacionais, não poderá, em média, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2015, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com ratings AAA, e AA-, AA+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos financeiros tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.

Note-se que o quadro apresenta o ouro e apenas os activos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, uma vez que são estes que geram risco de liquidez para o Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	249.406	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	33.777.492	45.209.118	-	-	-	-	-	78.986.610
Ouro	-	-	-	-	-	-	7.813.015	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação	395.508	699.109	2.346.434	12.247.004	799.767	29.355	146.159	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	429.698	245.780	2.629.796	5.877.987	91.590	-	30.530.121	39.804.972
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.640.481	5.640.481
Total de activos financeiros e Ouro	34.602.698	46.154.007	4.976.230	18.124.991	891.357	29.355	44.379.182	149.157.821
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	69.251.499	69.251.499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	6.538.283	205.034	32.500.954	-	-	-	-	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18.311.166	-	18.311.166
Outros passivos	2.637.907	-	-	-	-	-	-	2.637.907
Total de passivos financeiros	9.176.190	205.034	32.500.954	-	-	18.311.166	108.585.970	168.779.314
Posição líquida	25.426.508	45.948.973	(27.524.724)	18.124.991	891.357	(18.281.811)	(64.206.788)	(19.621.493)

Em 31 de Dezembro de 2014

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	161.442	161.442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	25.015.155	46.371.461	-	-	-	-	25.345	71.411.961
Ouro	-	-	-	-	-	-	7.049.491	7.049.491
Activos financeiros detidos para negociação	0	129.257	1.824.807	13.099.861	2.313.669	24.516	-	17.392.110
Activos financeiros disponíveis para venda	-	388.248	2.709.037	3.332.784	431.760	-	17.934.046	24.795.875
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	3.701.804	3.701.804
Total de activos financeiros e Ouro	25.015.155	46.888.966	4.533.845	16.432.645	2.745.429	24.516	28.872.128	124.512.683
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	36.315.951	-	-	-	-	-	-	36.315.951
Depósitos de outras instituições de crédito	50.763.469	-	-	-	-	-	-	50.763.469
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37.600	-	41.749.459	-	-	-	-	41.787.059
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	10.974.098	-	10.974.098
Outros passivos	4.964.923	-	-	-	-	-	-	4.964.923
Total de passivos financeiros	92.081.943	-	41.749.459	-	-	10.974.098	-	144.805.500
Posição líquida	(67.066.788)	46.888.966	(37.215.614)	16.432.645	2.745.429	(10.949.582)	28.872.128	(20.292.817)

6.4. Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

O risco de mercado consiste no risco da taxa de juro, risco cambial e risco de preço.

6.4.1. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os fluxos de caixa de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos ao risco de taxa de juro.

Os quadros seguintes resumem a exposição do Banco ao risco de taxa de juro.

31 de Dezembro de 2015

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem Prazo	Total
Activos Financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	249.406	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	33.777.492	45.209.118	-	-	-	-	-	78.986.610
Activos financeiros detidos para negociação	395.508	699.109	2.346.434	12.247.004	799.767	29.355	146.159	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	429.698	245.780	2.629.796	5.877.987	91.590	-	30.530.121	39.804.972
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.640.481	5.640.481
Total de activos financeiros	34.602.698	46.154.007	4.976.230	18.124.991	891.357	29.355	36.566.167	141.344.805
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	39.334.471	39.334.471
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	69,251,499	69,251,499
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	6.538.283	205.034	32.500.954	-	-	-	-	39,244,271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18,311,166	-	18,311,166
Outros passivos	2,637,907	-	-	-	-	-	-	2,637,907
Total de passivos financeiros	9,176,190	205,034	32,500,954	-	-	18,311,166	108,585,970	168,779,314
Posição líquida	25,426,508	45,948,973	(27,524,724)	18,124,991	891,357	(18,281,811)	(72,019,803)	(27,434,509)

31 de Dezembro de 2014

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos financeiros								
Moeda estrangeira		-	-	-	-	-	161.442	161.442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	25.015.155	46.371.461	-	-	-	-	25.345	71.411.961
Activos financeiros detidos para negociação		129.257	1.824.807	13.099.861	2.313.669	24.516	-	17.392.110
Activos financeiros disponíveis para venda	-	388.248	2.709.037	3.332.784	431.760	-	17.934.046	24.795.875
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-	-	3.701.804	3.701.804
Total de activos financeiros	25.015.155	46.888.966	4.533.844	16.432.645	2.745.429	24.516	21.822.637	117.463.192
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação		-	-	-	-	-	36.315.951	36.315.951
Depósitos de outras instituições		-	-	-	-	-	50.763.469	50.763.469
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	4.107.271	16.026.999	14.478.068	-	-	-	-	41.787.059
Financiamentos externos		-	-	-	-	10.974.098	-	10.974.098
Outros passivos	4.964.923	-	-	-	-	-	-	4.964.923
Total de passivos financeiros	9.072.194	16.026.999	14.478.068	-	-	10.974.098	87.079.420	144.805.500
Posição líquida	15.942.961	30.861.967	(9.944.224)	16.432.645	2.745.429	(10.949.582)	(65.256.783)	(27.342.308)

O Banco gere o risco de taxa de juro estabelecendo *benchmarks* para as carteiras geridas externa e internamente, incluindo uma definição de duration por cada tranche da carteira das reservas internacionais.

Para os gestores externos, o Banco estabeleceu igualmente limites de exposição por instrumento e desvio da duration sobre o benchmark, tal como limites de perdas em relação ao benchmark (stop loss).

Em 31 de Dezembro de 2015, o efeito nos lucros ou prejuízos e capitais próprios do Banco de uma variação de +/- 25 pontos básicos na taxa de juro é de 262 milhares de meticais (2014: 17.695 milhares de meticais) e 108.697 milhares de meticais (2014: 18.057 milhares de meticais), respectivamente.

6.4.2. Risco cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. As disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco ao risco cambial, ainda que em última análise o risco seja do Estado conforme explicado no parágrafo seguinte. O Banco gere este risco colocando limites à composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites de exposição ao risco cambial.

Decorrente do disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica, os ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira são apresentados numa conta de flutuação de valores, nos activos ou passivos conforme o caso.

Em 31 de Dezembro os activos e os passivos financeiros e ouro do Banco, denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como segue:

Em 31 de Dezembro de 2015	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	234.566	4.340	465	10.010	-	25	249.406
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	29.690.219	1.706.888	2.240.531	17.774.385	5.021.357	22.553.230	78.986.610
Ouro	-	-	-	-	-	-	7.813.015	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação	-	16.663.337	-	-	-	-	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda	30.481.914	9.323.058	-	-	-	-	-	39.804.972
Outros activos financeiros	3.656.008	592.176	79.417	49.565	12.512	-	1.250.803	5.640.481
Total	34.137.922	56.503.356	1.790.645	2.290.561	17.796.907	5.021.357	31.617.073	149.157.821
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	39.334.471	-	-	-	-	-	-	39.334.471
Depósitos de outras instituições de crédito	53.767.019	13.460.864	1.688.201	15.140	259.136	-	61.139	69.251.499
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	39.244.271	-	-	-	-	-	-	39.244.271
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	18.311.166	-	18.311.166
Outros passivos	1.539.114	977.994	60.056	412	50.619	-	9.712	2.637.907
Total	133.884.875	14.438.858	1.748.257	15.552	309.755	18.311.166	70.851	168.779.314
Posição global operacional	(99.746.953)	42.064.498	42.387	2.275.009	17.487.153	(13.289.809)	31.546.222	(19.621.493)
Em 31 de Dezembro de 2014								
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	147.258	3.986	357	9.931	-	-90	161.442
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	58	22.447.128	4.933.333	3.479.429	17.841.250	4.962.072	17.748.691	71.411.961
Ouro	-	-	-	-	-	-	7049491	7.049.491
Activos financeiros detidos para negociação	-	13111733	4280377	-	-	-	-	17.392.110
Activos financeiros disponíveis para venda	17898754	6897121	-	-	-	-	-	24.795.875
Outros activos financeiros	1.605.706	481.327	17.990	49.565	16.681	-	1.530.535	3.701.804
Total	19.504.518	43.084.567	9.235.686	3.529.351	17.867.862	4.962.072	26.328.627	124.512.683
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	36.315.878	(1)	-	-	74	-	-	36.315.951
Depósitos de outras instituições de crédito	41.015.544	7.697.019	1.783.907	11.655	159.738	-	95.606	50.763.469
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	41.787.059	-	-	-	-	-	-	41.787.059
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	10.974.098	-	10.974.098
Outros passivos	475.140	1.039.895	239.853	70.216	51.018	-	3.088.801	4.964.923
Total	119.593.621	8.736.913	2.023.760	81.871	210.830	10.974.098	3.184.407	144.805.500
Posição global operacional	(100.089.103)	34.347.654	7.211.926	3.447.480	17.657.032	(6.012.026)	23.144.220	(20.292.817)

Em 31 de Dezembro de 2015, o efeito nos lucros ou prejuízos e capital próprio de uma apreciação ou depreciação do Metical em cerca de 10% versus todas as moedas estrangeiras é de 59.312.714 milhares de meticais (2014: 56.903.953 milhares de meticais) e 4.820 milhares de meticais (2014: 3.528 milhares de meticais), respectivamente.

6.5. Risco operacional

O risco operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, das pessoas ou em consequência de eventos exógenos. Para a prevenção e controlo do risco operacional, o Banco tem implantado vários sistemas de controlo interno.

O cumprimento dos normativos e procedimentos internos é garantido pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade da sua observância. Entretanto, os departamentos zelam individualmente pelo cumprimento dos normativos instituídos no que respeita as operações sob sua alçada.

Nota 7 - Moeda Estrangeira

Esta rubrica decompõe-se conforme se segue:

Moeda	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
CAD	19	19	19	19
CHF	3	3	3	3
EUR	4.340	3.986	4.340	3.986
GBP	465	357	465	357
USD	234.565	147.258	234.565	147.258
ZAR	10.014	9.819	10.014	9.819
	249.406	161.442	249.406	161.442

Nota 8 - Disponibilidades e Aplicações Sobre Instituições de Crédito

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Disponibilidades sobre instituições de crédito				
Depósitos à ordem	28.504.526	20.501.235	28.569.290	20.607.992
Aplicações sobre instituições de crédito				
Depósitos a prazo	50.271.460	50.806.110	50.351.460	50.806.110
Juros a receber	210.624	104.616	210.624	104.616
	78.986.610	71.411.961	79.131.374	71.518.718

Em 31 de Dezembro, as taxas de juro máximas e mínimas para estas aplicações, em moedas estrangeiras foram como se segue:

	2015		2014	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Até 1 Mês	0,00375%	2,5%	1,625%	1,625%
De 1 a 3 Meses	0,0075%	0,25%	0,25%	1,625%
De 3 a 12 Meses	0,005%	8,5%	0,10%	8,00%
De 1 a 3 Anos	0,00075%	1,25%	0,05%	4,875%
De 3 a 5 Anos	0,002%	1,375%	0,125%	6,50%
Mais de 5 Anos	0,00125%	0,00125%	1,125%	5,50%

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão considera-se que a sua quantia escriturada à data de relato aproxima-se do justo valor.

Nota 9 - Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Ouro em moedas e barras				
No estrangeiro	7.813.015	7.049.491	7.813.015	7.049.491
	7.813.015	7.049.491	7.813.015	7.049.491

À data de 31 de Dezembro de 2015, as reservas de ouro, de aproximadamente 160.194,41 onças (2014: 175.189,41), foram avaliadas em USD 170.205.760 (2014: USD 209.789.318), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos, à data de relato, no Mercado de Ouro de Londres.

Nota 10 - Activos Financeiros Detidos para Negociação

Referem-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipulados no acordo. Os honorários variam entre os 0,10 e 0,30 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como se segue:

31.12.2015	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Obrigações do Tesouro	13.985.054	13.727.251	13.985.054	13.727.251
Obrigações de outros emitentes	1.396.664	1.300.957	1.396.664	1.300.957
Outros	1.758.393	1.635.129	1.758.393	1.635.129
Total	17.140.111	16.663.337	17.140.111	16.663.337

31.12.2014	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	Custo de aquisição	Justo valor	Custo de aquisição	Justo valor
Obrigações do Tesouro	15.613.947	14.646.806	15.613.947	14.646.806
Obrigações de outros emitentes	1.685.868	1.645.710	1.685.868	1.645.710
Outros	832.781	1.099.594	832.781	1.099.594
Total	18.132.596	17.392.110	18.132.596	17.392.110

Nota 11 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Instrumentos de Dívida				
Títulos não cotados				
De emissores residentes				
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	30.115.392	17.616.538	30.115.392	17.616.538
De emissores não residentes				
Obrigações do Tesouro dos EUA	9.274.851	6.861.829	9.274.851	6.861.829
	39.390.243	24.478.367	39.390.243	24.478.367
Instrumentos de capital				
Títulos não cotados				
De emissores não residentes				
Acções	126.135	146.215	126.135	146.215
De emissores residentes				
Acções	288.594	171.293	15.000	15.000
	414.729	317.508	141.135	161.215
Activos financeiros disponíveis para venda	39.804.972	24.795.875	39.531.379	24.639.582

O detalhe das obrigações do tesouro do Estado Moçambicano é apresentado de seguida:

31.12.2015	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	30.115.392	30.115.392	30.115.392	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	-	9.274.851	5.484.045	3.790.806	-
Acções					
ao justo valor					
Afeximbank (0,59%)	-	126.135	11.574	114.561	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	273.593	273.593	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	30.115.392	39.804.972	35.900.138	3.905.367	(534)
31.12.2014	Valor Nominal	Justo valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano	17.616.538	17.616.538	17.616.538	-	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	-	6.861.829	5.484.045	1.377.784	-
Acções					
ao justo valor					
Afeximbank (0,59%)	-	146.215	11.574	134.641	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA (100%)	-	15.000	15.000	-	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique (51%)	-	156.293	156.293	-	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL (100%)	-	-	534	-	(534)
Activos financeiros disponíveis para venda	17.616.538	24.795.875	23.283.984	1.512.425	(534)

As Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Desde 2008, em virtude da revisão dos termos contratuais, os títulos passaram a ter um prazo de maturidade de um ano, tacitamente renovável e remunerados a uma taxa de juro de 8%. O justo valor destas obrigações aproxima-se da quantia escriturada em 31 de Dezembro.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensurados ao custo de aquisição. As demonstrações financeiras da SIMO estão consolidadas nas contas do Grupo.

Os Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano foram apresentados na rubrica Outros activos financeiros uma vez que os activos cumprem com a definição de créditos e Outros valores a receber. Trata-se de activos reconhecidos inicialmente durante o exercício de 2013. Ver nota 14.4 – Acordos de recompra.

Nota 12 - Propriedades, Instalações e Equipamentos

O movimento ocorrido durante o exercício de 2015 para o banco, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2015

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.481.588	352.726	1.408	6.365.454	8.201.176
Adições	37.408	112.262	3.054	8.962.148	9.114.872
Depreciação do exercício	(43.158)	(146.824)	(79)	-	(190.060)
Quantia escriturada no fim do ano	1.475.838	318.164	4.383	15.327.602	17.125.987
A 31 Dezembro 2015					
Custo	1.969.884	1.659.017	8.784	15.327.602	18.965.287
Depreciações acumuladas	(494.045)	(1.340.853)	(4.401)	-	(1.839.300)
Quantia escriturada	1.475.838	318.164	4.383	15.327.602	17.125.987

O movimento ocorrido durante o exercício de 2014 para o banco, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2014

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.517.975	441.836	1.605	2.784.333	4.745.749
Adições	3.423	89.091	-	3.581.121	3.673.635
Abates	-	(12.632)	-	-	(12.632)
Depreciação do exercício	(39.810)	(165.569)	(197)	-	(205.576)
Quantia escriturada no fim do ano	1.481.588	352.726	1.408	6.365.454	8.201.176
A 31 Dezembro 2014					
Custo	1.933.512	1.545.236	5.624	6.365.454	9.849.826
Depreciações acumuladas	(451.924)	(1.192.510)	(4.216)	-	(1.648.650)
Quantia escriturada	1.481.588	352.726	1.408	6.365.454	8.201.176

O movimento ocorrido na consolidação, durante o exercício de 2015, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2015

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.512.646	444.257	1.408	6.457.482	8.415.793
Adições	72.011	122.703	3.054	8.962.148	9.159.916
Transferência	92.030	-	-	(92.030)	(0)
Ajustamentos	(1.849)	(422)	-	-	(2.271)
Depreciação do exercício	(44.200)	(179.654)	(79)	-	(223.933)
Quantia escriturada no fim do ano	1.630.638	386.884	4.383	15.327.600	17.349.505
A 31 Dezembro 2015					
Custo	2.127.574	1.797.681,18	8.784	15.327.600	19.261.638
Depreciações acumuladas	(496.936)	(1.410.796,74)	(4.401)	-	(1.912.133)
Quantia escriturada	1.630.638	386.884	4.383	15.327.600	17.349.505

O movimento ocorrido na consolidação, durante o exercício de 2014, foi o seguinte:

A 31 Dezembro 2014					
	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada no início do ano	1.549.686	554.906	1.605	2.813.034	4.919.231
Adições	3.423	93.000	-	3.644.448	3.740.871
Abates	-	(12.632)	-	-	(12.632)
Depreciação do exercício	(40.463)	(191.017)	(197)	-	(231.677)
Quantia escriturada no fim do ano	1.512.646	444.257	1.408	6.457.482	8.415.793
A 31 Dezembro 2014					
Custo	1.966.419	1.673.880	5.624	6.457.482	10.103.405
Depreciações acumuladas	(453.773)	(1.229.623)	(4.216)	-	(1.687.612)
Quantia escriturada	1.512.646	444.257	1.408	6.457.482	8.415.793

Nota 13 - Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2015 foi o seguinte:

A de 31 Dezembro de 2015		
	SEPARADA	CONSOLIDADA
Quantia escriturada no início do ano	15.184	112.568
Adições	-	5.473
Amortização do exercício	(588)	(48.718)
Quantia escriturada no fim do ano	14.596	69.323
A de 31 Dezembro de 2015		
Custo	238.410	397.666
Amortizações acumuladas	(223.814)	(328.345)
Quantia escriturada	14.596	69.323

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

A 31 de Dezembro de 2014		
	SEPARADA	CONSOLIDADA
Quantia escriturada no início do ano	17.796	158.900
Adições	746	2.256
Amortização do exercício	(3.358)	(48.588)
Quantia escriturada no fim do ano	15.184	112.568
A 31 Dezembro de 2014		
Custo	238.410	392.194
Amortizações acumuladas	(223.226)	(279.626)
Quantia escriturada	15.184	112.568

Nota 14 - Outros Activos Financeiros

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Devedores estrangeiros	12.952	153	12.952	153
Empréstimos ao pessoal	14.1 1.524.565	1.269.555	1.524.565	1.269.555
Empréstimos sobre terceiros (recursos consignados)	808	808	808	808
Cheques em processo de liquidação	290.176	16.997	290.176	16.997
Custos com produção de notas e moedas	14.2 1.009.613	1.549.196	1.009.613	1.549.196
Economato	14.386	13.886	14.386	13.886
Outros devedores	14.3 1.349.521	800.250	1.014.713	538.764
Acordos de recompra	14.4 1.448.002	60.501	1.448.002	60.501
Valor bruto de Outros activos	5.650.024	3.711.347	5.315.215	3.449.860
Perdas por imparidade	(9.543)	(9.543)	(9.543)	(9.543)
Quantia escriturada	5.640.481	3.701.804	5.305.672	3.440.317

As perdas por imparidade referem-se à rubrica dos “Outros devedores” e não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2015 e 2014.

Com a excepção dos empréstimos ao pessoal, os activos financeiros incluídos nesta rubrica são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada aproxima-se do justo valor.

Os empréstimos ao pessoal são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

14.1. Empréstimos ao pessoal

De acordo com o ACT – Acordo Colectivo de Trabalho, o Banco atribui aos seus colaboradores empréstimos para habitação, viatura, educação e para outras finalidades.

14.2. Custos com a produção de notas e moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Notas e moedas emitidas	511.196	522.382	511.196	522.382
Notas e moedas não emitidas	498.417	1.026.814	498.417	1.026.814
	1.009.613	1.549.196	1.009.613	1.549.196

14.3. Outros devedores

O saldo dos outros devedores corresponde a valores a receber das seguintes entidades, Sociedade de Notícias, SIMO, Fundo de pensões e outros menos significativos. Nas contas consolidadas os saldos com a SIMO são eliminados.

14.4. Acordos de recompra

Os acordos de recompra são facilidades *overnight* concedidos a bancos comerciais para cobrir faltas temporárias de liquidez.

Nota 15 - Flutuação de Valores

Os ganhos e perdas provenientes das diferenças cambiais não realizados das posições activas e passivas em moeda estrangeira, são reconhecidos numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores).

Flutuações de valor 2015

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Flutuação de Valores - Saldo inicial	18.480.850	18.480.850
Ganhos cambiais não realizados no exercício	(6.869.911)	(6.869.911)
Flutuação de Valores - Saldo Final	<u>11.610.939</u>	<u>11.610.939</u>

Flutuações de valor 2014

	<u>SEPARADA</u>	<u>CONSOLIDADA</u>
Flutuação de Valores - Saldo inicial	19.505.954	19.505.954
Prejuízos cambiais não realizados no exercício	(1.025.104)	(1.025.104)
Flutuação de Valores - Saldo Final	<u>18.480.850</u>	<u>18.480.850</u>

Nota 16 – Notas e Moedas em Circulação

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

	<u>SEPARADA</u>		<u>CONSOLIDADA</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Notas	50.669.201	44.823.129	50.669.201	44.823.129
Moedas	944.585	941.556	944.585	941.556
Notas e Moedas no Banco	(6.069.558)	(3.505.922)	(6.069.558)	(3.505.922)
Notas e Moedas inutilizadas	(6.209.757)	(5.942.812)	(6.209.757)	(5.942.812)
	<u>39.334.471</u>	<u>36.315.951</u>	<u>39.334.471</u>	<u>36.315.951</u>

As notas e moedas que se encontravam na caixa do Banco à data de relato foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua condição, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas que se encontram em circulação em 31 de Dezembro:

Notas e Moedas em Circulação (fora do Banco)	<u>SEPARADA</u>		<u>CONSOLIDADA</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Notas - Nova Família	38.408.176	35.400.744	38.408.176	35.400.744
Moedas - Nova Família	926.295	915.207	926.295	915.207
	<u>39.334.471</u>	<u>36.315.951</u>	<u>39.334.471</u>	<u>36.315.951</u>

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro; e
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidos às instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoadado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2015, as reservas cambiais ascendiam a 113.035.426 milhares de Meticais (2014: 102.912.067 milhares de Meticais).

Nota 17 - Depósitos de outras Instituições

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos em moeda nacional:				
Estado		20.503.936	20.503.936	20.810.773
Instituições financeiras	17.1	32.951.349	32.951.349	19.756.303
Credores por recursos consignados	17.2	21.692	21.692	6.892
Outros		103.754	103.754	311.182
Depósitos em moeda estrangeira:				
Estado		5.029.552	5.029.552	7.891.626
Instituições financeiras	17.1	8.523.611	8.523.611	1.227.210
Credores por recursos consignados	17.3	1.403.616	1.403.616	751.710
Depósitos de caução		451	451	451
Outros		713.538	713.538	7.322
		69.251.499	69.251.499	50.763.469

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros. Os depósitos são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão a sua quantia escriturada é aproximada ao justo valor.

17.1. Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.

17.2. Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários de programas de financiamento.

17.3. Este saldo respeita as contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

Nota 18 - Bilhetes do Tesouro Emitidos em Nome do Estado e Outros Instrumentos Monetários

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Bilhetes do tesouro para financiamento do Estado	34.817.372	35.807.669	34.817.372	40.343.426
Bilhetes do tesouro para as operações REPO	1.995.888	4.535.757	1.995.888	4.535.757
Facilidades permanentes de depósitos	2.079.801	718.505	2.079.801	718.505
Juros a pagar	351.210	725.128	351.210	725.128
	39.244.271	41.787.059	39.244.271	41.787.059

Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de dívida emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três, seis meses e 1 ano.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo.

Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado, a pedido deste, à mesma taxa de juro praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado. Por esta razão, a sua quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 5,58% e 8,50%.

Nota 19 - Financiamentos Externos

O saldo desta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Financiamento externo	18.311.166	10.974.098	18.311.166	10.974.098

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Passivos				
Direitos especiais de saque	6.928.631	5.296.060	6.928.631	5.296.060
Facilidade para a redução da pobreza e crescimento (PRGF)	82.885	150.262	82.885	150.262
Facilidade de extensão de crédito(ESF)	11.299.650	5.527.776	11.299.650	5.527.776
Total	18.311.166	10.974.098	18.311.166	10.974.098
Activos				
Direitos especiais de saque	5.021.357	4.962.072	5.021.357	4.962.072
Total	13.289.809	6.012.026	13.289.809	6.012.026

O PRGF e ESF são financiamentos obtidos do FMI ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento e ao abrigo da crise financeira internacional, respectivamente. Os financiamentos estão denominados em Direitos Especiais de Saque (SDR). Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco e os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente reconhecidos.

A alocação de direitos especiais de saque (valor a pagar ao FMI) representa SDR 108.838.056, equivalente a 6.928.631 milhares de meticais, (2014: SDR 108.838.056, equivalente a 5.296.060 milhares de meticais).

Os direitos especiais de saque – activo representam a quota de Moçambique no FMI. A quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor. Este valor está incluído nas Disponibilidades e Aplicações sobre Outras Instituições de Crédito.

Nota 20 - Responsabilidades com Benefícios a Empregados

20.1. Responsabilidades por pensões

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Pressupostos financeiros				
Taxa de desconto	11,5%	9,2625%	11,5%	9,2625%
Taxa de crescimento dos salários	5,6%	3%	5,6%	3%
Taxa de crescimento das pensões	5,6%	3,10%	5,6%	3,10%
Taxa de rendimento	11,5%	9,2625%	11,5%	9,2625%
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma
% casados	70%	70%	70%	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação de 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis). Para a atribuição de pensão de reforma por velhice, foi usado o pressuposto de que as mulheres reformam na data em que completam 55 anos de idade e os homens na data em que completam 60 anos.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Activos	1.023	1.019	1.023	1.019
Reformados e pensionistas	735	467	735	467
	1.758	1.486	1.758	1.486

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos a ordem	1.522	60.256	1.522	60.256
Depósitos a prazo	8.518.974	5.697.790	8.518.974	5.697.790
Obrigações de Tesouro	1.444.710	1.396.218	1.444.710	1.396.218
Obrigações privadas	250.000	1.553.460	250.000	1.553.460
Propriedades de investimentos	860.801	860.801	860.801	860.801
Participações financeiras	395.985	311.984	395.985	311.984
Outros	399.057	293.822	399.057	293.822
Valores a pagar	(1.770)	(525)	(1.770)	(525)
	11.869.279	10.173.806	11.869.279	10.173.806

As propriedades de investimento são compostas, principalmente, pelos investimentos no Millennium Park e Edifício 24 e as participações financeiras são compostas, principalmente, por acções da entidade Constellation. A rentabilidade destes activos depende dos fluxos de caixa futuros que estas entidades consigam gerar.

A rubrica valores a pagar refere-se principalmente a impostos que serão liquidados em 2016.

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	13.444.262	11.370.676	13.444.262	11.370.676
Valor dos activos do Fundo de Pensões	(11.869.279)	(10.173.806)	(11.869.279)	(10.173.806)
Défice de Financiamento	1.574.983	1.196.870	1.574.983	1.196.870
Responsabilidades	1.574.983	1.196.870	1.574.983	1.196.870

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Responsabilidades em 1 de Janeiro	11.370.676	11.898.020	11.370.676	11.898.020
Custo do serviço corrente	275.710	415.239	275.710	415.239
Custo dos juros	1.052.346	1.249.064	1.052.346	1.249.064
Ganhos actuariais nas responsabilidades	1.441.381	(1.659.222)	1.441.381	(1.659.222)
Pensões pagas pelo fundo	(695.851)	(532.425)	(695.851)	(532.425)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	13.444.262	11.370.676	13.444.262	11.370.676

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões durante o ano pode ser analisada como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	10,173,806	9,039,693	10,173,806	9,039,693
Rendimento dos juros	941,485	953,116	941,485	953,116
Ganhos de rendimento	124,275	(105,172)	124,275	(105,172)
Contribuições do Banco	1,196,870	764,559	1,196,870	764,559
Contribuições dos empregados	128,693	54,035	128,693	54,035
Pensões pagas pelo fundo	(695,851)	(532,425)	(695,851)	(532,425)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	11,869,279	10,173,806	11,869,278	10,173,806

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Responsabilidades por benefícios projetados Reformados e Pensionistas	6.279.774	5.251.483	6.279.774	5.251.483
Pessoal no activo	7.164.488	6.119.193	7.164.488	6.119.193
Total das responsabilidades	13.444.262	11.370.676	13.444.262	11.370.676
Valor dos activos	(11.869.278)	(10.173.806)	(11.869.278)	(10.173.806)
Passivos líquidos em balanço	1.574.984	1.196.870	1.574.984	1.196.870

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Custo do serviço corrente	275.710	415.238	275.710	415.238
Custo dos juros	1.052.347	1.249.064	1.052.347	1.249.064
Rendimento esperado do fundo	(941.485)	(953.116)	(941.485)	(953.116)
Custos com benefícios a empregados	-	71.058	-	71.058
Custos do exercício	386.572	782.244	386.572	782.244

Nota 21 - Outros Passivos

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Credores estrangeiros	13.771	365.055	13.771	365.055
Credores nacionais	69.779	55.309	168.513	55.788
Contas de liquidação	694.556	479.909	694.556	479.909
Credores trabalhadores	396.436	396.436	396.436	396.436
Outros encargos a pagar	1.463.365	3.668.214	1.468.429	3.828.872
	2.637.907	4.964.923	2.741.705	5.126.060

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão a quantia escriturada à data de reporte é considerada aproximada ao justo valor.

O valor de Outros Encargos a Pagar reflecte a alteração de procedimento no vencimento dos bilhetes do tesouro de emissão especial que passam a transitar para o exercício seguinte. Anteriormente o vencimento dos bilhetes do tesouro emitidos num determinado exercício venciam no mesmo exercício.

Nota 22 - Capital

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique, sendo de 2.361.314 milhares de meticais.

Nota 23 - Reservas

Reserva não Distribuível

Relativamente a 2015, o Conselho de Administração propôs a aplicação de 100% do resultado líquido (excluindo os ganhos não realizados conforme mencionado abaixo) na proporção de 45% para acumular nas reservas e 55% para o Estado sob forma de dividendos (2014: 100% para resultados não distribuídos).

Os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e benefícios pós emprego são transferidos para as reservas não distribuíveis no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a distribuição de resultados não realizados na forma de dividendos.

Reservas de Reavaliação de Justo Valor

Nesta rubrica encontra-se registada a variação de instrumentos de dívida e de acções no exercício. Analisa-se conforme se segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Em 1 de Janeiro	104.354	64.539	103.854	64.039
De instrumentos de dívida	-	-	-	-
De acções	(27.929)	39.815	(27.929)	39.815
Total das variações do ano	(27.929)	39.815	(27.929)	39.815
Em 31 de Dezembro	76.425	104.354	75.925	103.854

Nota 24 – Justo Valor dos Instrumentos Financeiros

Para a determinação do justo valor de activos e passivos financeiros, o Banco utiliza os seguintes níveis de mensuração:

- Nível 1: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros mensurados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis quando esses estejam disponíveis. O Banco considera preços de mercado relevantes e observáveis na sua mensuração do justo valor de instrumentos financeiros quando possível.

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível hierárquico do justo valor.

31 Dezembro 2015	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	7.813.015	-	7.813.015	7.813.015	-	7.813.015
	7.813.015	-	7.813.015	7.813.015	-	7.813.015
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	13.727.251	-	13.727.251	13.727.251	-	13.727.251
Obrigações de outros emitentes	1.300.957	-	1.300.957	1.300.957	-	1.300.957
Outros	1.635.129	-	1.635.129	1.635.129	-	1.635.129
	16.663.337	-	16.663.337	16.663.337	-	16.663.337
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	30.115.392	30.115.392	-	30.115.392	30.115.392
Obrigações do Tesouro dos EUA	9.274.851	-	9.274.851	9.274.851	-	9.274.851
Outros investimentos	-	414.729	414.729	-	414.729	414.729
	9.274.851	30.530.121	39.804.972	9.274.851	30.530.121	39.804.972
	33.751.203	30.530.121	64.281.324	33.751.203	30.530.121	64.281.324
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	39.244.271	39.244.271	-	39.244.271	39.244.271
	-	39.244.271	39.244.271	-	39.244.271	39.244.271

31 Dezembro 2014	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	7.049.491	-	7.049.491	7.049.491	-	7.049.491
	7.049.491	-	7.049.491	7.049.491	-	7.049.491
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	14.646.806	-	14.646.806	14.646.806	-	14.646.806
Obrigações de outros emitentes	1.645.710	-	1.645.710	1.645.710	-	1.645.710
Outros	1.099.594	-	1.099.594	1.099.594	-	1.099.594
	17.392.110	-	17.392.110	17.392.110	-	17.392.110
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	17.616.538	17.616.538	-	17.616.538	17.616.538
Obrigações do Tesouro dos EUA	6.861.829	-	6.861.829	6.861.829	-	6.861.829
Outros investimentos	-	317.508	317.508	-	317.508	317.508
	6.861.829	17.934.046	24.795.875	6.861.829	17.934.046	24.795.875
	31.303.430	17.934.046	49.237.476	31.303.430	17.934.046	49.237.476
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	41.787.059	41.787.059	-	41.787.059	41.787.059
	-	41.787.059	41.787.059	-	41.787.059	41.787.059

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor e respectiva comparação com o seu custo de aquisição.

31 Dezembro 2015	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Custo	Justo valor	Diferença	Custo	Justo valor	Diferença
Activos financeiros e ouro						
Ouro	7.813,015	7.813,015	-	7.813,015	7.813,015	-
	7.813,015	7.813,015	-	7.813,015	7.813,015	-
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	13,985,054	13,727,251	257,803	13,985,054	13,727,251	257,803
Obrigações de outros emitentes	1,396,664	1,300,957	95,707	1,396,664	1,300,957	95,707
Outros	1,758,393	1,635,129	123,264	1,758,393	1,635,129	123,264
	17,140,111	16,663,337	476,774	17,140,111	16,663,337	476,774
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	30,115,392	30,115,392	-	30,115,392	30,115,392	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	9,274,851	9,274,851	-	9,274,851	9,274,851	-
Outros investimentos	414,729	414,729	-	414,729	414,729	-
	39,804,972	39,804,972	-	39,804,972	39,804,972	-
Total de activos financeiros	64,758,098	64,281,324	476,774	64,758,098	64,281,324	476,774
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	39,244,271	39,244,271	-	39,244,271	39,244,271	-
Total passivos financeiros	39,244,271	39,244,271	-	39,244,271	39,244,271	-

31 Dezembro 2014	SEPARADA			CONSOLIDADA		
	Custo	Justo valor	Diferença	Custo	Justo valor	Diferença
Activos financeiros e ouro						
Ouro	7,049,491	7,049,491	-	7,049,491	7,049,491	-
	7,049,491	7,049,491	-	7,049,491	7,049,491	-
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	15,613,947	14,646,806	967,142	15,613,947	14,646,806	967,142
Obrigações de outros emitentes	1,685,868	1,645,710	40,157	1,685,868	1,645,710	40,157
Outros	832,781	1,099,594	(266,813)	832,781	1,099,594	(266,813)
	18,132,596	17,392,110	740,487	18,132,596	17,392,110	740,486
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	17,616,538	17,616,538	-	17,616,538	17,616,538	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,861,829	6,861,829	-	6,861,829	6,861,829	-
Outros investimentos	317,508	317,508	-	317,508	317,508	-
	24,795,875	24,795,875	-	24,795,875	24,795,875	-
Total de activos financeiros	49,977,962	49,237,476	740,487	49,977,962	49,237,476	740,486
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	41,787,059	41,787,059	-	41,787,059	41,787,059	-
Total passivos financeiros	41,787,059	41,787,059	-	41,787,059	41,787,059	-

Nota 25 - Rubricas Extrapatrimoniais

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Garantias e avales	177.716	177.716	177.716	177.716
Créditos documentários abertos	1.200.577	195.000	1.200.577	195.000
Transacções efectuadas em nome do Estado	1.378.292	17.284	1.378.292	17.284
	2.756.585	390.000	2.756.585	390.000

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram contabilizadas em contas extrapatrimoniais. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções. O saldo das transacções efectuadas em nome do Estado inclui maioritariamente o valor nominal dos Bilhetes do Tesouro, notas e moedas fabricadas que ainda não foram lançadas no mercado bem como promissórias a favor do FMI.

Nota 26 - Margem Financeira

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

26.1. Juros e rendimentos equiparados

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Juros de depósitos a prazo	1.567.542	1.281.366	1.578.123	1.290.166
Juros de títulos disponíveis para venda	528.660	431.368	528.660	431.368
Juros de títulos detidos para negociação	157.283	195.024	157.283	195.024
Juros de depósitos à ordem	5.764	6.073	7.100	6.823
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	22.444	79.438	22.444	79.438
Outros juros	2.401	4.543	2.401	4.543
	2.284.094	1.997.813	2.296.011	2.007.363

26.2. Juros e custos equiparados

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	1.676.862	1.689.589	1.676.862	1.689.589
Juros de aplicações de liquidez	16.519	17.784	16.519	17.784
Outros juros e gastos similares	2.880	4.785	5.117	7.187
	1.696.261	1.712.158	1.698.499	1.714.561

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2015 foi de 1.306.184 milhares de meticais (2014: 1.123.792 milhares de meticais) e de 528.660 milhares de meticais (2014: 431.368 milhares de meticais), respectivamente.

Nota 27 - Resultados de Operações em Moeda Estrangeira e Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Resultados de vendas de divisas				
De operações em ouro	(4.293.805)	1.795.867	(4.293.805)	1.795.867
De operações em moeda estrangeira	11.827.742	2.361.505	11.823.894	2.363.210
Total	7.533.937	4.157.372	7.530.089	4.159.077

Ver nota 15 relativamente aos resultados de reavaliação cambial não realizados.

Nota 28 - Outros Rendimentos Operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Comissões de Cobrança	4.758	3.906	4.758	3.906
Comissões de Transferência	235	1.041	235	1.041
Outros Serviços	1.791	4.737	1.791	4.737
Outros Proveitos Operacionais	464.560	128.799	468.307	128.799
Outros Ganhos	2.118	201	2.118	441
	473.462	138.684	477.209	138.924

Nota 29 – Gastos com o Pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Remunerações dos órgãos de gestão	97.861	90.135	99.022	92.190
Remunerações de empregados	2.488.662	2.370.237	2.509.469	2.392.391
Custos com benefícios a empregados - Nota 20	335.107	71.058	335.107	71.058
Encargos Sociais	87.611	70.662	88.237	70.662
Outras despesas com o pessoal	(33.873)	2.582	(28.917)	4.260
	2.975.368	2.604.674	3.002.918	2.630.562

À data de 31 de Dezembro de 2015, o número de funcionários do Banco ascendia a 1.023 (2014: 1.019).

Nota 30 – Outros Gastos Operacionais

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
Fornecimentos de terceiros	114.791	94.908	114.791	94.908
Serviços de terceiros	530.882	632.478	658.119	724.209
Custos com a produção de notas e moedas	356.929	316.396	356.929	316.396
Outros gastos	291.511	197.500	291.511	198.366
Outras perdas	82.230	3.694	82.230	3.694
	1.376.343	1.244.976	1.503.580	1.337.573

A rubrica de outros gastos refere-se principalmente a impostos directos no montante de 29.611 milhares de meticais em 2015 (2014: 47.805 milhares de meticais) e comissões pagas referentes a carteiras sob gestão externa no montante de 72.125 milhares de meticais em 2015 (2014: 64.218 milhares de meticais).

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza, nos mesmos termos que o Estado, de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas.

A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nota 31 - Partes Relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são como segue:

31 Dezembro de 2015

	CONSOLIDADADA			
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	Total
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	23.475.000	-	273.593	23.748.593
Creditos e adiantamentos	-	20.433	341.033	361.466
Total	23.475.000	20.433	614.626	24.110.059
Passivos				
Depósitos do Estado	25.533.488	-	-	25.533.488
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros	34.817.372	-	-	34.817.372
Total	60.350.860	-	-	60.350.860

31 Dezembro de 2014

	CONSOLIDADADA			
	Entidades do Governo	Pessoal chave de gestão	Participações	Total
Activos				
Activos financeiros disponíveis para venda	8.400.000	-	156.293	8.556.293
Creditos e adiantamentos	-	23.287	265.333	288.620
Total	8.400.000	23.287	421.626	8.844.913
Passivos				
Depósitos do Estado	28.702.399	-	-	28.702.399
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros	40.343.426	-	-	40.343.426
Total	69.045.825	-	-	69.045.825

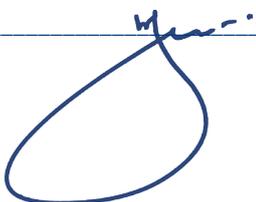
As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco, são como segue:

	SEPARADA		CONSOLIDADA	
	2015	2014	2015	2014
	Pessoal chave de gestão			
Benefícios de curto prazo	97.861	90.135	99.022	92.190
	97.861	90.135	99.022	92.190

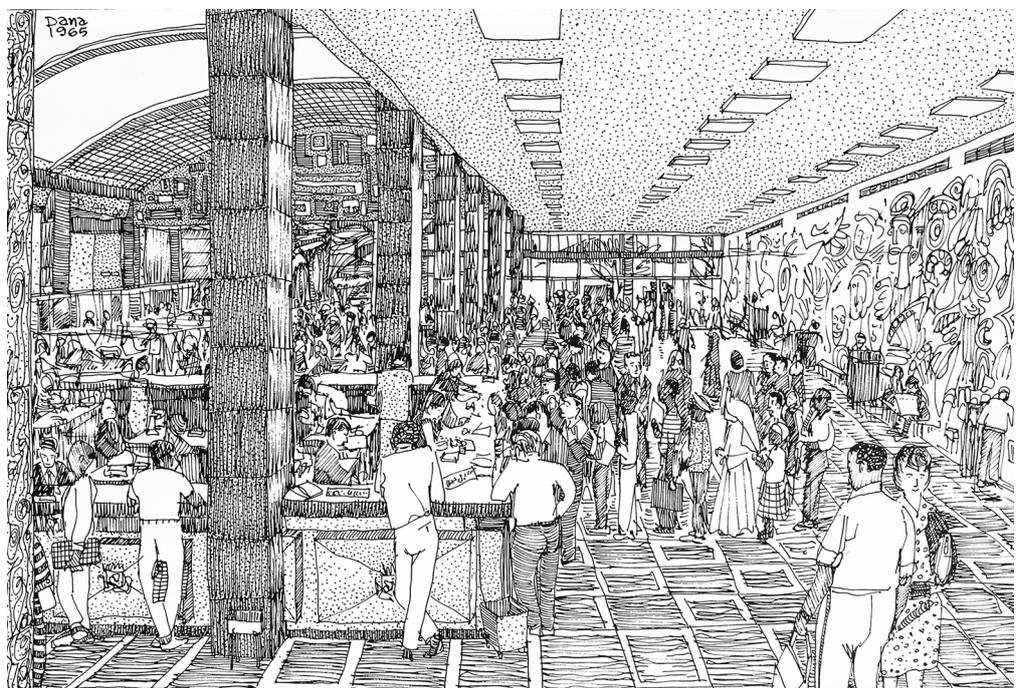
DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Artista
Dana Michahelles

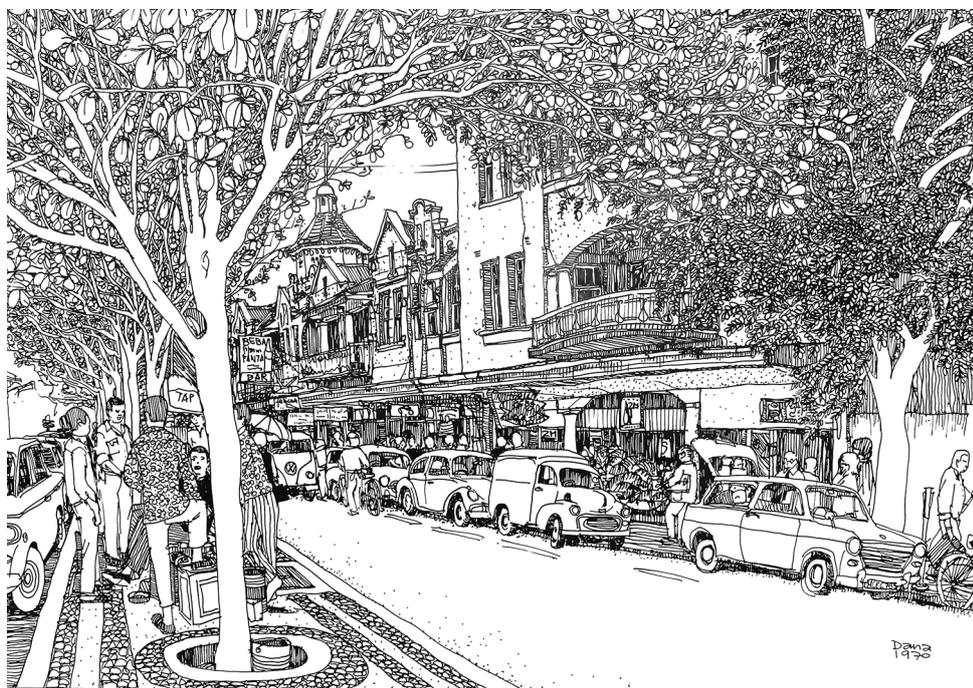


tinta de china sobre papel

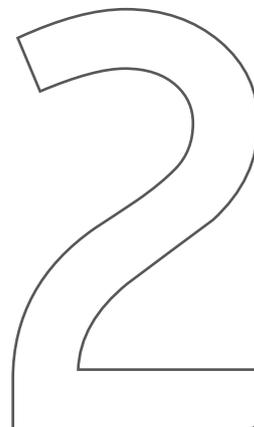
57 x 73 cm

1965

SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



tinta de china sobre papel
73 x 58 cm
1970





Sumário

O ano de 2015 foi caracterizado por uma confluência de eventos com importantes implicações macroeconómicas ao nível global e doméstico. A fraca procura mundial das mercadorias, sobretudo pela China – economia onde a produção manufactureira e as exportações estão a ceder terreno ao consumo e aos serviços como motores de crescimento, e a persistente queda dos preços internacionais das mercadorias, tiveram impactos diferenciados à escala global, sobretudo ao nível das economias em desenvolvimento. A redução da procura e dos preços do petróleo, do carvão e do gás natural, por exemplo, afectou negativamente não só os volumes e valores da produção e exportação dos países exportadores, como também os investimentos nas indústrias extractivas, com implicações, entre outras, na desaceleração do ritmo de expansão da actividade económica, no agravamento dos défices de conta corrente e fiscal, no défice de divisas, no desgaste de reservas internacionais, no enfraquecimento das moedas domésticas e no agravamento das pressões inflacionárias. Para as economias desenvolvidas, e a maioria das não exportadoras de mercadorias primárias, o efeito mais visível foi a redução dos níveis de inflação, incluindo deflações, fundamentalmente por força da queda dos índices dos bens e serviços ligados à energia.

A normalização gradual da política monetária pelo banco central dos EUA (Fed) em face dos sinais de maior robustez que a economia foi exibindo, num período em que os bancos centrais das outras economias avançadas desdobraram-se em aumentos dos estímulos monetários, teve o condão de adicionar pressão no sentido de fortificação do Dólar dos EUA nos mercados internacionais. Com efeito, depois da retirada dos estímulos monetários, o Fed procedeu, no final do ano, a um aumento da taxa de juro de referência da política monetária, facto que aconteceu pela primeira vez após cerca de nove anos.

De acordo com a publicação *World Economic Outlook* de Abril de 2016, o crescimento económico mundial em 2015 desacelerou para 3,1%, após 3,4% em 2015, por conta de um crescimento mais lento nas economias de mercados emergentes (4,1%, após 4,6% em 2014), responsáveis por cerca de 70% do crescimento mundial. Entre aquelas, destaca-se a recessão económica na Rússia e no Brasil, países exportadores de mercadorias primárias, e as desacelerações na África do Sul e na Nigéria, as duas maiores economias da África Subsaariana (representam cerca de 33% e 20% do PIB da região), igualmente, exportadoras de mercadorias. Nos países desenvolvidos o destaque vai para a aceleração do crescimento na Zona do Euro, que passou de 0,9% em 2014, para 1,6% em 2015, e a manutenção da expansão anual de 2,4% nos EUA.

Moçambique, em particular, ressentiu-se da queda dos preços das mercadorias exportadas, com realce para o gás, o alumínio, as areias pesadas e os produtos agrícolas de exportação, com reflexos na desaceleração do crescimento económico, no agravamento, dos défices em conta corrente e fiscal e de divisas no mercado cambial, na depreciação do Metical e na inflação. Por seu turno, a queda do preço internacional do petróleo, um dos maiores produtos de importação, se por um lado, ajudou a aliviar a pressão sobre o fundo cambial do país e sobre o défice em conta corrente, por outro lado não se reflectiu numa inflação mais baixa no consumidor, por força da manutenção administrativa dos preços dos combustíveis líquidos.

Com efeito, estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) publicadas em Maio de 2016, apontam para a desaceleração do crescimento do PIB de Moçambique em 2015 para 6,6%, após 7,4% em 2014, maioritariamente, atribuída aos ramos de comércio, de serviços financeiros e de impostos sobre produtos, que viram a sua contribuição conjunta para o crescimento reduzida em 150 pb, suplantando, deste modo, o aumento de 120 pb na contribuição combinada dos ramos de indústria transformadora, de serviços de transportes e comunicações e de administração pública.

Note-se, ainda, o impacto positivo da operação de novas centrais termoeléctricas movidas a gás, não só no consumo doméstico desta fonte de energia, como no crescimento da produção da electricidade. Foi assim que, mesmo perante desacelerações de cerca de 5 pp e de 25 pp na extracção do carvão mineral e de outros minérios, e ainda redução 10,6% na extracção e preparação de minérios metálicos (aumento de 30,1% em 2014), o ramo de indústria extractiva como um todo cresceu em 22,5%, após 24,6% em 2014, maioritariamente suportado pela extracção do gás, cujo crescimento acelerou para 34,8% em 2015, após 26,1% em 2014.

O crescimento da produção do ramo agrícola em particular – o maior da economia, com um peso ligeiramente acima do 20% no PIB total, desacelerou 70 pb em 2015, ao passar de 3,8% em 2014 para 3,1%, como resultado da combinação de factores como as cheias na região centro-norte do país, a estiagem aguda e prolongada nas regiões sul-centro, e os constrangimentos na circulação de bens e pessoas entre o sul e o centro/norte, dada a tensão militar.

Ainda em 2015, o metical esteve sob forte pressão no mercado cambial, tendo-se em Dezembro depreciado 42,3% face ao USD (73,1% em Novembro), após 5,5% em Dezembro de 2014, como resultado do aumento do défice de divisas de corrente, da combinação, entre outros, de factores como; (i) o agravamento do défice nas transacções com o exterior; (ii) aumento do serviço da dívida pública externa; (iii) a queda da ajuda externa oficial para o apoio ao orçamento do Estado e à balança de pagamentos; e (iv) o aumento do financiamento interno bancário ao Estado.

A depreciação do metical teve ainda o condão de valorizar os saldos dos depósitos de residentes constituídos em moeda estrangeira, quando convertidos para meticais, ainda que na moeda original não tenham crescido, conferindo maior poder de compra a certos extractos da economia, o que constituiu um canal adicional de transmissão da taxa de câmbio para os preços no consumidor, por via dos saldos dos agregados monetários.

Para conter a aceleração da inflação e das suas perspectivas de curto e médio prazo, não obstante, o impacto favorável da queda dos preços internacionais dos alimentos, o Banco de Moçambique iniciou, em Setembro, um novo ciclo de política monetária, mais restritivo, tendo até Dezembro aumentado as taxas de juro das facilidades Permanentes de Cedência de liquidez (FPC) e de Depósito (FPD) em 225 pontos base (pb), passando a primeira de 7,5% para 9,75% e última de 1,5% para 3,75%, bem como o coeficiente de reserva obrigatória, que passou de 8% para 10,5%.

Outras medidas implementadas, visando o racionamento do uso das divisas, incluem as vendas pelo BM no MCI apenas para importações prioritárias, a exemplo dos combustíveis, medicamentos e cereais, e a introdução de um limite máximo anual na utilização de cartões bancários no exterior por cada indivíduo.

1. Evolução Económica Internacional

1.1. Economia Mundial em 2015

Este capítulo do relatório retrata a conjuntura económica internacional em 2015, com destaque para indicadores como a actividade económica, medida através do crescimento real do PIB, e a inflação. Porém, dadas as suas implicações transversais sobre o desempenho dos indicadores macroeconómicos, o capítulo dedica uma atenção especial à evolução dos preços internacionais das principais mercadorias com impacto na balança de pagamentos de Moçambique e nos preços no consumidor.

De acordo com a publicação *World Economic Outlook* de Abril de 2016, o crescimento económico mundial abrandou em 2015, ao passar de 3,4% em 2014 para 3,1%, tendo-se, porém, registado desempenhos diferenciados entre os principais blocos de países, conforme pode-se observar na tabela 1. Nas economias avançadas o crescimento acelerou, passando de 1,8% em 2014 para 1,9% em 2015, reflectindo sobretudo a recuperação da economia da Zona do Euro (crescimento de 1,6% em 2015, após 0,6% em 2014, devido ao forte ressurgimento do investimento privado), e do Japão (crescimento de 0,5%, após estagnação em 2014), enquanto nas de mercados emergentes e em desenvolvimento desacelerou, passando de 4,6% em 2014 para 4%.

Quadro 1: **Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais**

Região	PIB – Variação Real			IPC – Variação Média Anual		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Economia Mundial	3,3	3,4	3,1	-	-	-
Economias Avançadas	1,3	1,8	1,9	1,4	1,4	0,3
EUA	2,2	2,4	2,4	1,5	0,8	0,1
Zona do Euro	-0,5	0,9	1,6	1,5	-0,2	0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,7	4,6	4,0	5,9	4,7	4,7
Ásia	6,6	6,8	6,6	4,7	4,1	2,7
Europa	2,8	2,8	3,5	4,2	4,0	2,9
América Latina (Brasil)	2,5	0,1	-3,8	6,2	6,3	9,0
África Subsaariana	5,2	5,1	3,4	6,1	4,7	4,7

Fonte: *World Economic Outlook (October 2015 and January 2016 (Update))*

Entre as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento destaca-se a recessão económica na Rússia e no Brasil, com decréscimos do PIB na ordem dos 3,7% e 3,8%, respectivamente, e a rápida desaceleração na Nigéria, ao passar de 6,3% em 2014, para 2,7% em 2015. Note-se que a Nigéria e a África do Sul, cujo crescimento reduziu de 1,5% em 2014 para 1,3%, representam, em conjunto, cerca de metade do PIB da África Subsaariana, que desacelerou de 5,1% em 2014 para

3,1%. As quatro economias, ora mencionadas têm a particularidade de dependerem fortemente da exportação de mercadorias, cuja procura e preço estiveram em queda acelerada ao longo do ano. A perda de *momentum* na China, cujo crescimento passou de 6,8% em 2014 para 6,6% em 2015, contribuiu, igualmente, para o resultado global das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, sendo de realçar o facto de o crescimento daquela ter sido suportado pelo consumo interno, no contexto de um crescimento mais lento da produção manufactureira virada para as exportações.

Se por um lado a queda dos preços das mercadorias, onde o petróleo se destaca com -47,2% (-7,5% em 2014) comparado com os -17,5% das não-petrolíferas (-4% em 2014), contribuiu para a queda da inflação nas economias desenvolvidas, passando de uma média de 1,4% em 2014 para 0,3% em 2015 – a mais baixa desde a eclosão da crise económica e financeira internacional, e num grupo de economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, por outro lado teve efeitos adversos nas exportadoras das mesmas, que se depararam com a queda do valor das exportações e, logo, com um défice de divisas que despoletou depreciações cambiais aceleradas, resultando em inflação alta. No mesmo período, a queda média dos preços internacionais dos alimentos – produtos com um peso considerável nos cabazes do IPC da maior parte das economias, aumentou para 17,1% (-4,9% em 2014), servindo de contrapeso à inflação.¹

As reacções dos principais bancos centrais aos eventos que caracterizaram o ano foram mistas, tendo os da Zona do Euro, da Inglaterra e do Japão optado por uma política de aumento dos estímulos monetários e corte da taxas de juro, de modo a estimularem a demanda, os preços e, por via disso, o investimento e a produção. O Fed, por seu turno, perante a melhoria dos principais indicadores macroeconómicos, incluindo o emprego, decidiu pôr término à política de estímulos diversos à economia dos EUA, logo no início do ano, tendo já na parte final do ano iniciado o novo ciclo, aumentando a sua taxa de juro de referência. Relativamente ao mercado cambial, assistiu-se, em 2015, a uma fortificação generalizada do Dólar norte-americano, derivada da combinação do expansionismo monetário fora dos EUA, como também da fortificação dos indicadores macroeconómicos nos EUA e das expectativas que os investidores foram alimentando em torno do aumento da taxa de juro de referência na economia Norte-americana.

1.2. SADC

Excepto na Tanzânia, o desempenho económico deteriorou-se em todas as economias da SADC em 2015, maioritariamente dependentes da exportação de mercadorias, destacando-se a estagnação no Botswana e as desacelerações de 300 pb e 190 pb no crescimento do PIB do Malawi e da Zâmbia. Os dois últimos países, à par de Moçambique, apresentaram os mais altos níveis de depreciação cambial face ao Dólar dos EUA na região (42,6% e 72% respectivamente), e de inflação (24,9% e 21,8% respectivamente), conforme pode-se observar na tabela 2.

¹Preços médios anuais.

Quadro 2: Indicadores Macroeconómicos de Países da SADC

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB Real – variação anual								
2010	3,4	7,0	6,7	4,2	2,8	6,4	7,6	6,6
2011	3,4	6,1	5,8	4,1	2,8	6,1	6,8	7,3
2012	5,2	4,3	5,0	3,4	2,5	6,8	7,3	7,4
2013	6,8	5,9	6,4	3,2	1,9	7,0	6,5	7,4
2014	4,8	5,3	6,0	3,9	1,5	4,1	7,1	7,4
2015 ^a	4,9	0,0	3,0	3,4	1,3	7,0	5,0	6,3
IPC – variação anual, Dezembro a Dezembro								
2010	15,3	7,4	6,3	2,9	3,5	5,6	7,9	16,6
2011	11,4	9,2	7,7	6,5	6,1	19,8	7,2	5,5
2012	9,8	7,4	34,6	3,9	5,7	12,1	7,3	2,2
2013	7,7	4,1	23,5	4,0	5,4	5,6	7,1	2,9
2014	7,5	3,7	24,2	0,2	5,3	4,8	7,9	1,1
2015	14,3	3,1	24,9	1,3	5,2	8,8	21,8	10,6
Moeda Doméstica/USD – variação anual, Dezembro a Dezembro								
2010	3,8	-3,2	7,1	2,8	-10,7	10,7	3,2	19,3
2011	1,1	16,0	8,0	-3,0	22,2	6,7	7,0	-17,3
2012	2,4	4,1	116,5	4,0	14,4	1,6	1,3	8,7
2013	1,9	12,4	29,3	-1,6	23,6	0,1	6,3	1,5
2014	5,6	8,9	9,6	6,5	10,5	9,2	15,9	5,51
2015	30,9	15,7	42,6	13,6	33,7	24,7	72,0	42,3

Fontes: Autoridades Estatísticas Oficiais e *World Economic Outlook* (Janeiro 2016)

Notas: ^a previsão.

Regra geral, a inflação acelerou nos países da região, a reflectir a combinação de factores como o maior enfraquecimento das moedas com o défice interno da oferta de alimentos, no contexto da estiagem prolongada que caracterizou a maior parte deles. A África do Sul, a economia mais pujante e diversificada da região, as Maurícias e o Botswana, foram as poucas excepções, onde a inflação manteve-se ainda a níveis baixos, ainda que na primeira se tivesse mantido sempre ao redor do limite superior da banda da meta estabelecida.

Como forma de conter as pressões inflacionárias e os níveis de depreciação das moedas face ao Dólar dos EUA, as autoridades monetárias de Angola, África do Sul e Moçambique decidiram pelo incremento das suas taxas de juro de referência, na parte final do ano.

1.3. Preços das Mercadorias

No geral, os preços médios internacionais das principais mercadorias com impacto na Balança de Pagamentos de Moçambique e no comportamento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), evoluíram em queda em 2015, destacando-se, entre aquelas que o País é importador líquido, o petróleo (-35%), o trigo (20,1%), o milho (-9,8%) e o arroz (-3,4%). Entre aquelas que o País é exportador líquido destaca-se a quedas dos preços do carvão térmico (-22,4%), do gás (-19,5%) e do alumínio (-18,9%)².

² Variação anual de Dezembro a Dezembro.

Quadro 3: Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional

Produto	Preço fim do Período		Varição Dez-Dez	Varição média anual	
	Dec-14	Dec-15	2015	2014	2015
Ouro	1.183,55	1.060,91	-10,36	-10,36	-7,91
Alumínio	1.857	1.506	-18,90	1,28	-11,75
Gás	2,89	2,33	-19,47	11,93	-38,61
Brent	57,55	37,59	-34,68	-10,05	-44,41
Milho	396,75	357,75	-9,83	-27,71	-9,89
Trigo	586	468,5	-20,05	-14,24	-14,39
Arroz	11,21	10,83	-3,43	-10,54	-21,19
Açúcar	14,56	15,21	4,46	-6,30	-19,54
Algodão	60,25	63,30	5,06	-9,72	-15,92
Carvão Térmico	63,75	49,5	-22,35	-10,39	-21,25

Fonte: Reuters & FMI

À semelhança da maioria dos países cuja produção e exportações não estão suficientemente diversificadas, em Moçambique, a queda dos preços dos produtos exportados teve implicações negativas no desempenho do produto interno, na balança de pagamentos, nas reservas cambiais, na capacidade de importação, na capacidade de execução orçamental pelo Estado (défice) e finalmente, no comportamento da taxa de câmbio. A depreciação do Metical na ordem dos 42,25%, em termos anuais em 2015, e de 24,7% em termos de média anual, face ao Dólar dos EUA, por seu turno, impediu a realização plena dos ganhos da queda dos preços dos produtos importados sobre o preço no consumidor final e a inflação doméstica.

2. Conjuntura Interna

2.1. Sector Real

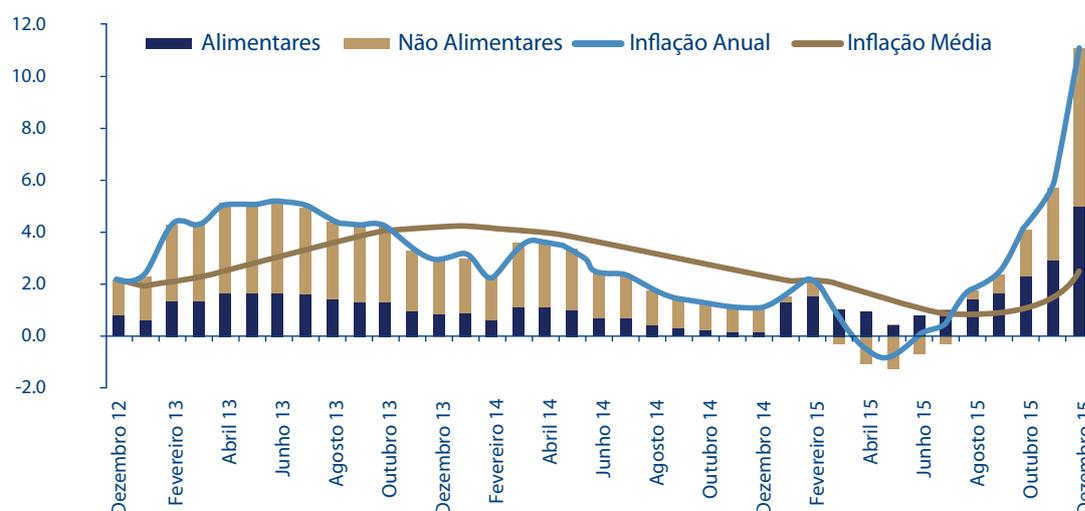
2.1.1. Preços

A. Evolução do IPC da Cidade de Maputo

Segundo dados do INE, a inflação anual na Cidade de Maputo situou-se nos 11,1% em Dezembro de 2015, conforme se pode observar no gráfico 1, correspondente a um incremento de cerca de 10 pp face aos 1,1%, verificados em igual período de 2014. Destaque-se que a inflação em 2015 concentrou-se mais nos últimos três meses do ano, quando o IPC incrementou 9,7% de Setembro a Dezembro, em resultado da combinação dos seguintes factores: (i) défice na oferta de produtos alimentares, com peso significativo no cabaz do IPC, sobretudo no último trimestre, devido ao efeito da estiagem severa e prolongada que afectou as regiões sul e centro do país combinada

com as cheias no centro-norte e ainda os constrangimentos na ligação entre o sul e centro/norte do País; (ii) depreciação do Metical em relação às moedas dos principais parceiros comerciais de Moçambique, que não só encareceu os produtos importados no geral, mas também alguns serviços privados cujos preços estão indexados ao Dólar dos EUA, exemplo das consultas de saúde em clínicas privadas, as propinas escolares, entre outros; e (iii) o ajustamento em alta no último trimestre, de alguns preços administrados, exemplo do pão, da electricidade e da água canalizada.

Gráfico 1: **Inflação Anual na Cidade de Maputo (%)**



Fonte: INE

A decomposição do IPC por grandes grupos de produtos (Tabela 4) mostra os seguintes comportamentos:

- i. **Produtos Alimentares** – com um peso de 38,3% no cabaz do IPC, ao registarem um aumento anual de 19,98% (1,72% em 2014), contribuíram com 7,65 pp na inflação anual em Dezembro de 2015, destacando-se os cereais e derivados (+28,94%), os mariscos, as carnes e derivados (+14,22%) e as frutas e vegetais (+16,52%).
- ii. **Produtos não Alimentares** – com um incremento anual de 5,97% nos preços (0,51% em 2014), contribuíram com 3,45 pp, destacando-se os veículos automóveis e acessórios (+16,79%), o vestuário e calçado (+3,93%), os electrodomésticos diversos (+12,74%), e os serviços de educação (+10,47%), de restaurantes e hotelaria (+9,61%) e de comunicações (+2,88%).
- iii. **Produtos Administrados** – o ajustamento em alta dos preços de alguns dos produtos com preços administrados, nomeadamente, o pão (+29,2%) e a água canalizada (+1,6%) em Outubro e a tarifa da energia eléctrica (+7,0%) em Novembro, em conjunto elevaram a inflação anual do subgrupo de produtos administrados para 7,14%, após uma variação nula no ano precedente.

Quadro 4: **Produtos com Maior Variação Anual (%) - Maputo**

Classe de Produtos	Dez-14	Mar-15	Jun-15	Set-15	Dez-15
Produtos Alimentares e bebidas Não Alcoólicas	1,62	0,62	-1,73	3,09	19,87
Produtos Alimentares	1,72	0,68	-1,89	3,02	19,98
Produtos Agrícolas	2,87	-1,06	-4,75	2,61	18,82
Frutas e Vegetais	3,91	-2,02	-6,68	2,40	16,52
Mariscos Carnes e Derivados	0,29	1,66	0,29	2,18	14,22
Bebidas Não Alcoólicas	0,36	7,08	10,10	12,30	25,93
Bebidas alcoólicas e Tabaco (vinhos e cigarros)	-0,28	0,75	0,15	-0,18	9,13
Produtos Importados	0,27	1,45	-0,01	0,91	7,56
Importados Alimentares	3,18	-1,85	-1,28	5,47	24,42
Cereais e Derivados	1,02	1,14	1,40	3,22	28,94
Veículos e Acessórios	1,84	2,43	3,25	13,30	16,79
Electrodomésticos Diversos	4,88	1,09	1,74	1,61	12,74
Vestuário e Calçado	1,80	0,74	2,53	1,53	3,93
Produtos Administrados	0,00	0,00	0,00	0,00	7,14
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	1,35	0,15	0,28	0,01	3,29
Saúde	3,46	1,67	0,99	0,58	2,02
Transportes	-0,52	-0,29	-0,10	3,02	4,56
Comunicações	0,15	-1,08	-1,18	0,59	2,88
Educação	3,75	10,47	10,47	10,47	10,47
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	2,92	2,70	2,69	1,98	9,61
IPC	1,10	0,77	0,12	2,41	11,10

Fonte: INE

Core Inflation – IPC da cidade de Maputo

Ainda Dezembro de 2015, o núcleo da inflação (*core inflation*, ou IPCXFrut&Veg na tabela 5), que mede as variações da média dos preços bens e serviços menos voláteis, nas circunstâncias as frutas e vegetais, ascendeu os 9,97% (+0,59% em Dezembro de 2014), o que, de algum modo, confirma o carácter mais generalizado da inflação em 2015, quando comparada à de 2014.

Quadro 5: **Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo (%)**

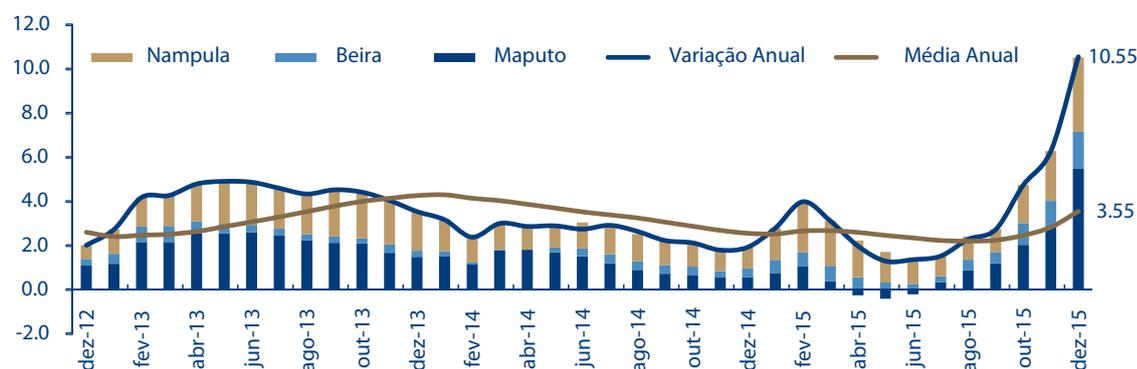
	Dez-14	Mar-15	Jun-15	Set-15	Dez-15
IPC	1,10	0,77	0,12	2,41	11,10
Alimentares	1,72	0,68	-1,89	3,02	19,98
Frutas e Vegetais	3,91	-2,02	-6,68	2,40	16,52
Importados	3,18	-1,85	-1,28	5,47	24,42
Não Alimentares	0,51	1,15	1,77	2,43	5,97
Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Core Inflation					
IPCx Admin	0,73	0,79	-0,01	2,66	11,67
IPCx Frut&Veg	0,59	1,20	1,46	2,42	9,97
IPCx FrutVegAdm	-0,01	1,24	1,56	2,76	10,39
IPCx Combust	1,03	0,72	0,07	2,46	11,51

Fonte: INE

B. Evolução do IPC (agregado) de Moçambique:

A inflação de Moçambique, variação do IPC que agrega os das cidades de Maputo, Beira e Nampula, situou-se em 10,55% em Dezembro de 2015, após 1,93% em Dezembro de 2014, conforme se pode observar no gráfico 2 notando-se ,porém, alguma diferenciação nas contribuições dos diferentes grupos de produtos (vide Tabela 6).

Gráfico 2: **Evolução Anual do IPC Moçambique (%)**



Fonte: INE

Quadro 6: **Classes de Produtos com maior variação anual de preços (Índice Agregado)**

Classe de Produtos	Moçambique		Maputo		Beira		Nampula	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	3,24	17,51	1,63	19,87	4,33	16,20	4,53	15,27
Bebidas alcoólicas e tabaco	0,56	7,68	-0,28	9,14	-1,13	11,78	3,83	3,12
Vestuário e calçado	2,63	5,74	1,81	3,93	2,92	2,30	3,17	8,93
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	0,81	2,77	1,35	3,29	1,07	6,75	-0,49	-0,03
Mobiliário, manutenção corrente da habitação	-0,5	7,50	-0,15	9,53	-1,74	5,21	0,02	5,89
Saúde	1,7	0,96	1,45	2,02	2,13	2,03	2,04	-1,17
Transportes	0,16	3,66	-0,53	4,60	0,97	9,75	0,86	0,40
Comunicações	-0,92	2,87	-1,36	4,45	-0,12	0,00	-0,41	0,00
Lazer, recreação e cultura	-0,18	6,47	-0,70	7,09	0,92	0,72	-0,03	7,71
Educação	5,85	13,27	3,75	10,47	11,30	1,61	23,86	35,66
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	3,35	10,62	2,93	9,61	1,22	8,15	5,86	17,80
Bens e serviços diversos	0,56	4,34	1,35	4,80	-0,25	2,16	-1,50	4,06
IPC Geral	1,93	10,55	1,10	11,10	2,68	10,88	2,78	9,56

Fonte: INE

2.1.2. Produto Interno Bruto

De acordo com o INE, o produto interno bruto (PIB) em 2015 aumentou em 6,6%, em termos reais, um abrandamento de 80 pb relativamente a 2014, maioritariamente, atribuído à desaceleração das actividade dos ramos de comércio, de serviços financeiros e de impostos sobre produtos, que com um peso combinado de 25,0% no produto total em 2014 (25,1% em 2015), viram a sua contribuição para o crescimento reduzida em 150 pb, suplantando, deste modo, o aumento de 120 pb na contribuição

combinada dos ramos de indústria transformadora, de serviços de transportes e comunicações e da administração pública, que possuem em conjunto um peso de 27,7% no produto total (26,9% em 2014).

O crescimento do PIB em 2015 foi liderado, de acordo com a tabela 7, pelos ramos de transportes e comunicações (crescimento de +8,6% em 2015, após 5,1% em 2014), da Administração Estatal (+14,8%, após 10,6%) e da indústria transformadora (+8,5%, após 2,6%), num contexto de manutenção de crescimento robusto da indústria extractiva (+22,5%, após 24,6%) e da construção (+12%, após 12,1%).

Quadro 7: Dinâmica do PIB por Sectores em %

Sectores de Actividade	Var. Anual (%)			Contribuição (pp)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2014
Agricultura, pecuária	1,7	3,8	3,1	0,4	0,9	0,7
Indústria Extractiva	15,7	24,6	22,5	0,4	0,7	0,7
Indústria Transformadora	4,1	2,6	8,5	0,4	0,2	0,7
Electricidade e Água	5,5	5,1	11,6	0,2	0,1	0,3
Construção	7,2	12,1	12,0	0,1	0,2	0,2
Comércio	15,4	9,3	4,4	1,6	1,0	0,5
Transportes e Comunicações	8,5	5,1	8,6	1,1	0,7	1,1
Serviços Financeiros	14,5	15,0	5,9	0,7	0,8	0,3
Aluguer de Imóveis Ser. Rep	6,0	7,7	7,5	0,4	0,5	0,5
Educação	3,0	7,6	7,4	0,2	0,5	0,5
Administração Pública	3,7	10,6	14,8	0,2	0,6	0,8
Outros	-6,1	13,1	-3,1	-0,2	0,5	-0,1
Impostos s/ Produtos	22,1	8,2	2,5	1,6	0,7	0,2
PIB a preços de mercado	7,1	7,4	6,6	7,1	7,4	6,6

Fonte: INE

Ao nível daqueles sectores que lideraram o crescimento em 2015 destaca-se o seguinte:

- Transportes e Comunicações – revigoração do transporte rodoviário de passageiros e carga (+11,4% em 2015, após queda de 9,9% em 2014), decorrente do incremento dos meios circulantes e da melhoria na transitabilidade nos distritos, e manutenção da expansão robusta dos serviços de telecomunicações (+13,4%, após +14,1%);
- Administração Pública – expansão dos serviços prestados pela Administração Central, passando de um crescimento de 8,4% em 2014, para 15,9%;
- Indústria Transformadora – recuperação da produção nas áreas de alimentos (+13,4%, após 1,2%), vestuário e têxteis (+24,7%, após queda de 26,1%), minerais não metálicos (+53,1%, após queda de 21,3%), produtos e equipamentos metálicos (+30,8%, após queda de 20,7%) e mobiliário (+10,3%, após 7,6%), e contracção na produção do alumínio (-1%, após +11,6%), de bebidas e tabaco (-29,5%, após -36%);

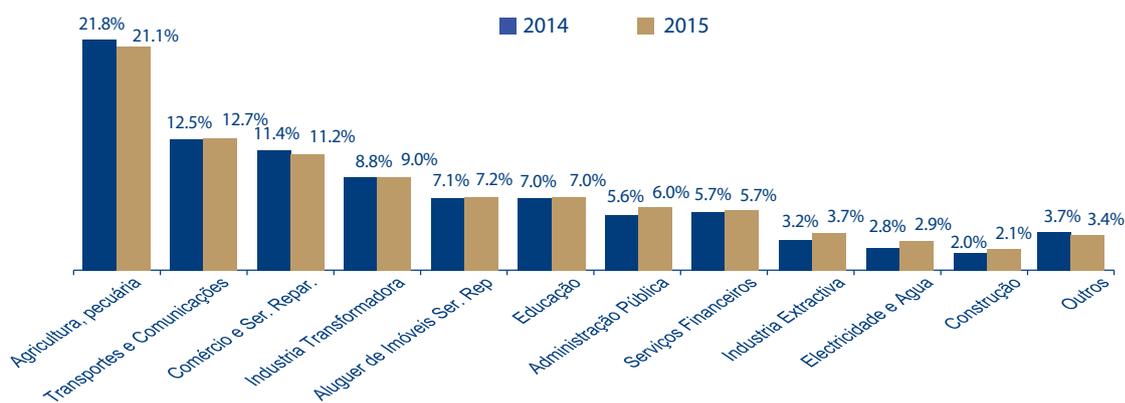
- Indústria Extractiva – aceleração da extracção do gás (+34,8%, após 26,1%), em parte favorecida pela operação das centrais termoeléctricas recentemente estabelecidas e pelo uso cada vez maior em algumas indústrias, que amorteceu o impacto da desaceleração na extracção do carvão (+14,5%, após 19%) e da queda da extracção de minérios metálicos (-10,6%, após +30,1%); e
- Construção – crescimento assente na construção de auto-estradas, pontes, aeroportos e vias férreas (+20,4%, após 0,7%), num contexto de abrandamento da construção geral de edifícios e desenvolvimento de projectos de edifícios (+20,9%, após 31,5%) e do declínio de 11,7% (+6,0% em 2014) na construção de redes de transporte de água, distribuição de energia, de telecomunicações e outras redes. Por seu turno, o crescimento da produção agrícola, sector com um peso 21,8% no produto total de 2015, abrandou ligeiramente, ao passar de 3,8% em 2014 para 3,1%, a reflectir o impacto da combinação de factores como as cheias no norte do país (e em algumas regiões do centro) e a estiagem prolongada no sul e centro do país, sobre a produção de culturas de rendimento como a soja, o algodão e o tabaco e as frutas e vegetais.

Embora com pesos relativamente diminutos no produto total, destaca-se ainda a aceleração do crescimento da produção dos seguintes ramos de actividade em 2015:

- Electricidade e água: +11,6%, após +5,1% em 2014, na sequência da operacionalização das centrais termoeléctricas, e da expansão da capacidade de transmissão da energia eléctrica; e
- Turismo: +8,2%, após +4,9%, decorrente do aumento da capacidade de acomodação, na sequência do surgimento de novas unidades hoteleiras e similares;

O sector de agricultura e pecuária em 2015 manteve a sua posição dominante na economia, segundo o gráfico 3, ao ser responsável por 21,6% do produto global, seguido pelos transportes e comunicações (12,3%), comércio e serviços de reparação com (11%), indústria transformadora (8,8%) e aluguer de imóveis e serviços de reparação (7,1%).

Gráfico 3: **Estrutura do PIB por Sectores (%)**



2.2. Finanças Públicas

2.2.1. Programa Orçamental Para 2015

Para 2015, o Orçamento do Estado previa, conforme se pode observar na tabela 8, a arrecadação de uma receita interna líquida do IVA, da ordem dos 151.000 milhões de meticais (25,5% do PIB), dos quais 128.556 milhões (21,8% do PIB) na forma de receitas fiscais, o que representa reduções nominais de 3,4% (-4,1% do PIB) e 4,8% (-3,8% do PIB) respectivamente, relativamente a 2014. Do lado da despesa foi estipulado um tecto de 211.392 milhões de meticais (35,8% do PIB), dos quais 127.310 milhões de meticais (21,5% do PIB) para o funcionamento corrente e 78.382 milhões (13,3% do PIB) para o investimento, representando variações nominais de +1,9% (-3,6% do PIB), +9% (-0,9% do PIB) e +3,5% (-1,1% do PIB) respectivamente em relação à 2014.

Quadro 8 : Orçamento do Estado e Execução

Rubricas	Milhões de Meticais			Variação Nominal 2015 (%)	Em % do PIB		
	2014	2015			2014	2015	
	Realizado	Programa	Realizado		Programa	Realizado	
Receitas Totais	156.244	151.000	149.058	-4,6	29,7	25,5	25,3
Receitas Fiscais	135.006	128.556	122,816	-9,0	25,6	21,8	20,9
Receitas Não Fiscais	4.442	6.923	5,436	22,4	0,8	1,2	0,9
Receitas Próprias	5.213	3.635	6,180	18,5	1,0	0,6	1,1
Receitas de Capital	2.885	3.187	3,131	8,5	0,5	0,5	0,5
Taxas e Receitas Consignadas	8.698	8.699	11,495	32,2	1,7	1,5	2,0
Despesas Totais e Empr. Líquidos	207.372	211.392	214,107	3,2	39,4	35,8	36,4
Despesa Corrente	116.783	127.310	124,984	7,0	22,2	21,5	21,2
Despesa de Investimento	75.739	78.382	85,725	13,2	14,4	13,3	14,6
Empréstimos Líquidos	9.199	5.700	2,546	-72,3	1,7	1,0	0,4
Outras Despesas/Receitas	5.651	0	852	-84,9	1,1	0,0	0,4
Saldo Global. Antes Donativos	(51.128)	(60.392)	(65,049)	27,2	-9,7	-10,2	-11,1
Donativos	21.118	24.193	25,173	19,2	4,0	4,1	4,3
Saldo Global. Após Donativos	(30.010)	(36.199)	(39,876)	32,9	-5,7	-6,1	-6,8
Financiamento Interno Líquido	4.128	11.999	29,232	608,2	0,8	2,0	5,0
Financiamento Externo	25.763	32.300	25,170	-2,3	0,0	5,5	4,3

Fonte: MEF

2.2.2. Execução do Orçamento em 2015

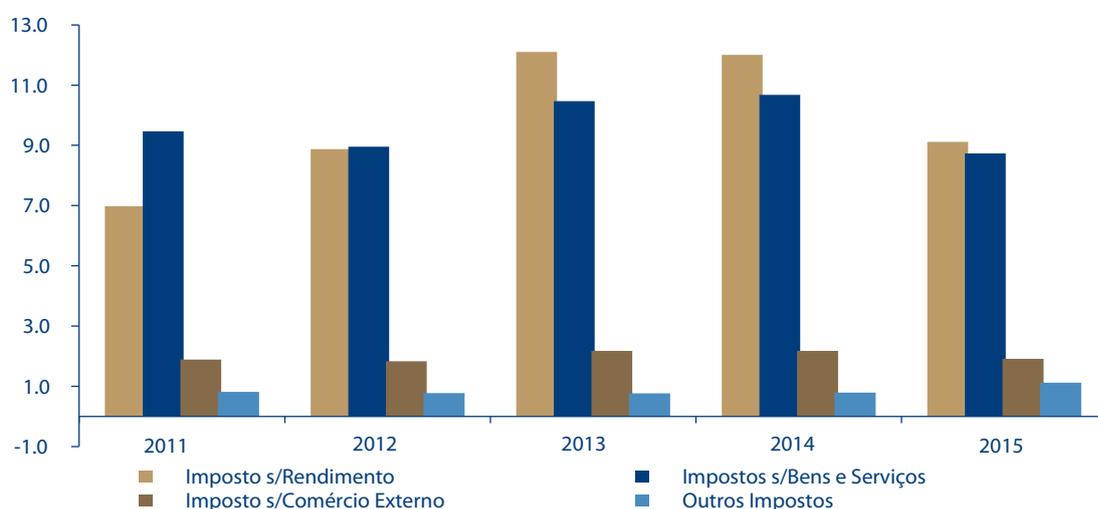
2.2.2.1. Receita

A receita pública colectada em 2015 ascendeu os 149.058 milhões de meticais (25,3% do PIB), um decréscimo nominal de 4,6% (-4,3% do PIB), que reflectiu maioritariamente a combinação das reduções de (i) 12.559 milhões de meticais na componente fiscal decorrente da tributação das

vendas de activos detidos por empresas estrangeiras a operar no sector petrolífero (mais-valias), que passaram de 18.054,2 milhões de meticais (USD 590 milhões, equivalentes a cerca de 3,4% do PIB) em 2014, para 4.292 milhões em 2015 (0,7% do PIB), e de (ii) 4.764 milhões de meticais no IVA, passando de 48.740 milhões de meticais (9,3% do PIB) em 2014, para 43.976 milhões (7,5% do PIB).

O impacto negativo da redução das duas categorias de receita acima referidas sobre a total foi amortecido pelos incrementos nas taxas e receitas consignadas (+32,2%, passando de 1,7% do PIB em 2014, para 2%), receitas não fiscais (+22,4%, passando de 0,8% do PIB em 2014, para 0,9%) e das receitas próprias (+18%, passando de 1% do PIB em 2014, para 1,1%).

Gráfico 4: **Evolução das Receitas Fiscais (em % do PIB)**



Fonte: MEF

O impacto das reduções das mais-valias e das cobranças do IVA está reflectido no gráfico 4, visualizando a queda entre 2014 e 2015 do peso dos impostos sobre o rendimento e sobre os bens e serviços, respectivamente, sobre o PIB.

2.2.2.2. Despesa

A despesa pública total em 2015 situou-se nos 214.107 milhões de meticais, um aumento nominal de 3,2%, tendo, no entanto, passado de 39,4% do PIB para 36,4%. Num contexto de aumentos nominais de 8.201 milhões nas despesas correntes (+7% passando de 22,2% do PIB para 21,2%) e de 9.986 milhões na despesa de investimento (+13,2%, passando de 14,4% do PIB para 14,6%), a contenção da despesa total em percentagem do PIB decorreu das poupanças de 6.653 milhões nos empréstimos líquidos e de 4.798 milhões nas outras despesas, totalizando, em conjunto, cerca de 2% do PIB³.

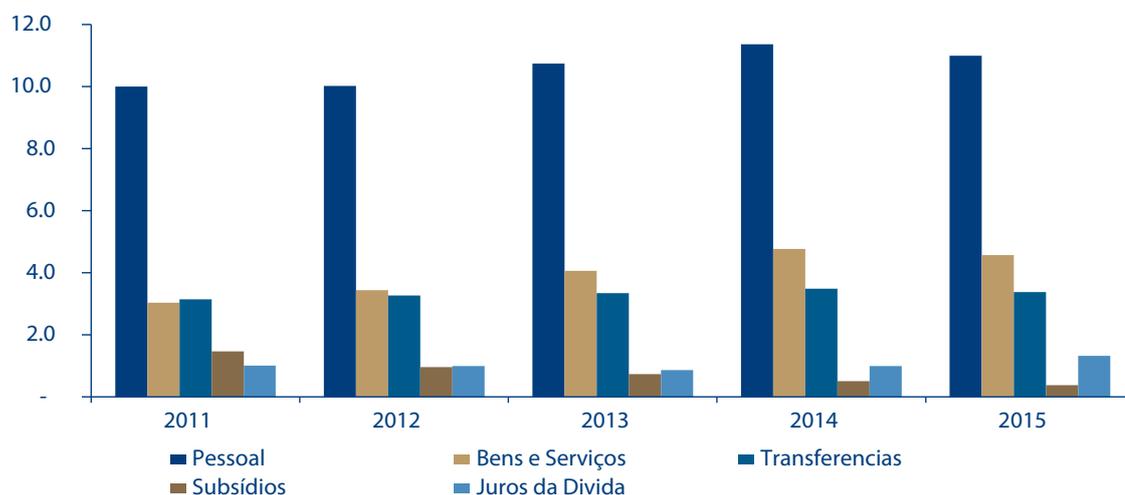
³ Os empréstimos líquidos são aqueles concedidos pelo Tesouro a empresas.

Despesa Corrente

No ano de 2015, as despesas correntes cresceram em 7%, não obstante o seu peso relativamente ao PIB ter reduzido de 22,5% em 2014 para 21,2%. O gráfico 5 apresenta a evolução das principais componentes da despesa corrente, em percentagem do PIB.

Note-se que, em termos de volume, as despesas de funcionamento continuaram a principal componente dos gastos públicos, ao atingirem 124.984 milhões de metcais, cerca de 58,4% da despesa total, contra 85.725 milhões da despesa de Investimento (40% da despesa total) e o remanescente são outras despesas resultantes de operações financeiras.

Gráfico 5: **Evolução das Despesas Correntes (em % do PIB)**



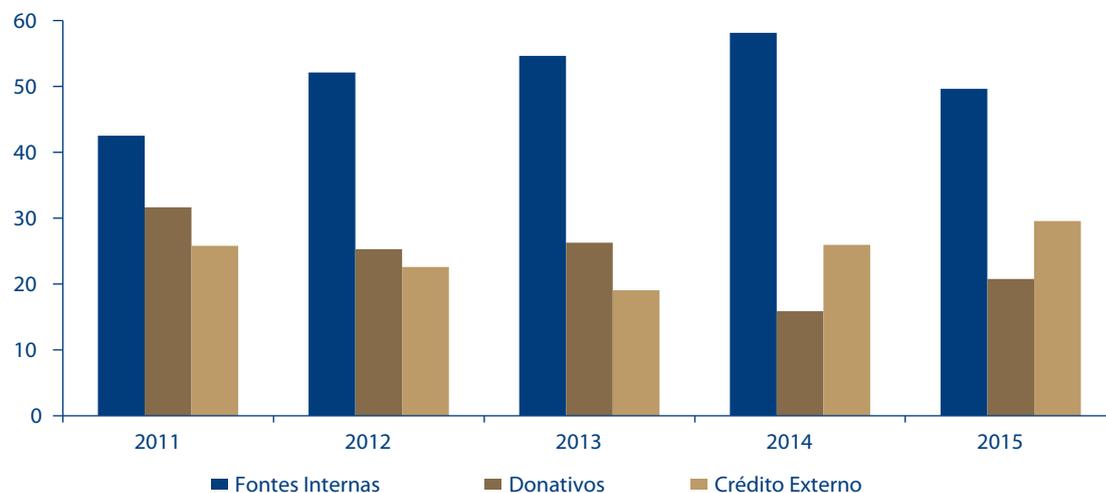
Fonte: MEF

Os gastos com pagamento de salários e remunerações na função pública continuaram a ser a maior fatia dentro das despesas correntes (53%), seguido de bens e serviços (22%) e transferências (16,3%). Os encargos da dívida pública em 2015 cresceram em 48%, reflectindo, essencialmente, o incremento dos juros da dívida externa (cerca de 68%).

Despesas de Investimento

Para 2015, o orçamento previa a realização de despesas de investimento no valor de 78.382 milhões de metcais, dos quais 53% seriam financiados com recursos externos, tendo entretanto sido realizados 85.725 milhões de metcais – um nível de realização de 109,4%.

Gráfico 6: **Estrutura do Financiamento do Investimento (%)**



Fonte: MEF

Em 2015, à semelhança dos anos anteriores, grande parte do investimento público foi financiado com recursos internos, conforme mostra o gráfico 6, tendo a outra parte sido financiada por recursos externos sob forma de donativos e empréstimos. Entretanto, é de notar que, nos últimos cinco anos, a proporção dos donativos para o financiamento dos projectos tem vindo a diminuir gradualmente, obrigando o Estado a recorrer a outras fontes.

2.2.2.3. Empréstimos Líquidos

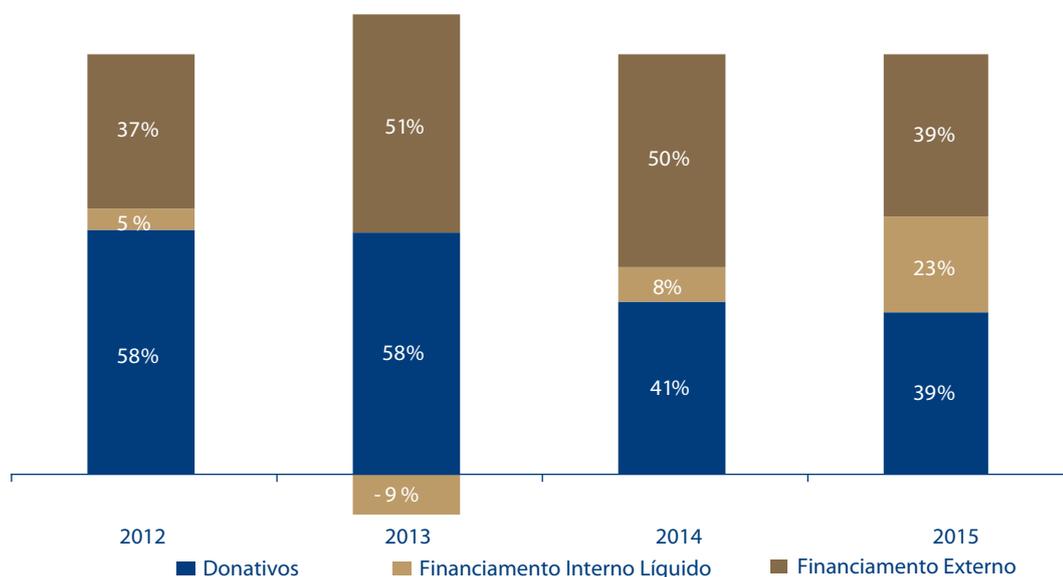
Ainda em 2015, os empréstimos líquidos do Estado às empresas totalizaram 2.546 milhões de metcais, (uma redução de 9,199 milhões de metcais face a 2014). Importa salientar que parte significativa (98%) os empréstimos beneficiaram as empresas públicas garantidas pelo Estado e o remanescente foi para saneamento financeiro e participações do Estado nas empresas.

2.2.2.4. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

O programa orçamental previa para 2015 um défice global antes de donativos de cerca de 60.392 milhões de metcais, que seria financiado com recurso aos donativos no valor de 24.193 milhões de metcais, empréstimos no valor 44.299 milhões de metcais, dos quais 11.999 milhões de metcais, com recurso interno. Efectivamente, o défice global antes de donativos fixou-se em 65.049 milhões de metcais, acima do valor programado.

Para o financiamento do défice o Estado recorreu às seguintes fontes: (i) Donativos no valor de 25.173 milhões de metcais, (ii) Empréstimos Externo (líquido) no valor de 25.170 milhões de metcais e (iii) Financiamento Interno (líquido) no valor de 14.706 milhões de metcais. Importa realçar que parte deste último financiamento resulta de emissão de Obrigações de Tesouro no valor de 9.131 milhões de metcais.

Gráfico 7: Fontes de Financiamento do Défice



Fonte: MEF

A análise da evolução do déficit e da sua estrutura de financiamento mostra que em 2012 e 2013, parte significativa do déficit (cerca de 50%) foi financiado por donativos, sendo que a outra parte era essencialmente financiada por empréstimos externos. No entanto, nos últimos dois anos, com a redução da entrada de donativos e das mais-valias, o Estado recorreu, sistematicamente, ao financiamento interno, sobretudo bancário, agravando, deste modo, o endividamento interno público (Gráfico 7).

2.3. Sector Monetário e Cambial

2.3.1. Base Monetária (BaM)

Em 2015, a Base Monetária, variável operacional de política monetária, incrementou 16.635 milhões de meticais (+29%), dos quais 13.195 milhões de meticais (+64,9%) na forma de depósitos bancários em meticais no BM (reservas obrigatórias) e 3.018 milhões (+8,3%) na forma de numerário fora do banco central, tendo-se o saldo no final de Dezembro situado em 73.908 milhões de meticais – 3.477 milhões (4,7%) acima da meta estipulada no programa monetário para o período. O maior aumento das reservas bancárias ditou uma subida do seu peso na estrutura da BaM, passando de 34% do total em Dezembro de 2014 para 45% do total em Dezembro de 2015, tendo no mesmo período o das NMC reduzido de 63% para 53%.

Entre as causas do aumento das reservas obrigatórias, no período em análise, destacam-se o impacto da depreciação do Metical sobre a base de incidência em moeda estrangeira, com destaque para os depósitos da economia e do Estado em moeda estrangeira nos bancos comerciais existentes no fecho de Dezembro de 2014, que em 2015 valorizaram-se no equivalente a 22.689 milhões de

meticais, demandando uma constituição adicional de 2.382 milhões, ao coeficiente de 10,5%, para além do impacto do aumento do coeficiente de reserva obrigatória da ordem dos 2,25 pp no ano, demandando uma constituição adicional de 6.149 milhões de meticais sobre a base de incidência que já prevalecia em Dezembro de 2015.

2.3.2. Mercado Monetário Interbancário (MMI)

Em 2015, as transacções líquidas de Bilhetes do Tesouro (BT) no MMI, resultaram numa injeção líquida de 7.396 milhões de meticais, sendo 3.666,5 milhões em vencimento dos emitidos pelo BM no MMI e 3.730,3 milhões em vencimento dos emitidos na modalidade de *reverse repo*. Os BT em carteira das instituições de crédito reduziram, de acordo com a a tabela 9, fixando-se em 36.303 milhões de meticais em final de Dezembro de 2015, dos quais 44,1% com a maturidade de 364 dias, 42,8% com a maturidade de 182 dias e 13,1% com a maturidade de 91 dias.

No mesmo período, o impacto das operações realizadas sob iniciativas das instituições de crédito sobre a liquidez bancária global foi praticamente nulo, tendo, em termos líquidos parte das mesmas, sido financiadas junto do BM no montante de 1.348 milhões de meticais (FPC) e outras aplicadas junto deste no valor de 1.345 milhões de meticais (FPD).

Quadro 9: **Operações do MMI e Taxas de Juros**

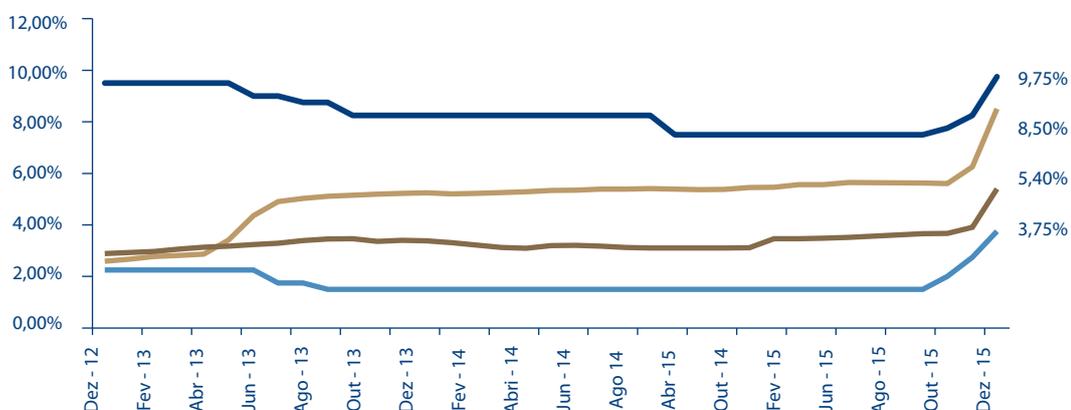
	2013	2014	2015
Bilhetes do Tesouro em Carteira (milhões de MT)			
BTs-91 dias	3.680	4.666	4.756
BTs-182 dias	12.084	18.580	15.525
BTs-364 dias	12.995	14.305	16.022
Total	28.759	37.551	36.303
Valores médios por Operação (milhões de MT)			
FPC	84	308	381
FPD	490	154	171
Permutas	60	107	559.2
Taxas de Juro (%)			
FPC	8,25	7,50	9,75
FPD	1,50	1,50	3,75
BTs -91 dias	5,23	5,37	8,50
BTs-182 dias	6,60	6,64	7,40
BTs-364 dias	7,20	7,25	7,55
Permutas	3,43	3,11	5,40

2.3.3. Taxas de Juro

A. Mercado Monetário Interbancário

Todas as taxas de juro dos produtos disponíveis no MMI subiram em 2015, a acompanhar as revisões, em alta, das taxas de juro da FPC e da FPD, ambas da iniciativa do BM, que entre Setembro e Dezembro passaram de 7,5% para 9,75% e de 1,5% para 3,75%, respectivamente, conforme ilustrado no gráfico 8.

Gráfico 8: **Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário**



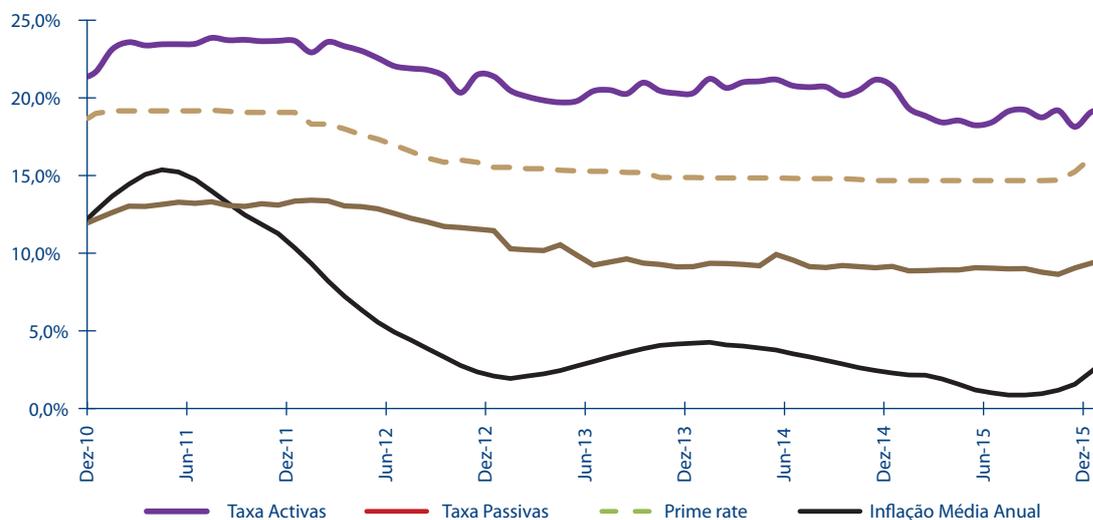
Fonte: BM

B. Taxas de Juro de Retalho

Em 2015 a taxa de juro média nominal dos empréstimos bancários em meticais ao sector privado, com um ano de maturidade, reduziu em 166 pb, conforme se pode observar no gráfico 9, para 19,10%, tendo a maior queda ocorrido na média dos quatro maiores bancos (-250 pb, para 16,24%), comparada com a dos restantes bancos (-81 pb, para 21,96%).

No mesmo período, a taxa média dos depósitos com a mesma maturidade incrementou em 22 pb, fixando-se nos 9,37%, o que fez com que o diferencial entre esta e a do crédito reduzisse em 188 pb, para 9,75 pp em Dezembro de 2015. Por seu turno, a *prime rate* registou um incremento de 150 pb, fixando-se em 16,17% em 2015.

Gráfico 9: **Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação**



Fonte: BM

Ainda nos doze meses terminados em Dezembro de 2015, a taxa de juro média dos empréstimos em moeda estrangeira com um ano de maturidade aumentou 77 pb fixando-se em 7,81% em Dezembro, o que perante a manutenção da dos depósitos com a mesma maturidade resultou em igual aumento do diferencial entre ambas.

Quadro 10: **Taxa de Juro a Retalho (%)**

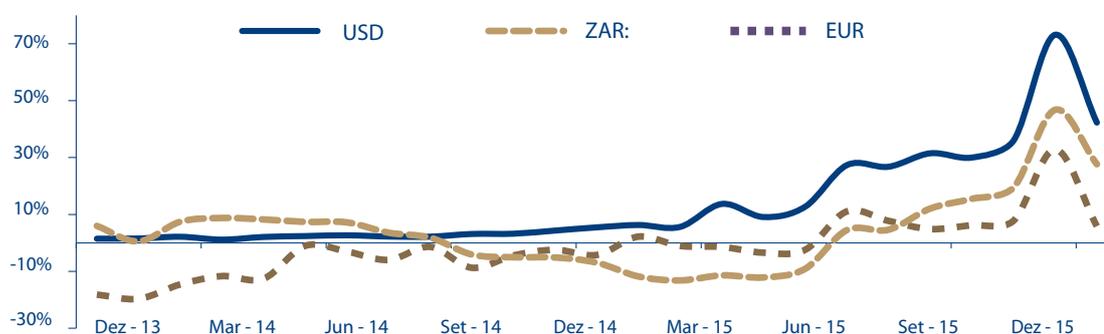
	Dez-13	Jun-14	Dez-14	Jun-15	Dez-15
Média	20,31	20,79	20,75	18,43	19,10
Quatro maiores IC's	17,21	17,74	18,74	15,82	16,24
Restantes IC's	23,40	23,84	22,77	21,04	21,96
Passivas (1 ano)					
Média	9,14	9,56	9,14	9,04	9,37
Quatro maiores IC's	9,05	8,13	8,27	8,42	9,03
Restantes IC's	9,22	10,98	10,02	9,66	9,71
Prime rate					
Média	14,88	14,83	14,68	14,68	16,17
Quatro maiores IC's	14,69	14,63	14,50	14,50	16,06
Restantes IC's	15,06	15,03	14,85	14,85	16,28

Fonte: BM

2.3.4. Taxas de Câmbio

Em 2015, o Metical teve um comportamento padrão em relação às principais moedas transaccionadas no mercado cambial doméstico, conforme pode-se observar no gráfico 10, mantendo uma tendência de depreciação ao longo do ano. Efectivamente, no Mercado Cambial Interbancário, o Dólar dos EUA esteve cotado a 44,95 meticais (31,60 meticais em Dezembro de 2014), cifra que corresponde a uma depreciação anual da moeda nacional de 42,25%, sendo que este valor alcançou maior variação anual (73,10%) em Novembro quando a o Dólar dos EUA esteve cotado a 54,06 meticais.

Gráfico 10: **Variação Anual das Taxas de Câmbio Nominais no MCI**



Fonte: BM

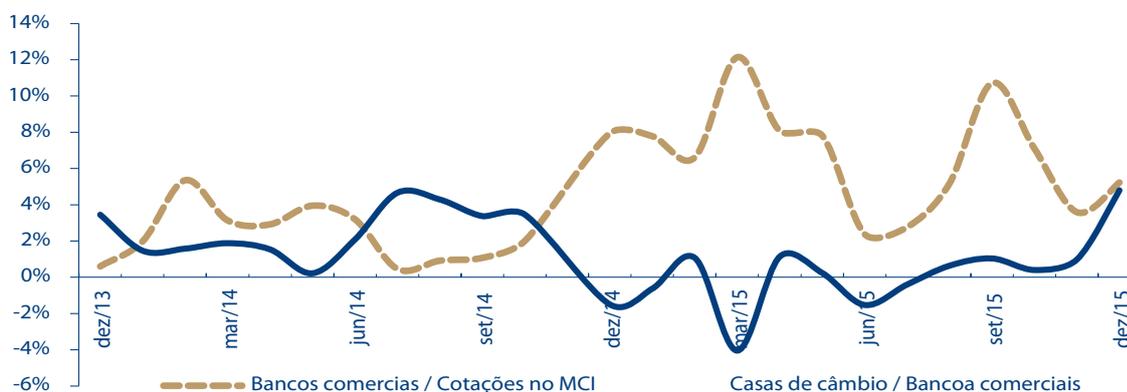
Por seu turno, a taxa de câmbio média que foi praticada pelos bancos comerciais nas suas transacções com os clientes foi de 44,95 meticais por Dólar dos EUA, montante equivalente a uma depreciação anual de 38,43%, após 13,7% em 2014. No segmento das casas de câmbio, a taxa de câmbio praticada depreciou em 51,04% ao situar-se em 349,57 meticais por Dólar dos EUA, após uma depreciação de 7,76%, no ano precedente.

Importa salientar que, na parte final de 2015, observou-se uma forte pressão no sentido de depreciação da taxa de câmbio do Metical face ao Dólar dos EUA, em todos segmentos do mercado, comportamento em parte explicado pelos seguintes factores:

- Fortalecimento do Dólar dos EUA no mercado internacional;
- Escassez de divisas no mercado cambial doméstico reflectindo os efeitos de:
 - i. queda do influxo de investimento directo estrangeiro,
 - ii. redução dos desembolsos de ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado e Balança de Pagamento,
 - iii. decréscimo das receitas de exportações justificada pela redução significativa dos preços das mercadorias;
- Aumento dos encargos com o serviço da dívida pública externa;
- O efeito psicológico e expectativas em relação ao comportamento futuro da taxa de câmbio; e
- Especulação de alguns agentes económicos detentores de divisas, em face das incertezas quanto ao comportamento futuro da taxa de câmbio.

O diferencial entre a taxa de câmbio média praticada pelos bancos comerciais nas transações com o público e a cotação da moeda norte-americana no mercado cambial interbancário foi de 5,23%, no último dia útil Dezembro de 2014, conforme se pode notar no gráfico 11, cabendo ressaltar os altos valores alcançados em Março de 2015 e Setembro de 2015 quando estes foram de 12,14% e 10,71%, respectivamente. Enquanto isso, o diferencial entre as taxas de câmbio médias praticadas pelas casas de câmbio e os bancos comerciais com as respectivas clientelas fixou-se em Dezembro de 2015 em 4,80% valor mais alto em 2015.

Gráfico 11: **Spreads das Taxas de Câmbio**

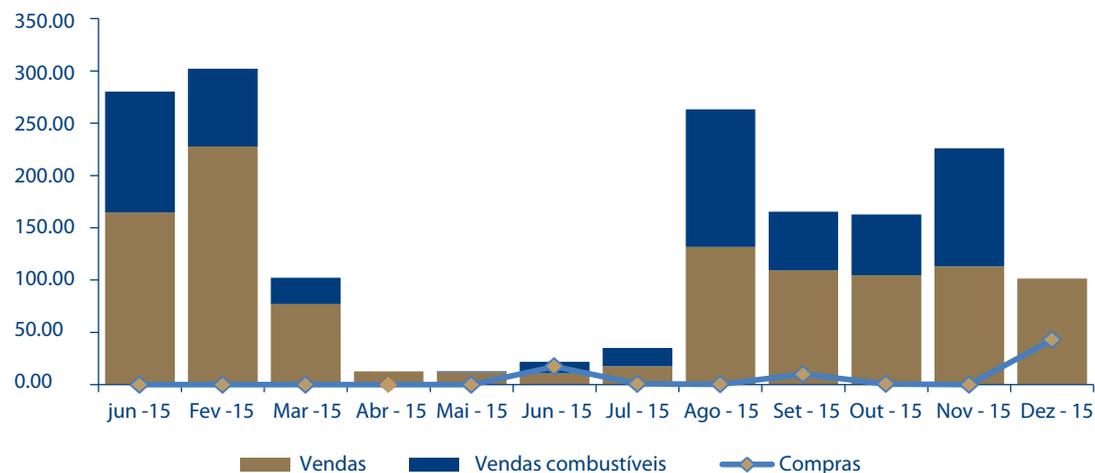


Fonte: BM

A. Operações no Mercado Cambial

No Mercado Cambial Interbancário, em 2015, o Banco de Moçambique vendeu divisas aos bancos comerciais num total de USD 1.082 milhões, dos quais USD 603 milhões para combustíveis, face às vendas de USD 1.226 milhões (USD 662,7 milhões para combustíveis) observados em 2014. A redução no volume de vendas de divisas, no período em análise, reflecte em parte a escassez de divisas observada essencialmente no último trimestre do ano.

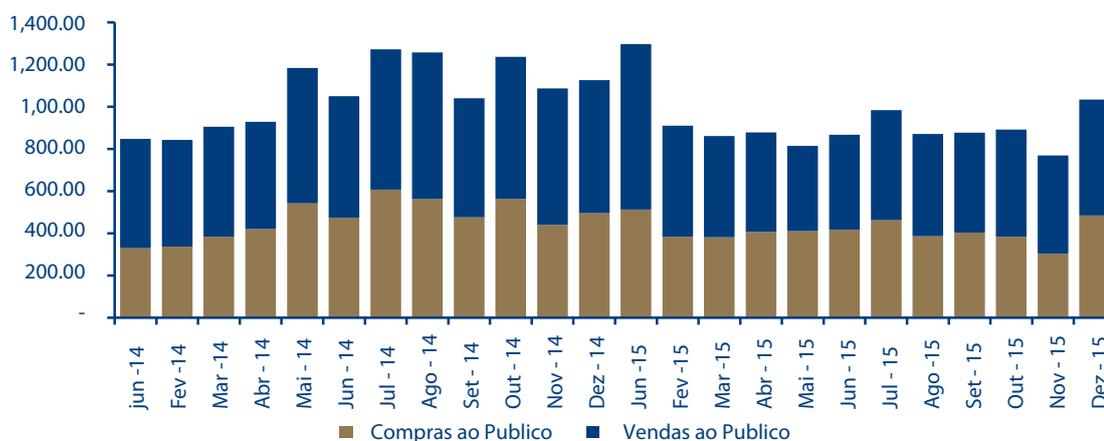
Gráfico 12: **Volume de Compras e Vendas do BM no MCI (mio de USD)**



Fonte: BM

A pressão sobre a procura de divisas pode ser evidenciada no gráfico 13, que representa o volume de transacções em moeda externa entre os bancos comerciais. Com efeito, os bancos comerciais registaram vendas líquidas de divisas (vendas menos compras) de USD 1.182,6 milhões (USD 1.514,4 milhões em 2014), sendo que somente no primeiro trimestre do ano em análise o volume de vendas líquidas foi de USD 513 milhões.

Gráfico 13: **Volume de Transacções entre os Bancos e o Público**



Fonte: BM

2.3.5. Massa Monetária

O saldo do M3 – somatório das notas e moedas fora do sistema bancário e dos depósitos das famílias e empresas não financeiras, em meticais e em moeda estrangeira, ascendeu a 333.465 milhões de meticais no fecho de Dezembro de 2015 – aumento de 68.997 milhões de meticais (28,1%) em relação a igual período de 2014, dos quais cerca de 25% devido ao impacto da depreciação do Metical sobre os saldos dos depósitos em moeda estrangeira, nos termos da tabela 11.

Quadro 11: **Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10⁶ Meticais)**

	2014	2015	Variação Anual	
			Nominal	%
<i>NMC</i>	27.337	30.023	2.687	9,8
<i>Depósitos MN</i>	177.476	219.268	41.792	23,5
M2	204.812,95	249.291,22	44.478	21,7
<i>Depósitos em ME</i>	59.655,12	84.173,39	24.518	41,1
<i>ME – USD</i>	1.776	1.834	58	3,3
M3 c/ Impacto Cambial	264.468	333.465	68.997	28,1
<i>Impacto Cambial</i>	6.250	22.556		
<i>M3 sem Impacto Cambial</i>	258.218	310.908		
<i>Depósitos ME (% do M3)</i>	22,6	25,2		

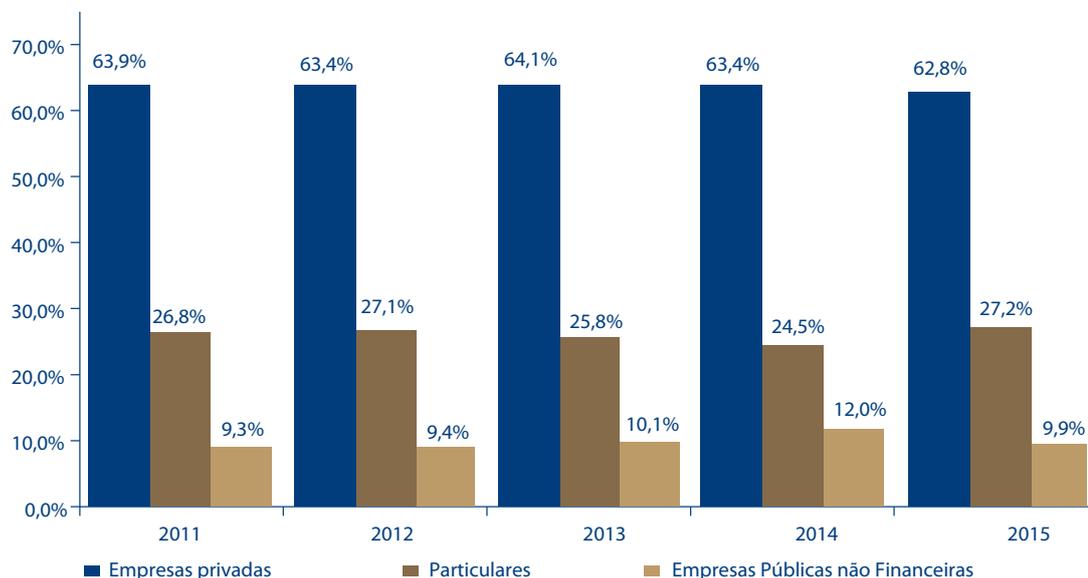
Depósitos Totais						
	Saldos 10 ⁶ MT		Estrutura		Variação	
	2014	2015	2014	2015	Nominal	%
Meticais	177.476	219.268	74,8	72,3	41.792	23,5
<i>Empresas</i>	80.284	100.786	33,9	33,2	20.501	25,5
<i>Admin. Est. e Locais</i>	2.402	1.724	1,0	0,6	-679	28,2
<i>Outros Sect. Residentes</i>	94.790	116.758	40,0	38,5	21.969	23,2
Moeda Estrangeira	59.655	84.173	25,2	27,7	24.518	41,1
<i>Empresas</i>	38.830	55.997	16,4	18,5	17.167	44,2
<i>Admin. Est. e Locais</i>	679	1.162	0,3	0,4	482	71,0
<i>Outros Sect. Residentes</i>	20.146	27.015	8,5	8,9	6.869	34,1
Depósitos a Ordem (DO)	154.150	188.371	65,0	62,1	34.221	22,2
Depósitos a Prazo (DP)	82.866	115.071	34,9	37,9	32.204	38,9

Fonte: DEE- BM

Da análise da evolução das componentes da massa monetária, conforme pode-se observar na tabela 11, constata-se o seguinte:

- Os depósitos totais foram determinantes no aumento da massa monetária, com um fluxo de 66.310 milhões de meticais (aumento de 28,0%), enquanto as notas e moedas em circulação incrementaram em 2.687 milhões de meticais (9,8%);
- Em termos de denominação, a componente de depósitos em moeda nacional cresceu em 41.792 milhões de meticais (23,5%) e os depósitos titulados em moeda estrangeira aumentaram em 24.518 milhões de meticais (41,1%);
- Quanto à sua titularidade por sector institucional, conforme pode-se observar no gráfico 14, constata-se que 62,8% de depósitos é detido por empresas privadas, 27,2% pelas famílias e o remanescente são depósitos do sector público.

Gráfico 14: **Peso dos Depósitos por Titularidade**



Fonte: BM

A despesa pública interna líquida dos impostos no valor de 44.646 milhões de meticais foi, de acordo com a tabela 12, a principal fonte de expansão monetária em 2015, à par do aumento líquido do crédito à economia em moeda nacional (33.726 milhões de meticais) e do impacto da depreciação do Metical sobre os saldos originais dos depósitos em moeda estrangeira (20.774 milhões de meticais), superando os pagamentos líquidos da economia ao exterior, reflectidos em parte nas vendas de divisas pelos bancos comerciais ao público.

Quadro 12 : **Principais factores de variação da Massa Monetária (M3)**

	Fluxo Anual 2014	Fluxo Anual 2015
CE em MN	37.844	33.726
Governo, Liq	44.000	44.646
Compensação/STF	43.827	44.621
Depósitos MN nas IC	-2.054	-358
Numerário no BM	2.226	382
Vendas de divisas das IC ao Público, liq.	-47.513	-46.781
USD	-1514	-1183
Impacto Cambial	6.368	20.774
Activos Externos Líquidos	1.231	14.435
Outros, liq.	-6.116	-2.196
M3	48.046	68.997

Fonte:

Contribuíram, ainda, para a variação do M3, o incremento dos Activos Externos Líquidos em 14.435 milhões de meticais, face aos 1.231 milhões de meticais, reflectindo a entrada líquida de recursos a favor de residentes.

- Quando se isola o efeito da depreciação anual do Metical⁴ face ao Dólar norte-americano, o incremento da massa monetária recua para 17,6% no ano em análise, após os 19,3% observados em 2014.

2.3.6. Crédito à Economia

A. Financiamento Interno

O endividamento do sector privado junto ao sistema bancário nacional em 2015 aumentou em 37.522 milhões de meticais (19,3%), para um saldo de 231.617 milhões, conforme se pode observar na tabela 13.

Quadro 13: **Evolução do Crédito à Economia**

	Saldo em 10 ⁶ Meticais		Variação		
	Dez -14	Dez -15	Nominal	%	
Moeda Nacional	155.149	188.875	33.726	21,7	
Moeda Estrangeira	39.456	43.253	3.797	9,6	
Moeda Estrangeira (USD10 ⁶)	1.174,3	942 ,3	- 232,0	- 19,8	
Impacto Cambial	4.134	11.591	7.457	19,3	
CE com Impacto Cambial	194.605	232.128	37.522,39	16,4	
Saneamentos	7.878	9.168	1.291	19,2	
Total com saneamentos	202.463	241.296	43.909,6		

	Beneficiários de Crédito					
	Saldos em Meticais		Peso (%)		Variação	
	Dez -14	Dez -15	Dez -14	Dez -15	Nominal	%
Total	194.605	232.128	100,0	100,0	37.522	19,3
Sector Privado	167.878	205.364	86,3	88,5	37.485	22,3
Sector Público não Financeiro	25.046	25.067	12,9	10,8	21	0,1
Outros	1.681	1.697	0,9	0,7	16	1,0
Meticais	155.149	188.875	79,7	81,4	33.726	21,7
Sector Privado	137.504	171.805	70,7	74,0	34.301	24,9
Sector Público não Financeiro	15.964	15.373	8,2	6,6	(591)	-3,7
Outros	1.681	1.697	0,9	0,7	16	1,0
Moeda Estrangeira	39.456	43.253	20,3	18,6	3.797	9,6
Sector Privado	30.374	33.559	15,6	14,5	3.185	10,5
Sector Público não Financeiro	9.082	9.694	4,7	4,2	612	6,7
Outros	0	0	0,0	,0	0	0,0

Fonte: BM

Entre os aspectos a reter na análise da evolução do crédito à economia em 2015 destaca-se:

- Cerca de 77,0% do total do crédito ao sector privado estava denominado em moeda nacional, correspondente a um aumento da ordem dos 1,6 pp, quando comparado com igual período do ano anterior.

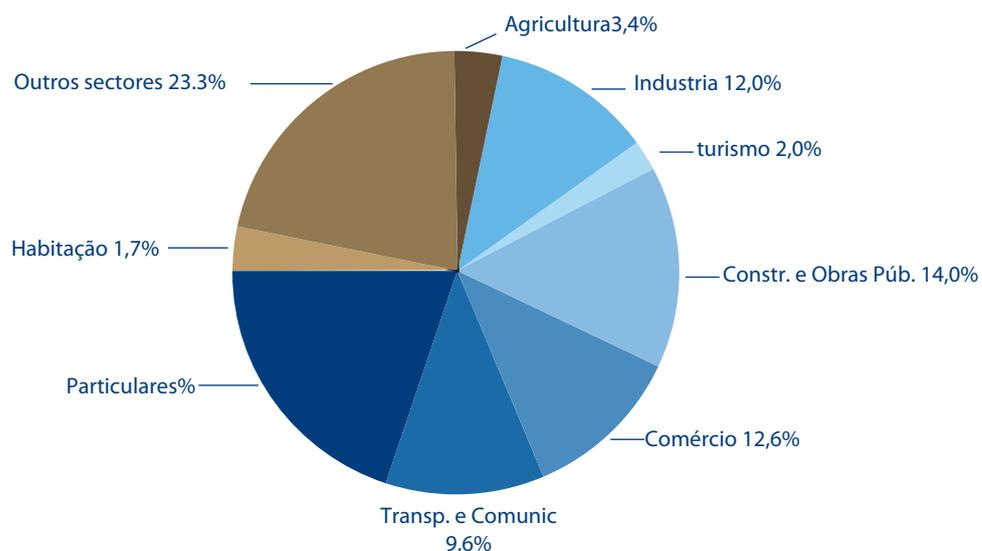
⁴ Com base na taxa de câmbio de valorimetria utilizada na compilação das contas monetárias para conversão dos valores em USD para meticais

- Em termos de variação, o aumento mais expressivo ocorreu na componente em moeda nacional (33.726 milhões de meticais, cerca de 21,7%), o mesmo que 10,5 pp abaixo do fluxo registado em 2014. O crédito denominado em moeda estrangeira expandiu em 3.797 milhões de meticais (9,6%), representando uma desaceleração de 5,2 pontos percentuais, face a 2014.
- Retirando o efeito cambial de cerca 11.591 milhões de meticais, decorrente da depreciação do Metical face ao USD, o agregado cresceu em 13,3%, cerca de 12,3 pp abaixo do crescimento do ano anterior.
- Pese embora a redução nominal de 17.940 milhões de meticais em 2015, os outros sectores de actividade é que beneficiaram da maior parcela do crédito concedido em 2015, em termos líquidos, sendo de destacar a redução da exposição da banca à habitação e ao comércio.

A análise da evolução de saldos de crédito bancário por sector institucional mostra que o sector privado, constituído por empresas e particulares continua a ser o sector mais endividado (com cerca de 88,5% do total de crédito), seguido do Sector Público não Financeiro (10,8%), sendo o sector menos endividado o das Outras Sociedades Financeiras.

Em termos de saldo, no final do ano em referência, os sectores de actividade económica que apresentaram mais níveis de endividamento foram os Particulares (21,4%), Construção e Obras Públicas (14,0%), Comércio (12,6%) e Industria Extractiva (12,0%) (Gráfico 15).

Gráfico 15: Crédito por Sector de Actividade (Estrutura) – Dezembro 2015



Fonte: BM

B. Crédito Obtido Pelo Sector Privado no Mercado Internacional

Em 2015 o sector privado contratou empréstimos externos tendo, excluindo a componente dos grandes projectos, os desembolsos líquidos totalizado o montante de USD 326,4 milhões (cerca de 13.255 milhões de meticaís), quando em 2014 haviam sido desembolsados USD 179,3 milhões (cerca de 5.650 milhões de meticaís).

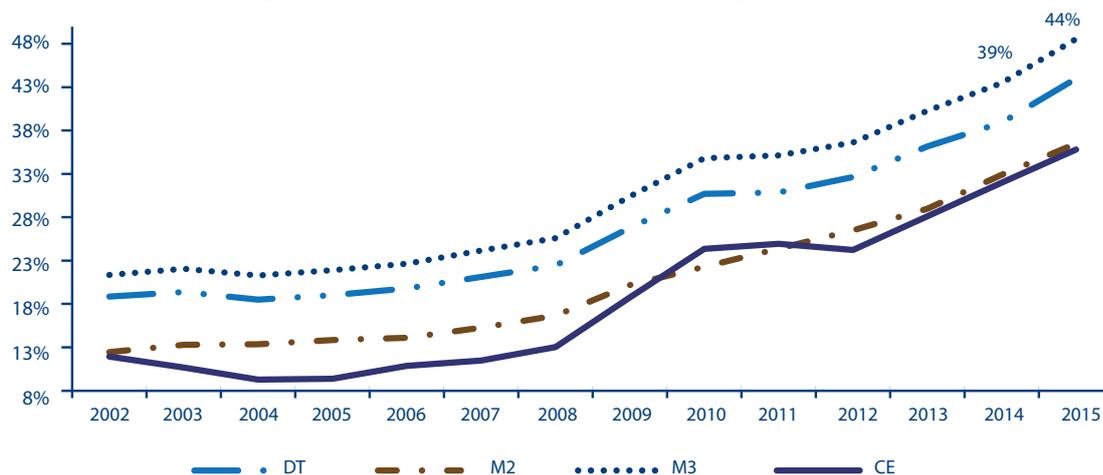
Os sectores de actividade económica que mais recorreram ao financiamento externo no ano em referência foram: serviços gerais (USD 240,7 milhões), indústria (USD 44,1 milhões), a agro-indústria (USD 19,9 milhões) e sector financeiro (USD 10,3 milhões).

Enquanto isso, no mesmo período, os desembolsos externos a favor dos Megaprojectos totalizaram USD 20,0 milhões tendo sido reembolsados empréstimos anteriores no valor de USD 115,0 milhões, o que resultou num vencimento líquido USD 95,0 milhões (cerca de 3.858 milhões de meticaís).

2.3.7. Indicadores de Aprofundamento Financeiro

Em 2015 o grau do aprofundamento financeiro em Moçambique, também conhecido por grau de monetização da economia, continuou (Gráfico 16), tendo o rácio M3/PIB aumentado cerca de 500 pontos base, para 44%.

Gráfico 16: Gráfico 16: Agregados de Moeda e Crédito (em Percentagem do PIB)



Fonte: BM

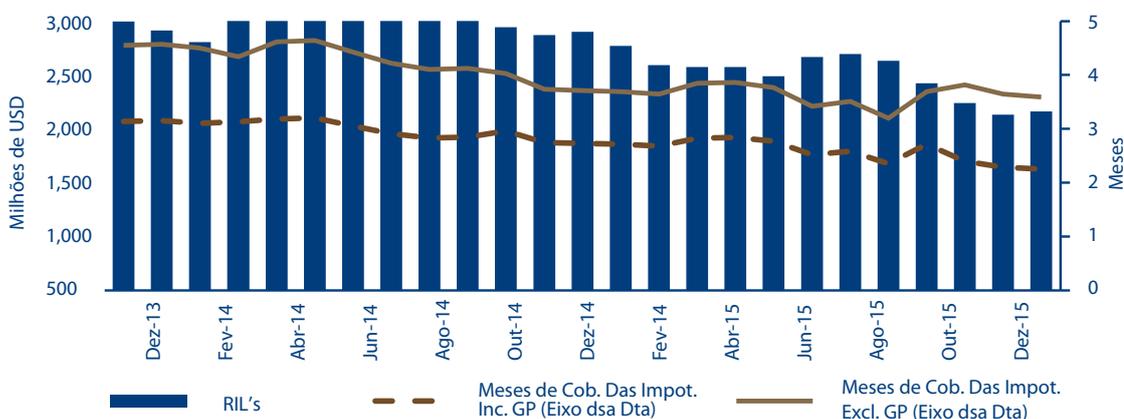
No mesmo período os rácios depósitos totais/PIB e crédito à economia/PIB situaram-se em 44% e 36% respectivamente, equivalentes a incrementos de 500 pontos base e 400 pontos base respectivamente.

2.4. Sector Externo

2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

No fecho de 2015, o saldo das reservas internacionais líquidas situou-se em USD 1.993,6 milhões, equivalente a um desgaste de USD 888,4 milhões no ano, depois de um desgaste de USD 113,7 milhões em 2014. Este saldo corresponde a 2,7 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais (3,2 meses em Dezembro de 2014). Quando excluídas as importações dos grandes projectos, a cobertura das importações pelas reservas internacionais brutas passa para 3,7 meses, após 4,7 meses em finais de 2014 (Gráfico 17).

Gráfico 17: Reservas Internacionais Líquidas



O desgaste das reservas internacionais líquidas em 2015 deveu-se sobretudo ao seguinte:

- Vendas líquidas de divisas efectuadas pelo BM no mercado cambial interbancário, no montante de USD 1.010,1 milhões, após USD 1.207,7 milhões em 2014;
- Amortização do serviço da dívida externa em USD 274,3 milhões (USD 178 milhões em 2014);
- Perdas cambiais líquidas no montante de USD 214 milhões (USD 121,2 milhões em 2014);
- Diversos pagamentos ordenados pelo Estado, que totalizaram USD 170,1 milhões (USD 219 milhões em 2014); e
- Diversas saídas líquidas totalizando USD 50,3 milhões, USD 48,3 milhões acima do registado no ano anterior.

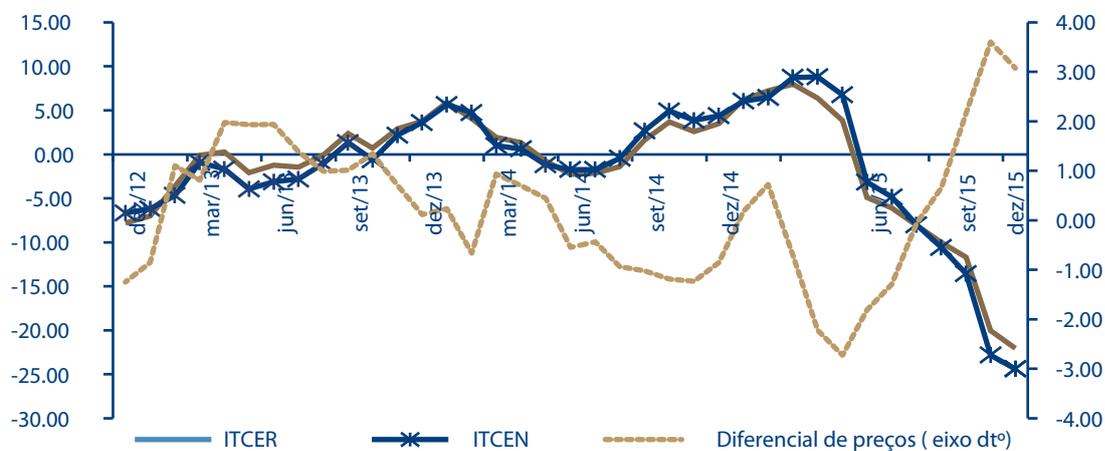
O desgaste foi amortecido pelos seguintes factores:

- Entrada de USD 298,2 milhões de fundos externos para o apoio directo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos, dos quais USD 191,7 milhões na forma de donativos e USD 106,5 milhões na forma de empréstimos, após um total de USD 389,6 milhões em 2014.
- Entrada de fundos destinados ao financiamento a projectos de investimentos público fora do Orçamento do Estado no valor de USD 345,6 milhões, após USD 1.030,2 milhões em 2014.
- Compras diversas no valor de USD 107 milhões, dos quais USD 98 milhões às empresas de Investimento Directo Estrangeiro e USD 8 milhões à IDA.
- Remessa de rendimentos dos mineiros no valor de USD 55,2 milhões (USD 53,1 milhões em 2014);
- Aprovisionamento líquido dos bancos no valor de USD 39,2 milhões (USD 73 milhões em 2014); e
- Juros de aplicações no exterior no valor de USD 32,3 milhões (USD 34,2 milhões em 2014).

2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador utilizado para a avaliação da competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis – depreciou, em termos anuais, 22,05% em 2015, após uma apreciação de 3,48% em 2014 (Gráfico 18).

Gráfico 18: Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação Anual).



Fonte: BM

Para tal, o Índice da Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (ITCEN) depreciou 24,38%, tendo o diferencial de preços sido de 3,07% desfavorável à economia doméstica.

Quadro 14: **Variação da Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)**

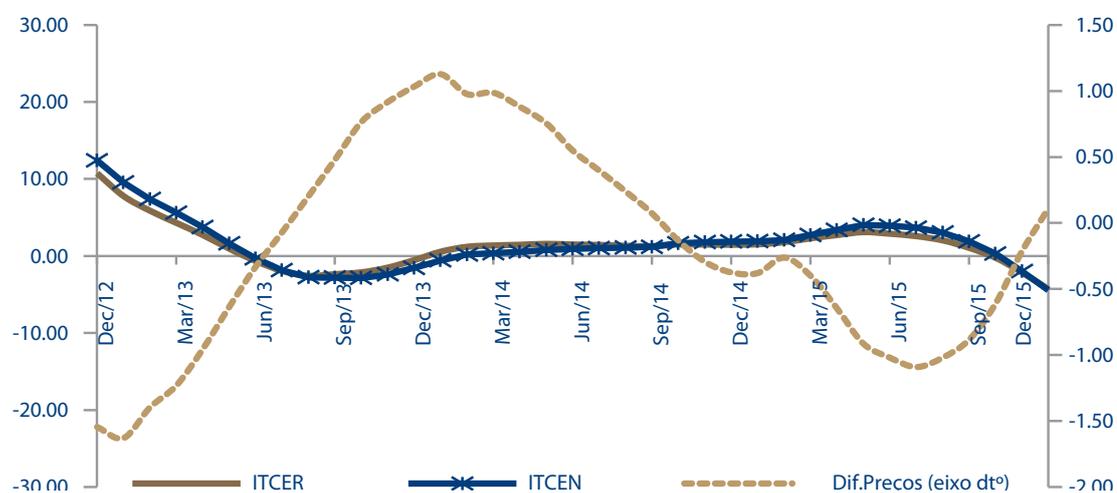
	Variação da Taxa de Câmbio Nominal*	Diferencial de Preços (%)	Variação da Taxa de Câmbio Real (%)*
África do Sul			
Dez-14	9,49	-3,54	5,68
Dez-15	-5,48	-1,27	-6,62
Zona do Euro			
Dez-14	-2,52	1,84	-0,77
Dez-15	-9,29	6,98	-3,80
E.U.A.			
Dez-14	-2,53	0,57	-1,97
Dez-15	-22,41	3,27	-20,14
Índia			
Dez-14	1,52	-5,13	-3,44
Dez-15	-17,46	-1,12	-18,44
China			
Dez-14	-2,52	2,93	0,60
Dez-15	-20,74	3,27	-18,00
Geral			
Dez-14	1,85	-0,38	1,47
Dez-15	-4,44	0,11	-4,31

Fonte: DEE-BM

Nota: * Positivo significa apreciação

Em termos bilaterais, observou-se uma depreciação real do Metical face à maior parte das moedas dos principais parceiros comerciais que compõem o índice, à excepção do Euro, moeda do maior parceiro comercial de Moçambique, em relação ao qual o Metical apreciou em termos reais em 9,33% (Tabela 16).

Gráfico 19: **Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (Variação Anual).**



No entanto, em termos da variação da média móvel de doze meses, o ITCER vinha em sentido de apreciação ao longo do ano, mudando o cenário pra depreciação em Outubro tendo culminado com uma depreciação de 4,31% reflectindo a forte depreciação do Metical observado no último trimestre de 2015 (Gráfico 19).

2.5. Balança de Pagamentos

As relações económicas de Moçambique com o resto do mundo traduziram-se num agravamento das contas externas, reflectido no défice da conta corrente de USD 6.155,4 milhões, o equivalente a 40,5% PIB, mais 6,4pp relativamente a 2014. As necessidades líquidas de financiamento externo da economia moçambicana, medidas pelo défice conjunto das contas correntes e de capital aumentaram em 7,0pp, para 39% do PIB, facto que contraria a tendência de redução do défice externo em percentagem do PIB, observada nos dois anos anteriores.

O défice agregado das contas corrente e de capital foi financiado com recurso às participações no capital e emissão de instrumentos de dívida nas empresas de investimento directo estrangeiro, pelos depósitos de empresas não financeiras no estrangeiro, créditos comerciais obtidos pelas empresas não financeiras junto dos seus fornecedores e ainda pelo endividamento externo líquido público e privado. Contudo, a necessidade de fazer face aos pagamentos ao exterior conjugado com a forte pressão no mercado cambial, registados em 2015, culminaram com o desgaste de reservas internacionais do país, numa magnitude seis vezes superior a registada no período homólogo de 2014 (Tabela 15).

Quadro 15: **Balança de Pagamentos**

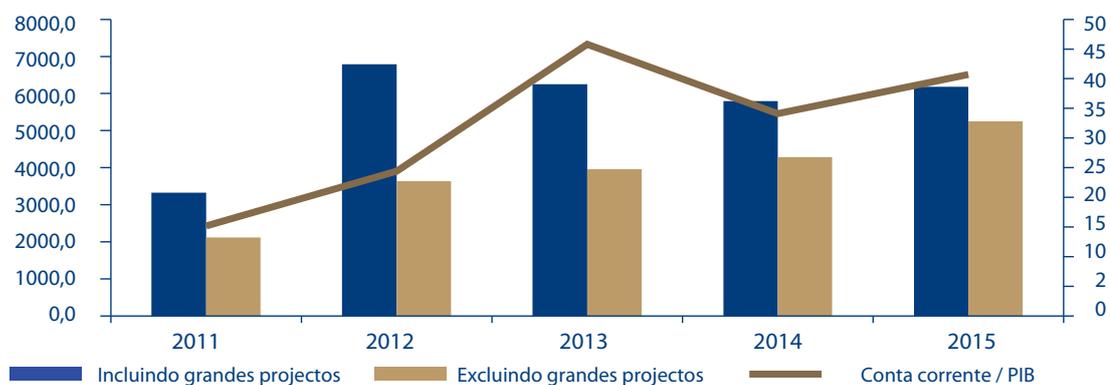
	USD milhões			%PIB	
	2014	2015	Var %	2014	2015
Conta Corrente	-5.797,1	-6.155,4	6,2	-34,1	-40,5
Conta Parcial de Bens	-4.035,3	-4.163,3	3,2	-23,7	-27,4
Conta Parcial de Serviços	-2.93/2,3	-2.622,1	-10,6	-17,3	-17,2
Conta Parcial de Rendimentos Primários	-201,9	-223,7	10,8	-1,2	-1,5
Conta Parcial de Rendimentos Secundários	1.372,3	853,7	-37,8	8,1	5,6
Conta Capital	374,9	287,8	-23,2	2,2	1,9
Conta Financeira	-5,338,8	-5,199,2	-2,6	-31,4	-34,2
Investimento Directo	-4.901,8	-3.710,8	-24,3	-28,8	-24,4
Investimento de Carteira	-16,1	65,2	...	-0,1	0,4
Outro Investimento	421,0	1.553,6	...	-2,5	-10,2
Erros e Omissões Líquidos	-22,6	-12,0	-46,8	-0,1	-0,1
Saldo Global	106,0	680,5	...	0,6	4,5
Activos de Reserva	-119,9	-601,8	...	-0,7	-4,0

Fonte: BM

2.5.1. Conta Corrente

Dados provisórios indicam que, em 2015, as transacções comerciais entre Moçambique e o resto do mundo resultaram num saldo negativo de USD 6.155,4 milhões (40,7% do PIB), montante que representa um agravamento do défice em 6,2% (USD 358,3 milhões), relativamente a 2014. A persistente queda dos preços internacionais das principais mercadorias, com reflexos na deterioração do défice da conta de bens em 3,2%, o aumento de pagamentos dos rendimentos do investimento directo estrangeiro (IDE) no exterior, aliado à não entrada de mais-valias e a redução de desembolsos de ajuda externa são os principais factores que influenciaram o comportamento do saldo da conta corrente. Excluindo as transacções dos grandes projectos, o défice da conta corrente deteriorou em 21,8% situando-se em 5.223,1 milhões (Gráfico 20).

Gráfico 20: **Conta Corrente (milhões de USD) vs. Conta Corrente/PIB (%)**



Fonte: BM

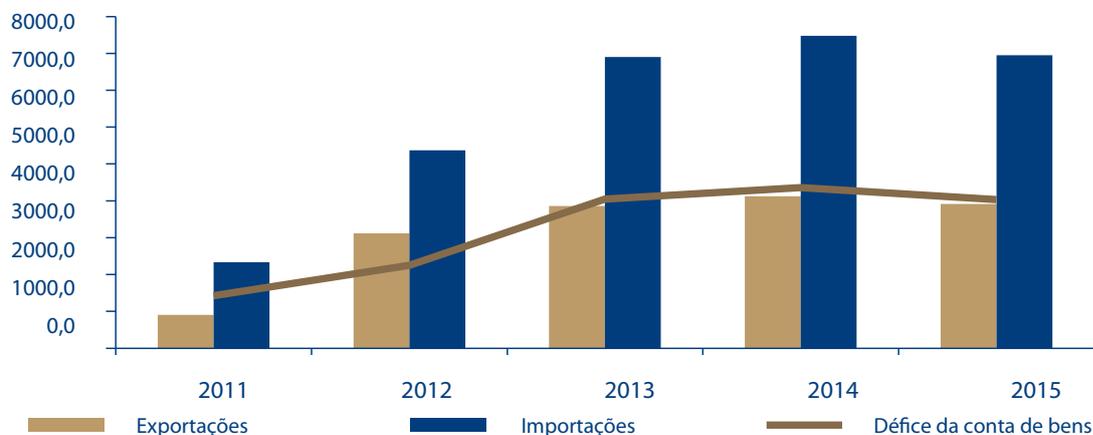
2.5.1.1. Conta de Bens

No exercício de 2015, o saldo devedor da conta parcial de bens foi de USD 4.163,3 milhões, reflectindo uma deterioração de cerca de 3 pp em relação a 2014, o que é explicado pela queda nas receitas de exportação em 12,8%, para USD 3.413,3 contra uma desaceleração das despesas na importação de bens em 4,9%, para USD 7.576,6 milhões.

No geral, as exportações continuam a ser afectadas pela queda generalizada dos preços das mercadorias, com destaque para a queda no preço do gás (30,1%), alumínio (10,9%), algodão (15,6%) e camarão (15,0%). Por outro lado, em termos de despesas de importação, o país beneficiou-se da queda no preço médio do petróleo no mercado internacional em cerca de 47,0%, aliado ao abrandamento das importações dos grandes projectos, como resultado da significativa desaceleração da componente de procura de bens de capital.

Retirando as transacções dos grandes projectos, o saldo negativo da conta de bens agrava para 6,3%, a reflectir o crescente desequilíbrio entre a absorção interna e a produção, reflectido no aumento das importações em 3,0% perante a redução das exportações em 8,2%, (Gráfico 21).

Gráfico 21: **Conta Parcial de Bens (milhões de USD)**



Fonte: BM

Exportações de Bens

O país arrecadou receitas de exportações de bens na ordem de USD 3,413.3 milhões, uma redução de 12,8%. A queda das receitas é maioritariamente explicada pela persistente desaceleração nos preços médios das mercadorias no mercado internacional, com destaque para produtos comercializados pelos grandes projectos, cujo peso sobre o total das exportações baixou de 62,3% para 61,0%.

Grandes projectos:

As exportações dos grandes projectos reduziram em 15,7%, para USD 2.056,9 milhões, devido ao efeito preço, uma vez que, no geral, o volume exportado por estas empresas de IDE cresceu comparativamente a 2014:

Energia Eléctrica: As receitas de exportação deste recurso registaram uma queda de cerca de 5%, para USD 338,7 milhões, devido à desaceleração em 12,6% do preço médio praticado no período. Contudo, o volume exportado de energia cresceu em 6,3%, comparativamente a 2014.

Gás: A venda de gás para o mercado sul-africano rendeu ao país cerca de USD 273,3 milhões, uma contracção de 19,5%, comparativamente a 2014, explicado pela queda registada no preço médio em 40,7%, não obstante o crescimento no volume exportado em cerca de 2,2%.

Carvão: O país registou receitas de exportação na ordem dos USD 375,3 milhões, uma diminuição em 25,1%, a reflectir uma queda no preço médio internacional em 29,7%.

Alumínio: As vendas para o resto do mundo renderam ao USD 908,3 milhões, um decréscimo de 7,9%, explicado, sobretudo, pela desaceleração do preço médio internacional em cerca de 6,1%.

Areias Pesadas: A exportação de ilmenite, rutilo e zircão produziu receita de USD 161,4 milhões, o que representa uma retracção em 15,7%, justificado, também, pela queda no preço médio internacional em cerca de 21,8%. Contudo, o volume exportado cresceu em cerca de 7%.

Produtos Tradicionais

Os bens tradicionais registaram um decréscimo na ordem de 8,1% em relação ao igual período de 2014. Todavia, em termos individuais, destaca-se o comportamento dos seguintes produtos:

Tabaco – com um crescimento na receita de 1%, o correspondente a USD 257,5 milhões, penalizado pela queda no preço médio internacional em cerca de 2% que se sobrepôs ao incremento nas quantidades exportadas.

Algodão – com receitas de USD 45,4 milhões, uma diminuição de 43,6%, explicado, por um lado, pela desaceleração do preço médio internacional em 15,3%. Por outro lado, a opção dos agricultores em culturas de rendimento com maiores ganhos financeiros contribuiu para a redução do volume do algodão produzido, no período.

Açúcar – com o registo de um crescimento de 68,8%, nas receitas, para USD 137,3 milhões, explicado pelo incremento do volume exportado, em parte, dinamizado pelos novos destinos das exportações, com destaque para os EUA e Bélgica.

Banana – com receitas de USD 45,1 milhões, um aumento de 8,7%, justificado pelo crescimento no volume exportado, não obstante a desaceleração no preço médio internacional em cerca de 17%.

Reexportação de Combustível – com o registo do decréscimo de 79,6%, para USD 4,7 milhões, explicado pelo fim de alguns contractos de fornecimento, principalmente para o Malawi.

No que respeita aos mercados de destino das exportações de mercadorias, destacam-se os Países Baixos seguidos da África do Sul, Índia, Singapura e China, com receitas da ordem de USD 952,4 milhões (28,2% do total), USD 712,5 milhões (21,1%), USD 321,4 milhões (9,5%), USD 141,9 milhões (4,2%), e USD 131,7 milhões (3,9%), respectivamente.

Importações de Bens

As despesas em importação de bens registaram um decréscimo de 4,7%, para USD 7,576.6 milhões. Excluindo grandes projectos e num contexto em que a factura de combustíveis reduziu em 48,3%, verificou-se um aumento na importação de bens de outros sectores da economia em 3,0%, para USD 6,659.6 milhões, com maior incidência para os bens de capital.

Os principais factores que explicam o comportamento das rubricas são:

Bens de Consumo: os principais bens de consumo custaram ao país cerca de USD 1.869,9 milhões, menos 5,5% em relação ao período homólogo de 2014, explicado maioritariamente, pela queda na factura de importação de automóveis em 22,2%, óleo alimentar em 29,7%, pneus novos em 42,0%, hortícolas (batata, tomate, cenoura e outros) em 43,7% e peixe em 15,7%. Em sentido contrário, destacam-se os aumentos nas facturas de importação de medicamentos e açúcar com 89,1%, e 13,3%, respectivamente.

Bens de Capital: a importação desta categoria de bens registou um crescimento na ordem de 25,0% para USD 2.509,1 milhões, dinamizado, sobretudo, pelos outros sectores da economia, excluindo grandes projectos, com destaque para compra de embarcações de pesca e importação de tractores agrícolas, locomotivas e reboques.

Bens Intermédios: a despesa com a compra de bens intermédios no resto do mundo registou uma desaceleração em 21,4%, para USD 2.205,8 milhões, onde se destaca a queda na factura de importação de combustível em 48,3%, para USD 608 milhões, para além da redução na importação de adubos e fertilizantes em cerca de 70,2% para USD 35,7 milhões e alumínio bruto em cerca de 13,0% para USD 426,8 milhões. Este efeito foi amortecido pelo crescimento na factura de importação de material de construção em cerca de 23,0%, para USD 588,7 milhões.

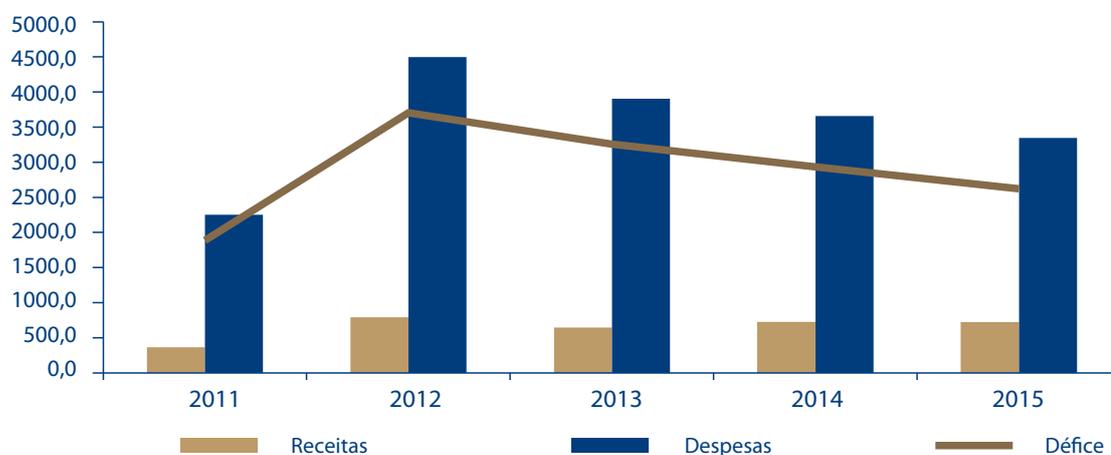
Grandes Projectos: aliado ao ciclo de vida dos projectos, e em linha com o abrandamento do influxo do Investimento Directo Estrangeiro, a despesa de importação dos grandes projectos registou uma desaceleração em 38,3%, para USD 917 milhões, com destaque para as empresas do sector de exploração de gás na Bacia do Rovuma.

Em termos dos principais países de origem das importações de Moçambique para o exercício de 2015, destacam-se a RSA USD 2.380,2 milhões (com peso 31,5%); China USD 874,3 milhões (11,6%), países baixos USD 564 milhões (4,7%); Portugal USD 356,3 milhões (4,7%) e Emirados Árabes Unidos USD 341,6 milhões (4,5%).

2.5.1.2. Conta Parcial de Serviços

A conta parcial de serviços, em 2015, registou um saldo deficitário de USD 2.622,1 milhões, uma redução de cerca de USD 310 milhões quando comparado com o de 2014, segundo o gráfico 22, liderada pelos serviços de (i) construção, com uma melhoria de 57,8%; (ii) de Gestão de Consultoria e Profissional, com uma melhoria de 71,1%, num contexto de degradação do défice nos serviços de (iii) assistência técnica em 15,0% e de transportes em 13,3%.

Gráfico 22: **Conta Parcial de Serviços (milhões de USD)**



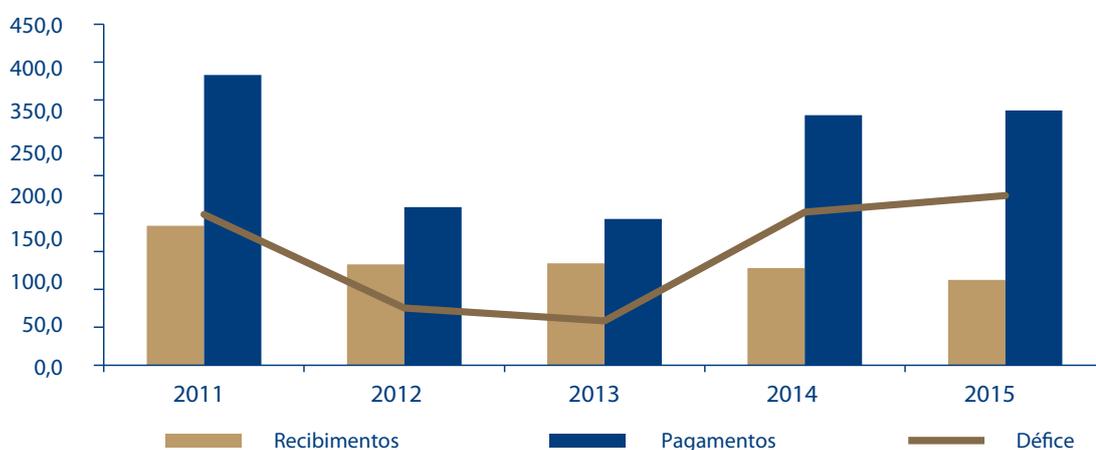
Fonte: BM

Os serviços de viagens, que nos últimos anos têm sido uma das principais fontes de melhoria da conta parcial de serviços, em 2015 registaram uma redução na arrecadação de receitas na componente de turismo em 7,0%, para um saldo de USD 193 milhões. O decréscimo das receitas nominais do turismo é reflexo não só da persistência dos efeitos da crise financeira internacional, mas também da prevalência da tensão político-militar no País. As importações de serviços do turismo apresentaram também uma desaceleração em 2015, o que pode ser o reflexo da depreciação cambial.

2.5.1.3. Conta Parcial de Rendimentos Primários

Os rendimentos dos factores de produção geraram um déficit de USD 223,7 milhões, perante os USD 201,9 milhões registados em 2014, explicados pelo agravamento dos juros pagos pela administração central em 44,0% para USD 109,6 milhões, em linha com o aumento do endividamento externo em condições comerciais e o incremento dos rendimentos de IDE das empresas não pertencentes à categoria dos grandes projectos (Gráfico 23).

Gráfico 23: **Conta Parcial de Rendimentos Primários**



Fonte: BM

Relativamente aos Rendimentos de Empregados destaca-se o incremento nas compensações de mineiros moçambicanos na África do Sul, em 24,0% para 718 milhões de Rands, o correspondente ao acréscimo de 4,0% quando analisado em Dólares, para USD 54,9 milhões, não obstante a crise prevaiente na indústria mineira sul-africana, que resultou na redução do número de trabalhadores.

2.5.1.4. Conta de Rendimentos Secundários

No período em análise, os rendimentos secundários registaram uma entrada líquida de recursos de USD 853,7 milhões, o que representa uma queda anual de 38,0%, justificada pela não entrada de mais-valias, no período (comparado com o registo de USD 520 milhões em 2014). Adicionalmente, a redução dos desembolsos de donativos para o apoio directo ao Orçamento do Estado em 24,0%, para USD 191,4 milhões, também influenciou na redução do fluxo dos rendimentos secundários para a economia doméstica.

Dos principais parceiros de cooperação de apoio programático destaque vai para os desembolsos de fundos para apoio a importação de bens de consumo realizados pelo Banco Mundial (USD 58,5 milhões); Suécia (USD 37,5 milhões); Reino Unido (USD 31,4 milhões); União Europeia (USD 14,4 milhões), entre outros. A quebra nas transferências públicas, em termos líquidos, foi parcialmente compensada pelo aumento do excedente das transferências privadas.

2.5.2. Fluxos Financeiros

Em 2015, a conta financeira, que traduz os canais através dos quais se processa o financiamento externo da economia no que se refere aos sectores institucionais e instrumentos, registou uma entrada líquida de fundos de USD 5.199,2 milhões, cerca de 34,2% do PIB, que corresponde a uma redução de USD 139,7 milhões. A semelhança do que aconteceu nos anos precedentes, a evolução da conta financeira continua sendo determinada pelos fluxos de IDE, que totalizaram USD 3.710,8 milhões (menos USD 1.191 milhões em relação a 2014), num contexto em que o endividamento externo líquido privado foi quatro vezes mais em relação a 2014 (Tabela 16).

Quadro 16: **Fontes de Financiamento (USD milhões)**

	2014	2015
Conta de Operações Financeiras	5.338,9	5.199,2
Investimento directo em Moçambique	4.901,8	3.710,8
Investimento de carteira, activos	6,5	17,5
Investimento de carteira, passivos	9,6	- 82,7
Outro investimento, activos	- 1.553,9	100,3
Outro investimento, passivos	1.974,9	1.453,3

Fonte: BM

2.5.2.1. Investimento Directo Estrangeiro

Dados provisórios de IDE mostram uma retracção em cerca de 24,0%, para USD 3.710,8 milhões, equivalente a 21,8% do PIB, facto que evidencia a tendência de queda do influxo de IDE desde o pico atingido em 2013. A redução do IDE na economia é resultante da queda dos influxos de IDE para os grandes projectos, cenário que não se verifica nos influxos destinados as restantes empresas não pertencentes à categoria dos grandes projectos.

A diminuição do IDE dos grandes projectos, pode estar associada ao efeito combinado do ciclo de vida de alguns projectos (aproximação da fase de produção e investimento em serviços complementares) e à queda dos preços internacionais das mercadorias. Excluindo grandes projectos, a economia vem registando uma aceleração na entrada de IDE, tendo incrementado em USD 288 milhões.

Em termos de distribuição sectorial do IDE, a indústria extractiva absorveu 50,0%, dos quais 47,0% destinados à exploração de gás, mantendo a sua posição de liderança. Os sectores que se seguem são os de transportes e comunicações com 24%; actividades imobiliárias com 10%; actividade financeira com 5% e indústria transformadora com 4%. Os sectores de agricultura, comércio a grosso e retalho, e alojamento e restauração absorveram 1% cada.

Na perspectiva geográfica, os cinco maiores países investidores em 2015 foram: Emirados Árabes Unidos (40%); Estados Unidos da América (20%); Maurícias (12%); Africa do Sul (6%) e Índia (4%). Os cinco maiores países investidores concentraram seus investimentos nos sectores de indústria extractiva, transportes e comunicações (especificamente na execução de projectos de construção de linhas férreas); implantação de projectos de produção de energia eléctrica com base nos recursos minerais e na actividade financeira.

2.5.3. Dívida Externa

Os dados provisórios dos fluxos do endividamento externo líquido de 2015 apontam para uma redução de 3 pp para 6% do PIB, influenciado pela retracção no nível de contratação de empréstimos líquidos do sector público, num contexto em que os outros sectores incrementaram o recurso ao financiamento externo líquido em 1,2 pp para 1,5% do PIB. Em termos desagregados, as componentes do endividamento externo líquido comportaram-se da seguinte forma:

2.5.3.1. Desembolsos de Empréstimos Externos

O fluxo do endividamento externo de Moçambique reduziu de USD 1.857,3 milhões em 2014 para USD 1.128,8 milhões em 2015, representando uma variação negativa de 39%. Esta redução é resultado de uma baixa do recurso ao crédito por parte das entidades públicas que registaram uma redução de 48%, perante um diminuto acréscimo de 0,8% registado no sector privado. Do lado

da Administração Central, o destaque na queda do endividamento é para o crédito destinado aos projectos de investimento que diminuiu em 71%, em relação a 2014, enquanto do lado do sector privado, o sector financeira e industrial foram os que mais se endividaram, atingindo o dobro do valor registado em 2014.

Na Administração Central, o decréscimo registado no endividamento externo foi em todos os grupos beneficiários onde se pontifica o financiamento a projectos (-71%) ao Orçamento de Estado (-22%) e por fim o financiamento dirigido às empresas públicas sob chancela do Administração Central que, apesar de mostrar tendência de estabilidade, nos últimos anos, em 2015, registou queda de 12,9%.

Relativamente ao sector privado, que detém cerca de 31% do total de crédito externo recebido, em 2015, registou crescimento como resultado dos recursos externos direccionados aos sectores de serviços gerais (particularmente as empresas de prestação de serviços de protecção costeira) e Industrial, perante a queda registada nos ramos de Agro-indústria, financeiro e nos grandes projectos.

2.5.3.2. Amortização dos Empréstimos Externos

Em 2015, os encargos com o endividamento externo, pagamento de Capital e Juros de dívida, reduziram em 16,1%, tendo-se fixado em USD 444,7 milhões, conforme se pode verificar na tabela 17. O total resulta de balanço entre o incremento em 53,8% nos pagamentos da Administração Central contra uma queda de 51,0% do Sector Privado.

Quadro 17: **Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (USD)**

	2014	2015	Var. (%)
Total de Reembolsos	529,9	444,7	-16,1
Administração Central	178,0	273,7	53,8
Organismos Multilaterais	89,9	73,8	-18,0
Organismos Bilaterais	88,0	199,9	...
Grupo OCDE	31,9	129,0	...
Grupo da OPEC	0,0	6,4	...
Grupo Países do Leste	43,6	50,5	15,7
Grupo Outros Países	12,5	14,0	12,3
Sector Privado	352,0	171,0	-51,4
Dos quais: Grandes Projectos	309,4	115,0	-62,8

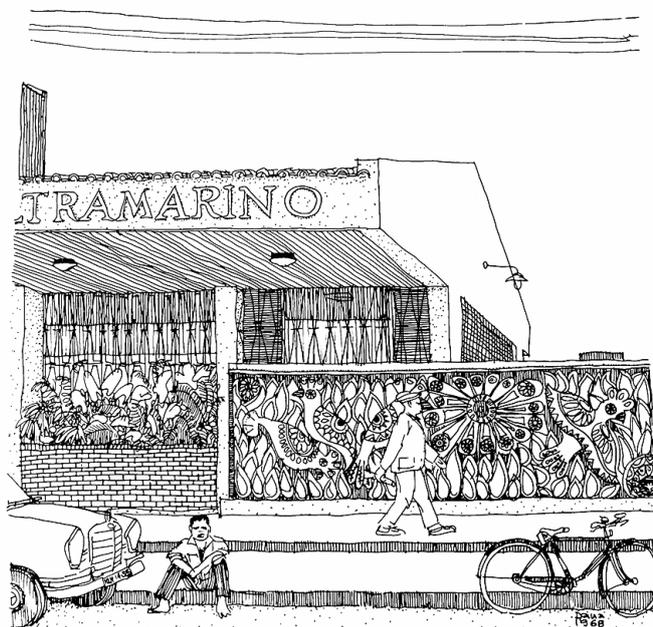
Fonte: BM

A Administração Central reembolsou um total de USD 273,7 milhões em recursos financeiros comparados aos USD 178 milhões de 2014, corolário do acréscimo do saldo da dívida contratada nos últimos anos, caracterizado por empréstimos bilaterais, com taxas de juros comerciais e períodos de graça curtos.

Das instituições credoras da Administração Central, os organismos bilaterais receberam um total de USD 199,9 milhões, valor que quando comparado com o ano de 2014 representa mais que o dobro. Do grupo dos credores bilaterais destaque vai para os pagamentos realizados a Dinamarca, França, China, Rússia e Índia.

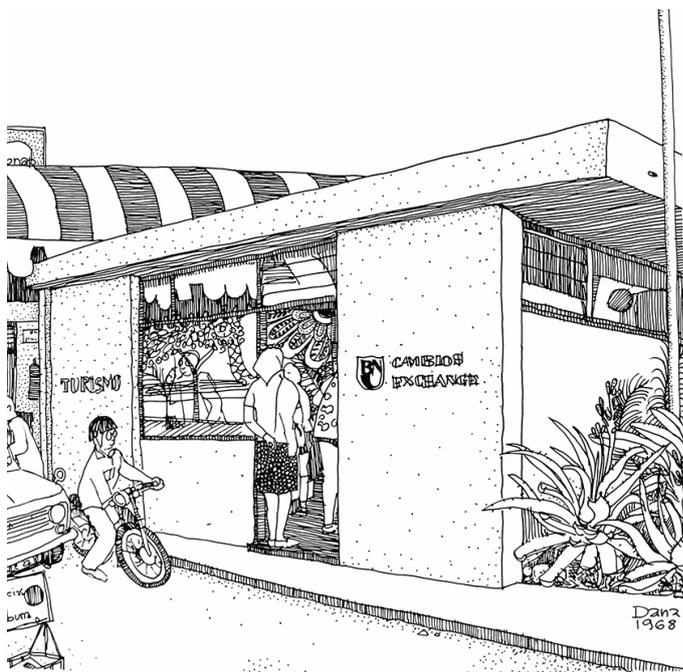
Do lado do Sector Privado, os pagamentos da dívida reduziram em 51,4%, para USD 171 milhões devido a queda do pagamento de dívidas por parte dos grandes projectos que, no período, caíram 62,8%, fixando-se em USD 115 milhões. Excluindo os grandes projectos, o pagamento dívida cresceu em aproximadamente 32% (Tabela 18).

Artista
Dana Michahelles



tinta de china sobre papel
68,5 x 68 cm
1968

SISTEMA FINANCEIRO



tinta de china sobre papel
69 x 69 cm
1968

3



1. Nota Introdutória

O Banco de Moçambique alterou a macroestrutura do Banco em meados de 2014. Do ponto de vista de supervisão, aquela alteração resultou na extinção do Departamento de Supervisão Bancária (DSB) e criação do Departamento de Supervisão Prudencial (DSP), Departamento de Supervisão Comportamental (DSC), Departamento de Regulamentação e Licenciamento (DRL), entre outros.

As atribuições inerentes à regulamentação, licenciamento e supervisão comportamental, que antes eram da responsabilidade de um único departamento - o DSB, foram transferidas para os outros departamentos acima referidos.

Assim, ao Departamento de Supervisão Prudencial (DSP) cabe fundamentalmente garantir, através da fiscalização e acompanhamento das instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF's), o cumprimento das normas de natureza prudencial, visando a protecção do sistema financeiro como um todo e a segurança dos fundos dos depositantes em cada instituição em particular. Compete-lhe, ainda, garantir a estabilidade do sistema financeiro de forma a desempenhar adequadamente o seu papel de canalizador de recursos para o desenvolvimento da economia.

Constitui responsabilidade do Departamento de Regulamentação e Licenciamento (DRL) a realização de estudos e elaboração de propostas de normas aplicáveis ao sistema financeiro, bem como, o licenciamento de instituições financeiras sob responsabilidade do Banco de Moçambique.

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos em matéria de Regulamentação, Licenciamento e Supervisão prudencial e avalia os riscos e tendências do sistema bancário com vista a promover uma percepção sobre a estabilidade do sistema financeiro. O relatório pretende igualmente promover a transparência e potenciar o entendimento público sobre o sistema bancário nacional.

A análise do desempenho do sistema bancário teve como base a informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas a supervisão do Banco de Moçambique incluindo as alterações ocorridas até finais de Março de 2016.

Este capítulo compreende cinco secções. A primeira secção compõe a nota introdutória, a segunda apresenta as actividades desenvolvidas no âmbito do licenciamento e supervisão fazendo uma breve análise do sector bancário em Moçambique e dos desenvolvimentos em matéria de Testes de esforços, Basileia e Supervisão baseada no risco. Na terceira secção apresenta-se o desempenho do sistema bancário, no que se refere ao balanço, solvabilidade e rentabilidade. A secção a seguir faz uma breve descrição do mercado imobiliário, destacando-se as operações da bolsa de valores. A última secção transcreve a função da supervisão comportamental destacando a sua actuação em matéria de educação financeira e pedido de reclamações de clientes.

2. Sector Bancário em Moçambique

2.1. Evolução do número de instituições sob supervisão do BM

Em 2015 o número de bancos, sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito, instituições de moeda electrónica e sociedades administradoras de compras em grupo manteve-se inalterado face a 2014, tendo acontecido o oposto em relação aos microbancos, cooperativas de crédito e operadores de microcrédito que evoluíram de 10 para 11, 8 para 9 e de 285 para 351, respectivamente. Em relação as casas de câmbios, sociedades de investimento e sociedade de capital de risco, houve uma redução de 18 para 14, de 3 para 2 e de 2 para 1, respectivamente, (Quadro 1).

Quadro 1: **Evolução do sistema bancário (instituições em actividade)**

Tipo de Instituição	2015	2014	2013	2012	Varição 2014/15
Bancos	19 ¹	18	18	18	1
Microbancos	11	10	10	8	1
Cooperativas de Crédito	9	8	8	7	1
Sociedades de Locação Financeira	0	0	0	0	0
Sociedades de Investimento	2	3	2	1	-1
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	2	2	2	1	0
Instituições de Moeda Electrónica	2	2	2	1	0
Sociedades de Capital de Risco	1	2	1	1	-1
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1	1	1	1	0
Casas de Câmbio	14	18	19	19	-4
Organizações de Poupança e Empréstimo	12	12	12	11	0
Operadores de Microcrédito	351	285	233	199	66

Fonte: Banco de Moçambique - DILI/DRL

Embora não tenha havido alteração, em termos do número de instituições bancárias, o Banco de Moçambique no seu papel de promotor do sistema financeiro e com vista a assegurar uma maior inclusão financeira da população de baixa renda, sobretudo nas zonas rurais, estabeleceu através do Aviso nº.1/GBM/2015, de 22 de Abril, Regras e Critérios para Abertura e Encerramento de Agências de Bancos, onde elencou os locais com potencialidades económicas e infraestruturais (cobertura de rede eléctrica, estradas e meios de telecomunicação) e desprovidos de serviços financeiros. Em resultado, dos setenta e nove (79) distritos elegíveis, dezasseis (16) distritos já possuem agências bancárias.

¹ Foi concedida licença ao Banco BIG Moçambique em 2015, que iniciou as suas actividades em 2016.

À par desta medida, o Banco de Moçambique através do Aviso nº. 3/GBM/2015, de 4 de Maio, estabeleceu o regime de acesso e exercício de actividades de agentes bancários que visa permitir que os serviços financeiros também possam ser prestados através de agentes bancários. Assim, dos dezoitos (18) bancos em actividade dois (2) já terceirizaram parte dos seus serviços financeiros por via deste segmento.

Apesar do crescimento do número de agências de bancos em distritos desprovidos de serviços financeiros, também houve encerramento de algumas agências de bancos, sem no entanto influenciar a oferta de serviços financeiros às populações.

No que respeita as novas agências, às províncias de Sofala e Maputo foram as que mais contribuíram para o crescimento global com 5 e 4 agências, respectivamente, seguidas pela cidade de Maputo, província de Inhambane, Cabo-Delgado e Niassa com 2 agências cada (Quadro 2).

Quadro 2: **Evolução de agências de Bancos em funcionamento**→

Província	2015	2014	2013	2012	Varição 2014/15
Cidade de Maputo	210	210	190	186	2
Província de Maputo	68	68	52	51	4
Gaza	36	36	32	31	-3
Inhambane	32	32	31	30	2
Sofala	49	49	47	46	5
Manica	30	30	25	24	-2
Tete	43	43	36	34	-3
Zambézia	29	29	25	24	-1
Nampula	71	71	52	50	-4
Cabo-Delgado	28	28	20	16	2
Niassa	16	16	10	10	2
Total	612	612	520	502	4

Fonte: Banco de Moçambique – DILI

2.2. Contencioso

Em 2015 o Banco de Moçambique (DSP) instaurou dez (10) processos de contravenções, sendo um (1) contra uma cooperativa de crédito, um (1) contra uma sociedade financeira, e oito (8) contra bancos. Daqueles processos, cinco (5) culminaram com a aplicação de penas de multas que variaram de 90.000 Meticais a 400.000 Meticais e que foram integralmente pagas. Refira-se que em 2014 o número de processos de contravenções foi de trinta (30).

As infracções cometidas em 2015 estiveram relacionadas com a inobservância de regras sobre registo especial, incumprimento de limite prudencial, incumprimento de prazos de remessa de informação, inexistência de contabilidade organizada.

2.3. Testes de esforço (*Stress Test*)

A realização dos testes de esforço visa determinar a capacidade de os bancos absorverem choques sem descer abaixo dos limites mínimos permitidos.

Em 2015, foram realizados três exercícios de testes de esforço, menos 1 do que em 2014. Os testes realizados tiveram como datas de referência Junho, Setembro e Dezembro, tendo incidido sobre a solvência e liquidez.

Em finais de 2015, no teste de solvência foram abrangidas 16 instituições de crédito (17 em 2014) que representavam cerca de 96% dos activos do sistema, retirada uma instituição por possuir um rácio de solvabilidade negativo. À semelhança do ano anterior, os factores abrangidos foram o risco de crédito, de taxa de câmbio (Mt/Dólar Norte Americano) e de contágio interbancário.

O teste de liquidez abrangeu 18 instituições de crédito, representando cerca de 96,6% dos activos do sistema e testou cenários de “*Stress*” de Moeda, “*Stress*” País e “*Stress liquidity coverage ratio*”.

Os testes de solvência indicaram que a concentração do risco de crédito continua sendo a maior vulnerabilidade do sistema, uma vez que a maior parte das instituições não possui um *buffer* de capital suficiente para acomodar perdas que resultariam do incumprimento dos maiores mutuários. Num cenário de entrada em incumprimento do maior devedor de cada banco, 98% do activo total do sistema ficaria comprometido.

Ainda a nível da solvência, existe vulnerabilidades associadas ao impacto da depreciação da moeda nacional no crédito em incumprimento em moeda estrangeira, num cenário em que os mutuários não são exportadores.

A liquidez do sistema foi considerada suficiente, mas observa uma certa vulnerabilidade em termos de *funding liquidity risk* uma vez que as fontes de recursos se encontram concentradas nos grandes depositantes.

Por outro lado, o sistema evidenciou vulnerabilidade ao risco de liquidez em moeda estrangeira dado que um número substancial de instituições não mostrou possuir activos líquidos em moeda estrangeira suficientes para fazerem face às suas obrigações em moeda estrangeira em cenário de crise.

Acautelados os pressupostos, os resultados do exercício permitiram concluir com alguma razoabilidade que o sistema bancário se apresenta adequadamente capitalizado para suportar os choques adversos sobre o seu balanço, embora existam discrepâncias de resiliência sob perspectiva individualizada.

2.4. Basileia II

À semelhança do ano 2014, o ano 2015 foi dedicado à consolidação da implementação dos princípios do Segundo Acordo de Basileia para a Convergência de capitais (vulgo Basileia II) no sistema bancário moçambicano, caracterizado fundamentalmente pela necessidade de cobertura simultânea dos

riscos de crédito, operacional e de mercado por fundos próprios ao nível do Pilar 1, bem como pela obrigatoriedade do estabelecimento de uma estrutura interna, nas instituições de crédito, de avaliação e gestão de riscos, Pilar 2, e ainda pela necessidade de realização de divulgações mínimas ao mercado, Pilar 3 – Disciplina de Mercado.

A avaliação dos riscos enquadrados no pilar 1 pode ser feita através de modelos internos pelas instituições de crédito, sendo que neste momento só os modelos padronizados pelo regulador são permitidos.

O pilar 2 agrega todos os riscos considerados mas não capturados, bem como os riscos não tomados em consideração ao nível do pilar 1, da mesma forma que relega o processo de avaliação para a gestão das instituições de crédito, ficando o processo de validação da adequacidade dos modelos internos à responsabilidade das autoridades de supervisão.

O pilar 3, por sua vez, visa promover a divulgação de informação pelas instituições para os diferentes mercados de forma eficiente, consistente e transparente, de modo a assegurar a disciplina de mercado. O Comité de Basileia para a Supervisão Bancária acredita que as divulgações permitem aos participantes do mercado avaliarem de forma mais efectiva os níveis de adequação de capitais, bem como os riscos tomados pelas instituições de crédito.

Não obstante a redução do volume de dúvidas relacionadas com a implementação, para dúvidas de carácter mais interpretativo, o DSP continuou ao longo de 2015 a desempenhar o seu papel pedagógico junto das instituições de crédito, garantindo o esclarecimento de todas as dúvidas e prestando auxílio técnico àquelas que continuassem a apresentar eventuais dificuldades na interpretação das normas bem como no preenchimento dos *templates* propostos para a operacionalização dos normativos.

Apesar de o Basileia II resultar, em princípio, num maior consumo de capitais relativamente ao Basileia I, no geral, o adequado nível de capitalização das instituições de crédito continuou a acomodar os riscos inerentes, principalmente do pilar 1, mantendo no geral rácios de solvabilidade acima de 8%.

2.5. Supervisão Baseada no Risco²

O *RBS* é uma metodologia de supervisão iniciada em 2013, onde a intensidade da supervisão é determinada pela conjugação de dois factores-chave: o perfil de risco e a importância sistémica da instituição. Com efeito, a abordagem *RBS* permite uma alocação mais eficiente de recursos de supervisão, bem assim contribui para a elevação da eficácia das inspecções.

Após as inspecções piloto realizadas em 2014, no ano de 2015 deu-se continuidade ao aperfeiçoamento do processo de inspecções “*off-site*” e “*on-site*”, tendo sido levadas a cabo três inspecções “*on-site*” nomeadamente: a dois bancos sistémicos e um banco médio. Refira-se que quase todos os técnicos tiveram a oportunidade de integrar equipas de inspecção e/ou equipas de garantia de qualidade.

² *Risk Based Supervision.*

Foi ainda realizada a actualização do *draft* do Manual de Inspeção para incluir os comentários recebidos dos juristas do departamento e para melhor esquematizar o processo de garantia de qualidade dos trabalhos realizados no âmbito da aplicação da metodologia RBS.

3. Desempenho do Sistema Bancário

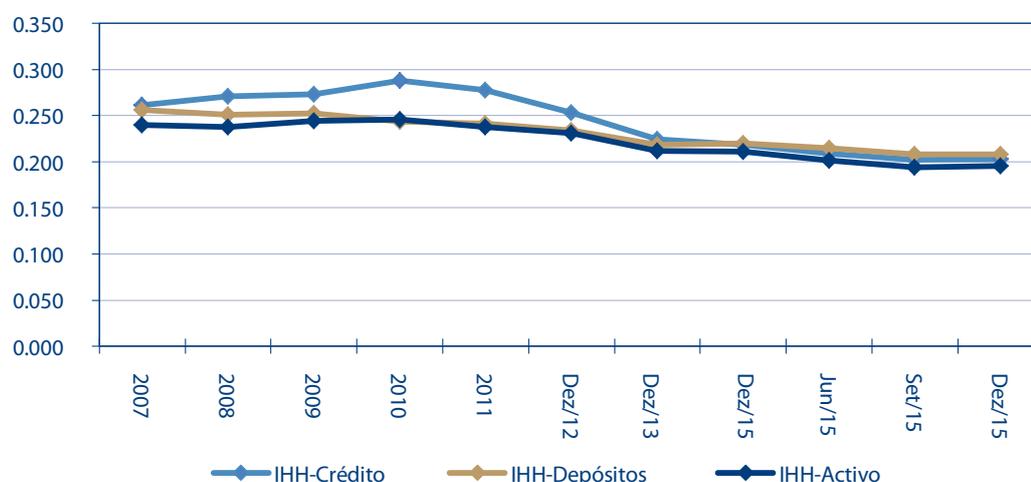
3.1. Concentração no Sistema Bancário

O sector bancário moçambicano continua a manter altas taxas de concentração, não obstante a tendência decrescente do índice de *Herfindhal – Hirschman (IHH)*³ que se observou nos últimos dois anos.

Em finais de 2015, os cinco maiores bancos concentravam 83,03%, 82,67% e 86,21% dos activos totais, crédito e depósitos do sistema bancário, respectivamente, tendo o índice de concentração IHH se fixado em 0,193 (0,197 em Dez/14) para crédito; 0,18 (0,19 em Dez/14) para activos e 0,20 (0,20 em Dez/14) para depósitos (Gráfico 1).

Durante o ano de 2015 alguns bancos quase que mantiveram as suas quotas de mercado, tendo-se notado uma ligeira cedência de quotas de alguns bancos grandes entre si. Notou-se também uma ligeira disputa de quotas de mercado entre os bancos médios. A redução do índice de concentração nos grandes bancos revela o êxito das estratégias de alguns bancos médios na captação de depósitos, na expansão da carteira de crédito e da rede de balcões e consequentemente no aumento das suas quotas de mercado por partilha com os bancos já estabelecidos. Esta tendência poderá continuar, visto que algumas daquelas instituições tendem a alargar o número de balcões para pontos onde ainda não estão representados.

Gráfico 1: Índice de Herfindhal-Hirschman no sistema bancário



³ O Índice de Herfindahl – Hirschman é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 0,10 indicam ausência de concentração, valores superiores 0,18 indicam elevada concentração e valores entre 0,10 e 0,18 indicam concentração razoável. “Forum Think Finance - Internet, Fev/2012”

A estratégia de expansão manifestou-se também através das acções de responsabilidade social e criação de novos produtos e serviços com vista a acomodar as necessidades dos clientes.

A disputa por novos espaços no mercado fez-se sentir especialmente entre os grandes bancos, bem como entre aqueles e os bancos médios, o que reflectiu-se na cedência de parte das quotas de mercado de uns a favor de outros, bem como na troca de posições no ranking, de tal forma que durante 2015, o antigo 1º maior banco do sistema perdeu a sua posição a favor do outrora 2º maior banco. Entre os bancos médios notou-se também uma forte concorrência, o que resultou em alterações nas quotas de mercado, com alguns bancos a perderem as suas posições a favor de bancos menos antigos. Em termos gerais, a competitividade evidenciou uma apetência de alguns bancos novos em ganhar mais espaço no mercado, contrariando a tendência dos bancos antigos que se mantiveram um pouco estáveis durante os dois últimos anos.

A segregação das instituições com base na dimensão das suas quotas de mercado (Quadro 3) revela que apenas 5 instituições é que detêm, em activos, depósitos e crédito quotas superiores a 5%, 3 com quotas situadas entre 2% e 5%. Ao nível dos depósitos e do crédito, 12 detêm quotas inferiores a 2%, relativamente ao activo e crédito cerca de 17 instituições detêm quotas abaixo de 2%.

Quadro 3: **Quotas de Mercado**

Quotas de Mercado			
Indicador	Menor que 2%	Maior que 5%	Maior que 5%
Activos	CPC,SGM,Ecobank,Socremo,Capital Bank,BMais,BOM,BTM,UBA,Letshego,Bayport, CPPM,CFCaia,CFCatandica,ACMicrobanco,Gapi,Carteira Móvel, BPI.	BÚnico,FNB,ABC	BIM,BCI,STB,MZB,BBM
Depósitos	CPC,SGM,BNI,Ecobank,Socremo,Capital Bank,BOM,BTM,UBA,Carteira Móvel.	BÚnico,ABC,FNB	BIM,BCI,STB,MZB,BB
Créditos	CPC,SGM,BNI,Ecobank,Socremo,Capital Bank,BOM,BTM, Bayport,ACMicrobanco,UBA, GAPI, Letshego,CFCaia,CFCatandica, Yíngwé,AC Microbanco.	BÚnico ABC,FNB	BIM,BCI,STB,MZB,BBM

Fonte: Banco de Moçambique - DSP

3.2. Estrutura Patrimonial

3.2.1. Evolução e Estrutura do Activo

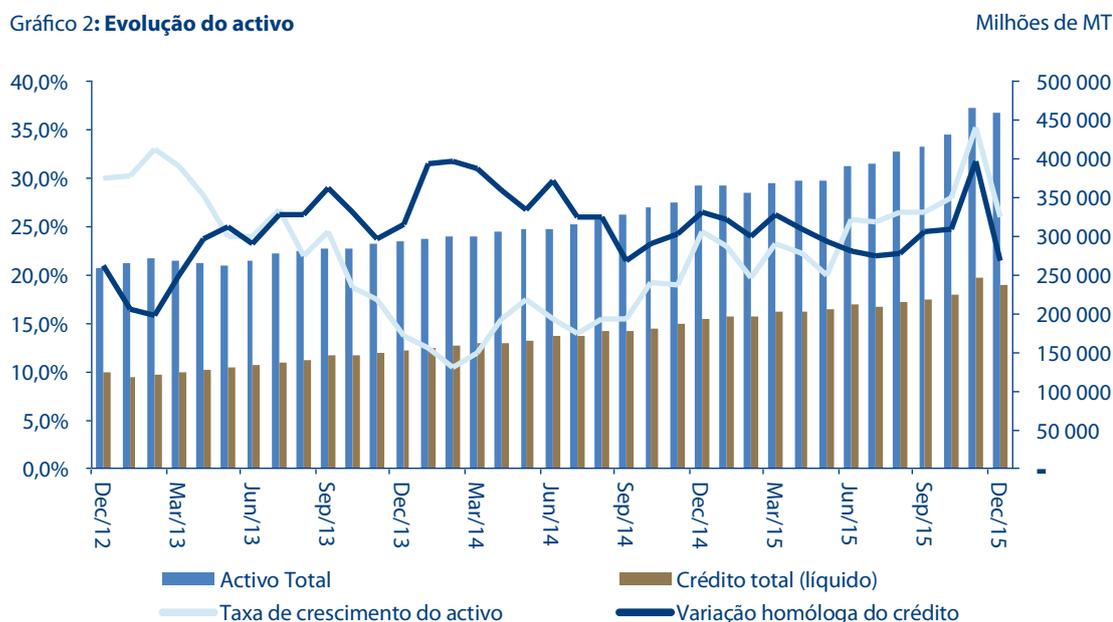
A actividade bancária avaliada pelo activo total agregado registou um crescimento de 26% em finais de 2015, uma taxa próxima da taxa de crescimento registada no período homólogo do ano anterior (Gráfico 2). Aquela evolução resultou do incremento do crédito vivo em 21%, dos activos financeiros em 15%, dos recursos em caixa e disponibilidades em instituições de crédito em 69% e outros activos em 36%.

Os activos financeiros cresceram em resultado do aumento dos activos disponíveis para venda, precisamente os instrumentos de dívida pública moçambicana (títulos), o que demonstra que as instituições continuam a apostar nestes títulos contrariamente àquilo que constitui um desafio para países em vias de desenvolvimento como Moçambique, em que se pressupõem que a maior parcela de investimentos dos bancos seja no crédito à economia.

O incremento do crédito a clientes foi significativamente influenciado pela expansão da carteira de clientes em parte resultado do esforço empreendido pelas instituições em campanhas de *marketing* que incluiu a abertura de linhas de financiamento, protocolos financeiros entre outras.

No período em análise as disponibilidades em bancos centrais evoluíram 38%, devido principalmente ao aumento dos depósitos a ordem no Banco de Moçambique em moeda nacional. As disponibilidades em outras instituições de crédito que evoluíram em 180% foram influenciadas pelas disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro, precisamente os depósitos a ordem.

O activo líquido atingiu o seu pico de crescimento em Novembro de 2015 ao ascender os 35,0%, a maior taxa registada desde Setembro de 2010. Refira-se que após o abrandamento nas taxas de crescimento registado de Março de 2013 à Fevereiro de 2014, verificou-se posteriormente uma evolução das taxas de crescimento acompanhadas por algumas oscilações durante 2015, tendo atingido o auge em Novembro último.



O crédito continua a dominar a estrutura do activo apesar de o seu peso em relação ao ano anterior ter reduzido, passando a representar 51% (235.276.851 milhares de Meticais) em finais de 2015, contra 53% (193.959.309 milhares de Meticais) registado no período homólogo de 2014 (Gráfico 3). A oscilação daquele indicador tem determinado a variação do activo, sendo que o seu crescimento em 21% contribuiu significativamente para o aumento do activo total.

As disponibilidades passaram a ocupar a segunda posição na estrutura do activo, em detrimento dos activos financeiros. Em Dezembro de 2015 ascenderam a 73.905.334 milhares de Meticais, o que corresponde a 16% do total do activo patrimonial, tendo registado um aumento de 69% face a Dezembro de 2014. Refira-se que o aumento significativo se verificou tanto ao nível dos depósitos a ordem no Banco de Moçambique (51%) assim como, em outras instituições de crédito no estrangeiro (204%).

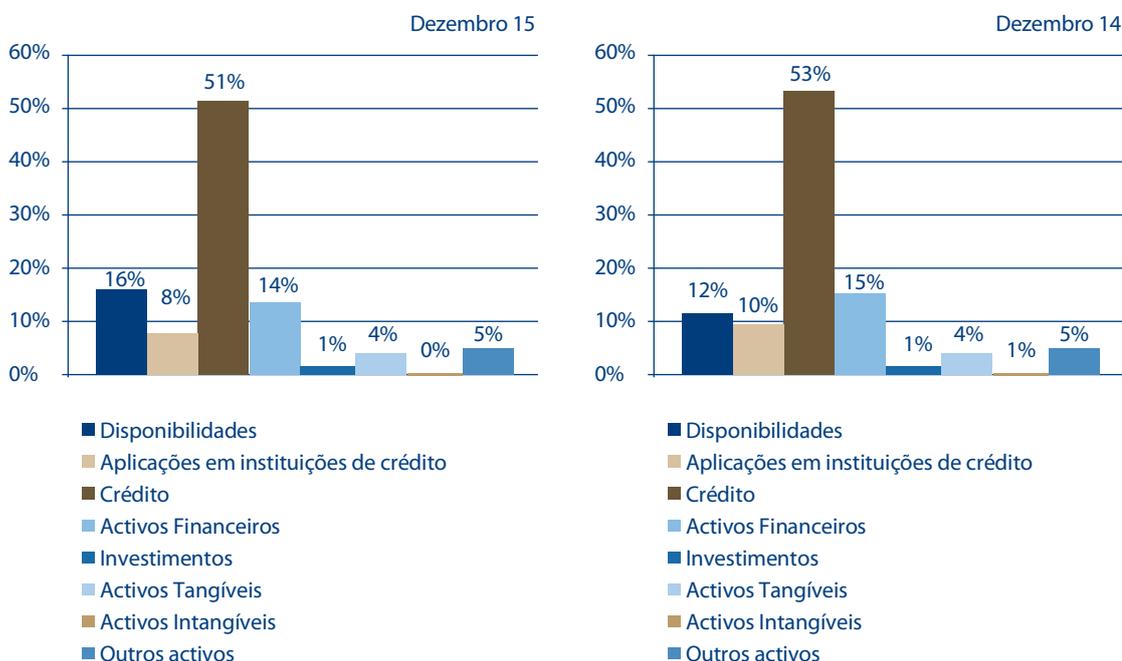
A nível das disponibilidades em outras instituições de crédito que não sejam no Banco de Moçambique, os depósitos a ordem no estrangeiro continuam com maior peso em relação aos depósitos a ordem no país e ascenderam a 22.906.870 milhares de Meticais contra os 7.523.968 milhares de Meticais registados em Dezembro de 2014. Os depósitos a ordem na sede e sucursais da própria instituição no estrangeiro fixaram-se em 893.521 milhares de Meticais em Dezembro de 2015, contra 663.404 milhares de Meticais registados no período homólogo de 2014.

Os activos financeiros reduziram o seu peso na estrutura do activo passando a ocupar a terceira posição com um peso de 14% em finais de 2015, contra 15% alcançados em finais de 2014. Estes activos continuam a ser dominados pelos activos disponíveis para a venda. Em Dezembro de 2015, os disponíveis para venda representavam 94% do total dos activos financeiros contra 93% registados em Dezembro de 2014, o equivalente a um acréscimo na ordem de 1 ponto percentual.

As aplicações em IC's reduziram o seu peso na estrutura do activo, mantendo contudo a posição de quarto maior elemento na estrutura patrimonial. Esta tendência de redução tem-se evidenciado desde finais de 2012 (14%). Em finais de 2015 o peso das aplicações em IC's no total de activos passou para 8% contra 10% alcançados em finais de 2014. As mesmas decompõem-se em aplicações em IC's no país e no estrangeiro, tendo estas últimas decrescido de 22.479.649 milhares de Meticais em Dezembro de 2014 para 17.570.567 milhares de Meticais em Dezembro de 2015 o que acabou por impactar tanto na redução do seu peso no total das aplicações de 64% para 49%, bem assim, na redução do peso no total das aplicações sobre o total do activo. As aplicações em IC's no país (51%) evoluíram de 12.501.991 milhares de Meticais para 18.294.127 milhares de Meticais em igual período.

Ainda nas aplicações, observou-se por um lado, uma significativa redução dos depósitos a prazo nas matrizes no estrangeiro (63%), e por outro lado, um aumento na ordem dos 21% nos depósitos a prazo em outras IC's também no estrangeiro.

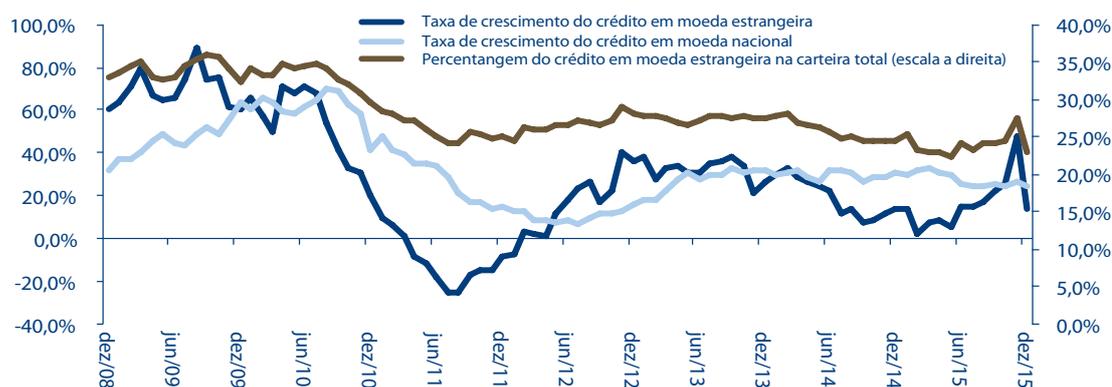
Gráfico 3: **Estrutura do Activo**



As taxas de crescimento do crédito em moeda estrangeira registaram oscilações significativas em 2015, tendo-se notado uma tendência de abrandamento durante o primeiro semestre do ano (iniciado em 2014), e posteriormente um crescimento até Novembro de 2015 em que atingiu o pico de 47%, seguindo-se uma redução drástica até ascender os 14% em finais de Dezembro. O crédito em moeda nacional continuou a evoluir a taxas superiores a do crédito em moeda estrangeira. Consequentemente, o peso relativo do crédito em moeda estrangeira sobre a carteira total fixou-se em 23,1% contra os 24,6% atingidos em finais de 2014.

A maior contribuição no crédito em moeda estrangeira provém de duas instituições sistémicas, as quais, em finais de 2015 detinham, em conjunto, cerca de 70,6% do total do crédito em moeda estrangeira concedido pelo sistema bancário. Refira-se que em finais de 2014 as duas detinham cerca de 68,8% do total.

Gráfico 4: **Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional**

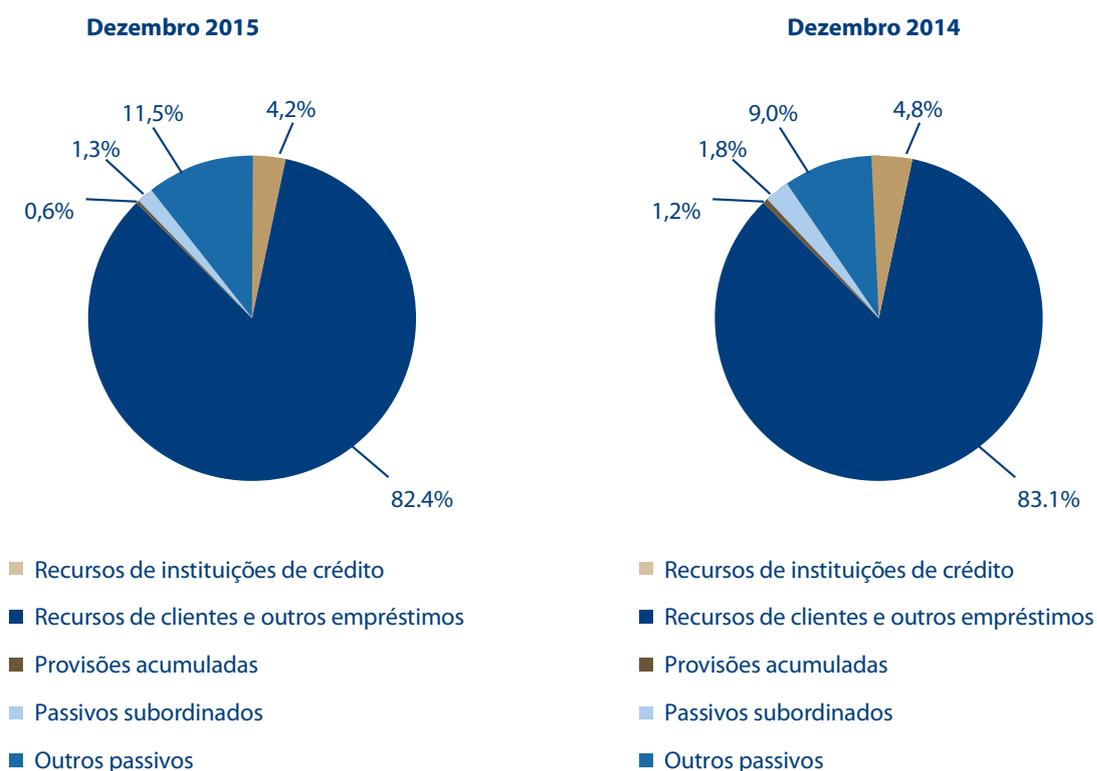


Em termos de peso relativo sobre o crédito total, o crédito em moeda nacional em finais de 2015 representava cerca de 76,9% do crédito total. Em termos absolutos o crédito em moeda nacional registrou uma evolução, tendo-se fixado em 188.310.525 milhares de Meticais, o que representa um aumento de 23,9% face a Dezembro de 2014 (Gráfico 4). Relativamente ao crédito em moeda nacional os dois maiores bancos possuem 53,4% do crédito do sistema.

3.2.2. Passivo

Os recursos de clientes e outros empréstimos continuam a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito, pese embora a ligeira redução do seu peso, ao passar de 83,1% em Dezembro de 2014 para 82,4% em Dezembro de 2015 (Gráfico 5). A avaliar pelo desempenho, aqueles recursos cresceram em 24% face a Dezembro de 2014. Na estrutura do passivo das instituições de crédito, os recursos de clientes são maioritariamente constituídos por depósitos.

Gráfico 5: Estrutura do passivo exigível



Em 2015 os recursos dos bancos centrais e de outras instituições de crédito registaram um crescimento de 8,6%, muito abaixo do crescimento registado em 2014 (75,8%). Este ligeiro crescimento reflectiu-se na redução do seu peso na estrutura do passivo exigível, passando a representar 4,2% em Dezembro de 2015 contra 4,8% registados em Dezembro de 2014 (Gráfico 5). A evolução verificada a nível dos recursos deriva essencialmente da variação ocorrida nas operações de venda com acordo de recompra

ocorridas a nível do Banco Central, e também, de recursos obtidos junto de instituições de crédito no estrangeiro, precisamente de depósitos a prazo e outros recursos.

As taxas de crescimento dos depósitos a ordem continuaram a registar uma ligeira aceleração durante 2015, apesar das oscilações que caracterizaram este período. Contudo, apesar daquela aceleração, em finais de 2015 a taxa de crescimento situou-se nos 20,0% abaixo do crescimento de 25,7% registado em Dezembro de 2014. (Gráfico 6).

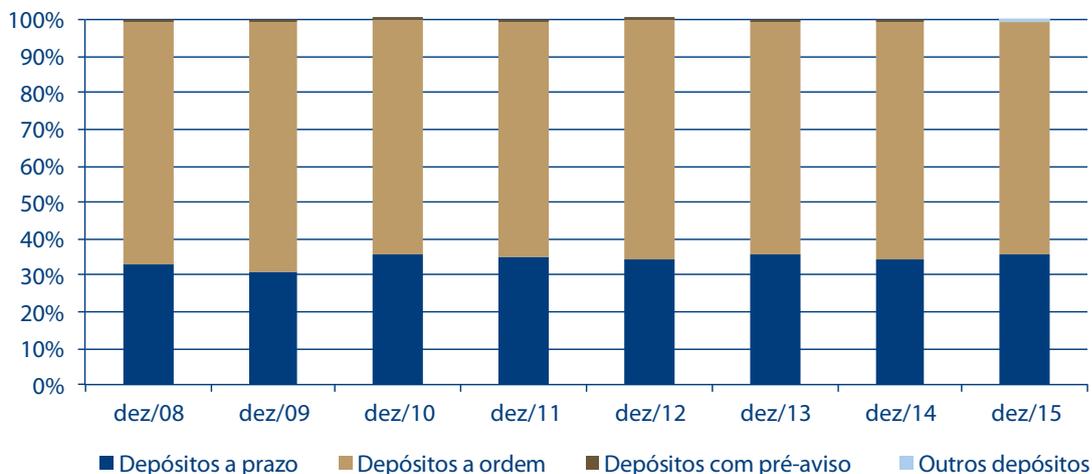
As taxas de crescimento dos depósitos a prazo evoluíram ao longo de 2015, depois do decréscimo que vinham registando desde Agosto de 2013. Em finais de 2015 alcançaram um crescimento de 30,4% contra 15,5% alcançados em 2014.

Gráfico 6: **Evolução dos depósitos a ordem e a prazo**



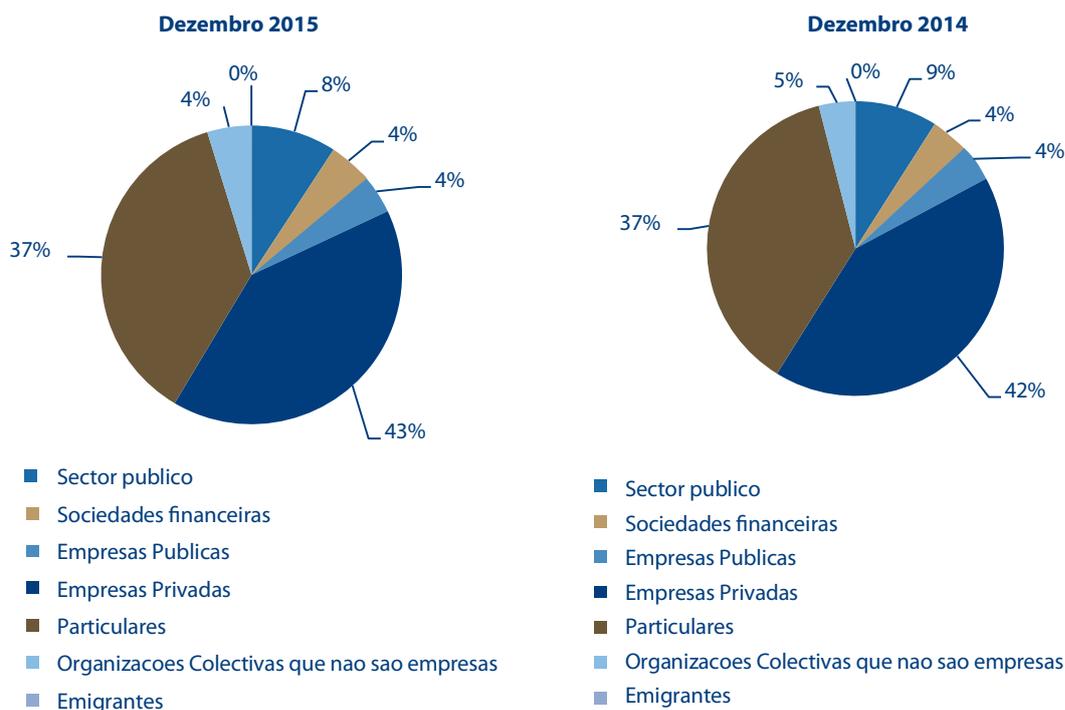
A estrutura dos depósitos totais não registou alterações significativas, mantendo assim a tendência registada nos anos anteriores. Os depósitos a ordem continuaram como principal componente do total de depósitos e sua evolução foi determinante para o crescimento dos depósitos totais. Em Dezembro de 2015 representavam 63,0% do total dos depósitos (65% em Dezembro de 2014), os depósitos a prazo representavam 36% contra 34% registados em Dezembro de 2014, tendo os depósitos com pré-aviso e outros depósitos permanecidos com peso insignificante (Gráfico 7).

Gráfico 7: Estrutura dos Depósitos



Relativamente aos depósitos de residentes, a estrutura revela que não houve alterações significativas. Os depósitos de empresas privadas continuam a representar a maior componente dos depósitos captados. Em finais de 2015 ascendiam a 137.787.712 milhares de Meticais, o que representa cerca de 43% dos depósitos de residentes. Os depósitos de particulares mantiveram a 2ª posição na estrutura, com um peso de 37%. O aumento dos depósitos de empresas privadas foi de 28% e de particulares de 27%. (Gráfico 8).

Gráfico 8: Estrutura dos depósitos de residentes



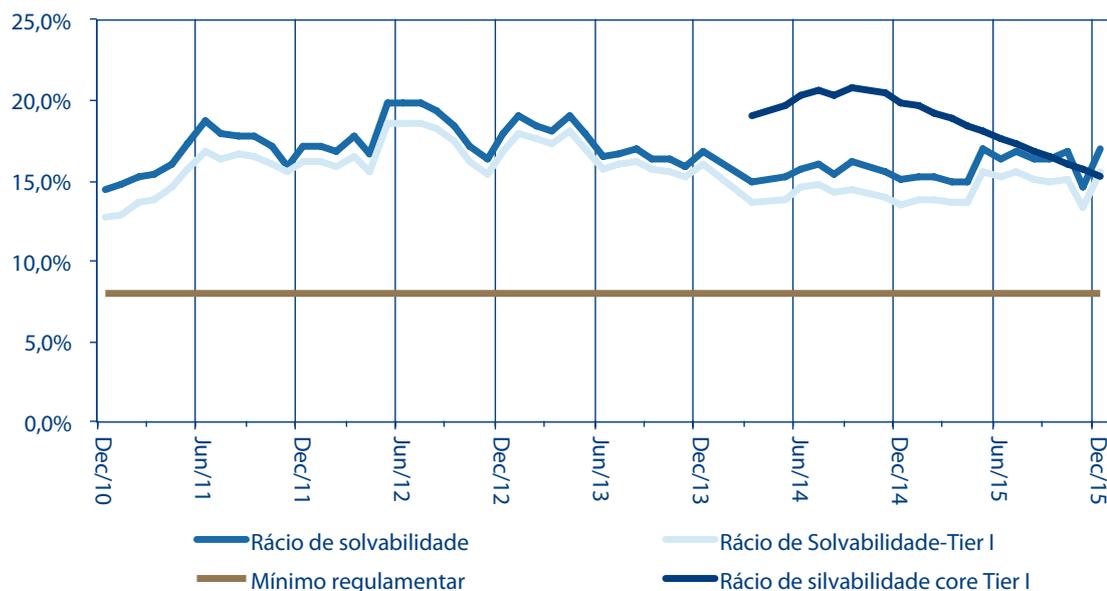
3.3. Solvabilidade

De acordo com o actual quadro regulamentar, as instituições de crédito devem manter a todo momento, um rácio de solvabilidade não inferior a 8%. O novo regulamento⁴ alinhado aos princípios do Basileia II introduziu de forma explícita novos limites relativos ao *core tier I capital* e *tier I capital*. Com efeito, o *core tier I capital* não deve ser inferior a 2% do total apurado para os riscos de crédito, operacional e de mercado e o *tier I capital* não deve ser inferior a 4% do total apurado para os mesmos riscos.

A existência de um rácio de solvabilidade adequado é um elemento importante para a estabilidade do sistema bancário, pois, pressupõe uma boa capacidade de absorção de perdas resultantes de choques adversos sobre os balanços das instituições, continuando assim a desempenhar o seu papel de intermediação financeira.

Em 2015, o rácio de solvabilidade do sistema bancário mostrou uma evolução contrariando a tendência que vinha-se verificando nos últimos anos, tendo se situado em 17,0% (15,1% em Dezembro de 2014). Esta evolução em 1,9 pontos percentuais reflecte o aumento significativo dos fundos próprios (22%) e bem assim, do activo ponderado pelo risco (8,3%). Na composição dos fundos próprios totais, os fundos próprios de base principais são os que mais concorrem para o rácio de solvabilidade (Gráfico 9). Os fundos próprios de base principais – *Core Tier I* situaram-se nos 20,5%, muito acima do mínimo estabelecido.

Gráfico 9: **Rácio de Solvabilidade**



⁴ Aviso 15/GBM/2013 de 31 de Dezembro

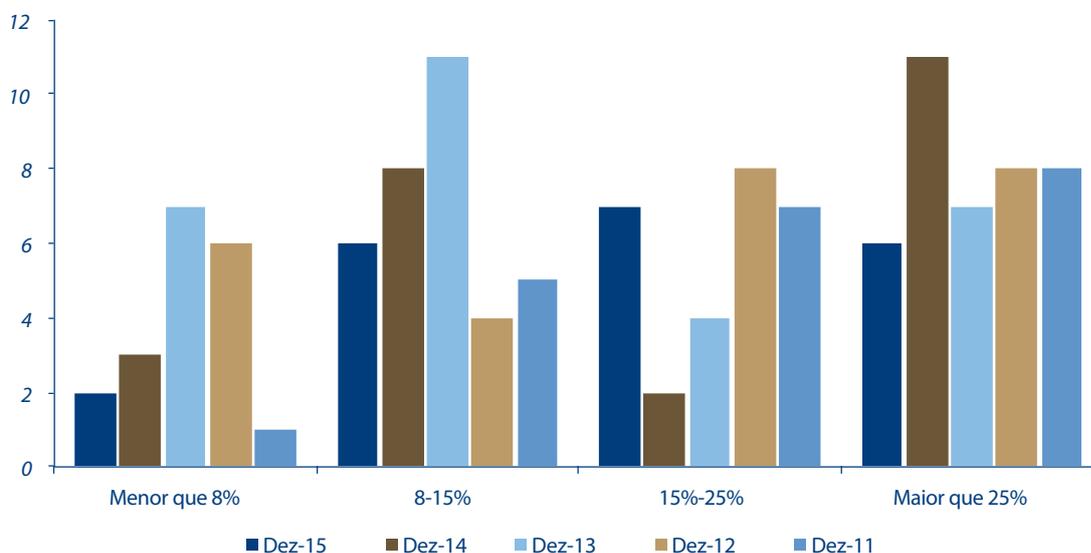
O crescimento registado nos fundos próprios totais foi influenciado pelas realizações de capital em cerca de 9.237.556 milhares de Meticais, acima do verificado em 2014 (+6.428.780 milhares de Meticais), pelo incremento dos prémios de emissão em 180% (1.441.871 milhares de Meticais), das reservas legais em 21% (1.106.145 milhares de Meticais) e de outras reservas em 17,0% (1.846.458 milhares de Meticais).

A distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito (Gráfico 10) mostra que das 21 instituições analisadas, seis (6) apresentaram um rácio acima de 25%; sete (7), dentre elas duas instituições de relevância sistémica, um rácio no intervalo de 15% a 25%; seis (6), dentre os quais três bancos de relevância sistémica, um rácio no intervalo de 8% à 15%; por fim duas (2) instituições com rácio abaixo de 8%, sendo as duas com rácio negativo. Pertencem a este grupo um banco pequeno, e uma sociedade de investimento.

A maior parte dos activos ponderados pelo risco (95%) do sistema está concentrada em instituições com rácios de solvabilidade no intervalo de 8% a 25%. As seis (6) instituições de crédito com rácios de solvabilidade no intervalo de 8 à 15% agregam 56% dos activos totais do sistema, sete (7) instituições com rácios entre 15% e 25% agregam 39% do total dos activos ponderados; 4% detidos pelas seis (6) instituições com rácios acima de 25% e por fim quase 0% detidos pelas duas (2) instituições com rácios abaixo de 8%.

Os níveis de capitalização evidenciados pelo rácio de solvabilidade e por outros indicadores de adequação de capital, revelam que o sistema bancário continua sólido e estável. Adicionalmente, a predominância de instituições que detêm 95% do activo do sistema, com um rácio de solvabilidade acima de 8%, confere ao sistema bancário a capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e a conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

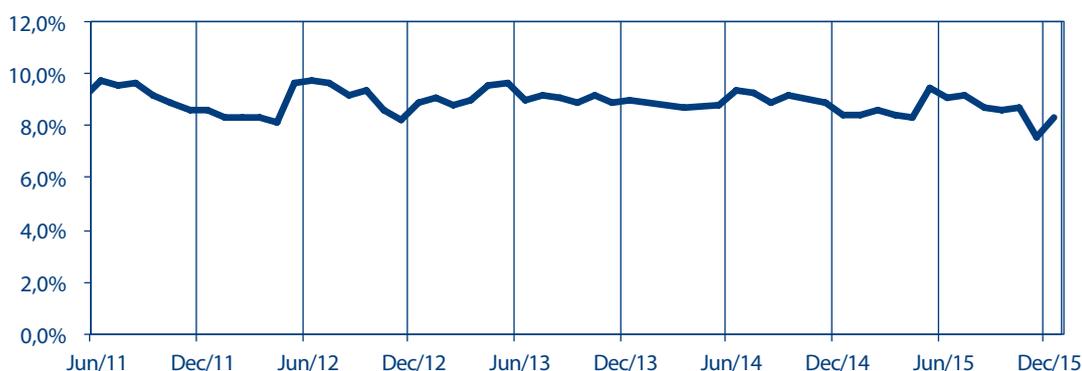
Gráfico 10: **Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade**



O rácio de alavancagem (*leverage ratio*) é uma grandeza complementar ao rácio de solvabilidade e tem merecido destaque, uma vez ter sido considerado um dos elementos principais a contribuir para o escalar da crise financeira mundial.

Aquele rácio estabelece a relação entre os fundos próprios de base e activos totais⁵, fornecendo uma indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios.

Gráfico 11: Rácio de alavancagem (Leverage ratio)



Durante 2015 o rácio de alavancagem (Gráfico 11) oscilou entre 7,5% e 9,4%, tendo alcançado o pico em Maio (9,4%). Em Dezembro de 2015 o rácio de alavancagem fixou-se em 8,3% contra 8,4% registados em Dezembro de 2014. Estas cifras situaram-se em níveis superiores aos mínimos estabelecidos por algumas entidades supervisoras de acordo com os princípios do acordo Basileia II Pilar 2, como por exemplo, a *Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA)* que definiu o mínimo de 3,0%⁶ para as contas consolidadas e 4,0% para as contas individuais, os Estados Unidos usam o mínimo de 3,0% para bancos classificados como “*strong*”⁷ e para todos outros bancos usam o mínimo de 3,0%. Outros países da SADC usam 6,0% e 7,0%.

3.4. Rendibilidade

Os resultados agregados do sistema bancário registaram um acréscimo de 11,6%, um crescimento muito abaixo do registado em 2014 (25%), influenciado pelo incremento da margem financeira (20%), dos resultados de operações financeiras (59%) e das comissões líquidas (16%) sendo estas as três grandezas com maior peso no produto bancário.

⁵ Numa perspectiva mais rigorosa, aos activos deverão ser deduzidos os montantes referentes aos intangíveis para que sejam comparáveis aos fundos próprios de base, que desde a introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, passaram a ser incluídos como elementos negativos na computação dos fundos próprios de base.

⁶ Este valor mínimo ainda não é extensivo a todos os bancos a operarem na Suíça. Actualmente não existe um benchmark definido para este indicador e diferenças nos princípios contabilísticos e na fórmula de cálculo podem de alguma forma dificultar a comparação entre países. (Katia D'Hulster: Crisis response – Public Policy for the private sector).

⁷ Aqueles que não apresentam fraquezas operacionais de supervisão, e gestão, e cujo sistema de supervisão os atribui a pontuação alta.

Gráfico 12: **Variação homóloga dos resultados e da margem financeira**



Uma análise da evolução homóloga dos resultados revela que durante o ano houve uma evolução nas taxas de crescimento dos resultados do exercício, comparativamente ao período homólogo de 2014 em que registou um ligeiro abrandamento, embora em finais de 2015 a taxa (11,6%) tenha sido inferior a registada em finais de 2014 (25%) (Gráfico 12). Este abrandamento está associado em parte a forma como a margem financeira evoluiu em comparação com 2014.

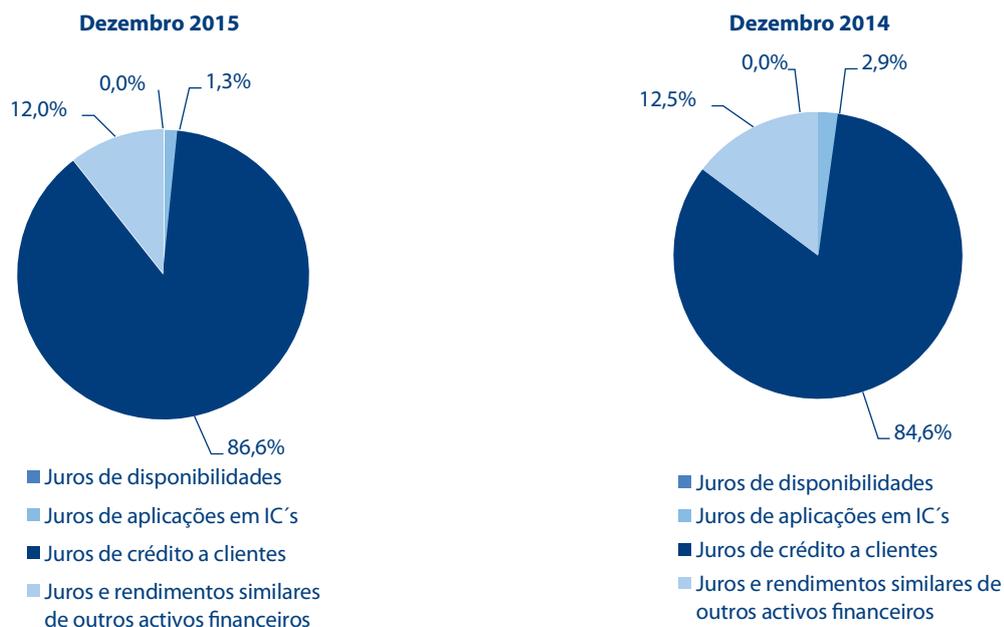
A variação homóloga da margem financeira⁸ mostra uma redução das taxas de crescimento em 2015 em relação a 2014. Em comparação com Dezembro de 2014 a margem financeira cresceu 3.501.122 milhares de Meticais, equivalentes a 20%, quando durante o período de 2014 cresceu em 22,4%. Este desempenho é sempre influenciado pela evolução dos juros e proveitos similares provenientes do crédito à clientes, que por seu turno reflectem a expansão da carteira de crédito e a evolução das taxas de operações activas e passivas, e bem como, pela evolução dos juros provenientes de títulos.

A taxa de juro média anual de operações activas dos bancos comerciais com o público fixou-se em 18,14% em finais de 2015, face aos 20,75% registados no igual período do ano anterior, enquanto em relação às operações passivas, a taxa de juro média anual esteve nos 8,19% comparativamente aos 9,14% registados em finais de 2014. Como consequência, o diferencial entre as taxas de juro de operações activas e passivas passou de 11,11 pontos percentuais em finais de 2014 para 9,95 pontos percentuais em Dezembro de 2015. Esta redução a nível do diferencial, associada à importância dos activos geradores de juros no balanço agregado do sistema, contribuiu para a regressão na taxa de crescimento da margem financeira e no seu peso na estrutura dos proveitos bancários. Refira-se que a margem financeira concorreu com 54,0% para a formação do produto bancário de 2015, comparativamente aos 57,2% em finais de 2014.

⁸ É o produto da intermediação financeira e compreende os juros e rendimentos similares deduzidos dos juros e encargos similares.

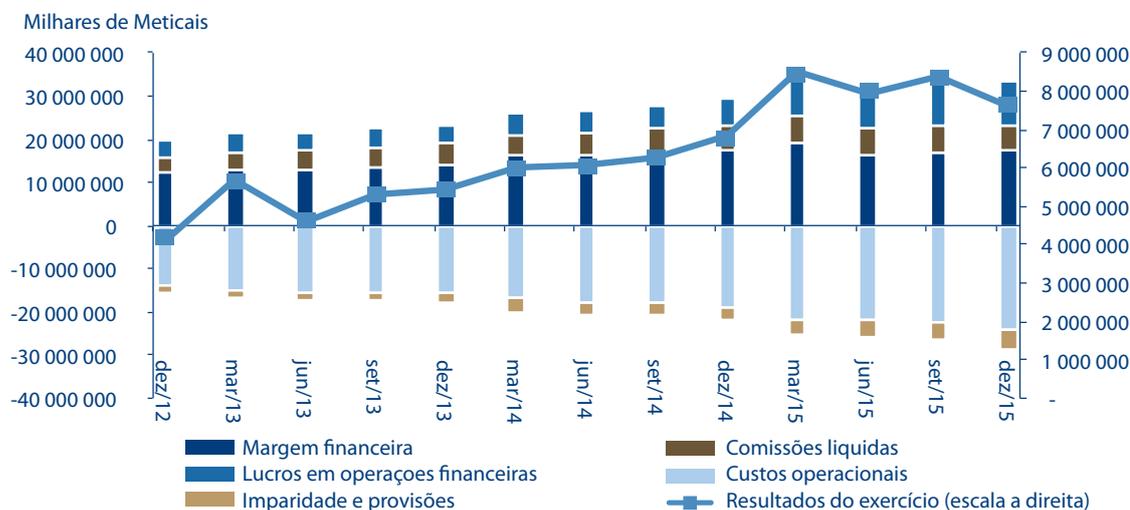
A estrutura dos juros e proveitos equiparados indica que os activos de maior risco na estrutura do balanço continuam a apresentar maior contributo naquela estrutura, tendo o seu peso registado um acréscimo face 2014. O crédito a clientes é o activo produtivo com maior peso no activo, e consequentemente o que mais contribuiu na formação dos juros, com cerca de 86,6% (Gráfico 13).

Gráfico 13: **Estrutura dos juros e proveitos equiparados**



Os juros e rendimentos de outros activos financeiros reduziram de forma marginal o seu peso na estrutura dos juros (0,5 pontos percentuais), contudo, continuam como a segunda maior grandeza nesta estrutura. Em finais de 2015 se fixaram em 4.081.695 milhares de Meticais, um acréscimo na ordem de 22% em relação ao período homólogo do ano anterior, em resultado do aumento dos juros provenientes de títulos de dívida pública moçambicana disponíveis para venda e de outros emissores públicos nacionais.

Gráfico 14: **Composição da Conta de Resultados**



Os resultados líquidos do sistema provem essencialmente da margem financeira, dos resultados de operações financeiras, e das comissões líquidas, representando um peso de 54%, 26% e 16% sobre o produto bancário. (Gráfico 14).

A margem financeira que corresponde a grandeza com mais peso no produto bancário ascendeu a 20.885.465 milhares de Meticais em Dezembro último, um crescimento sustentado pela evolução da carteira de crédito e das taxas de juro.

Os resultados/lucros em operações financeiras que representam a segunda maior grandeza na formação do produto bancário concorrendo assim, significativamente, para a formação dos resultados, evoluíram em 59,4% face Dezembro de 2014, o que resultou num acréscimo do seu peso em relação ao produto bancário de 21% em Dezembro de 2014, para 26% em finais de 2015. Estes resultados compreendem maioritariamente os ganhos em diferenças cambiais que registaram um crescimento na ordem de 245,5%, equivalentes a 695.131.174 milhares de Meticais, em resultado das diferenças cambiais favoráveis obtidas tanto em divisas, como também, em notas e moeda estrangeira sobre outros itens denominados em moeda estrangeira que não sejam investimentos em entidades estrangeiras. Refira-se que os ganhos advêm na sua maioria das divisas.

Os ganhos em derivados de cobertura, precisamente em operações *swaps* tiveram o seu contributo na evolução das operações financeiras, com o crescimento em 2.618.242 milhares de Meticais. A depreciação do Metical face as moedas estrangeiras mais transacionadas teve o seu contributo neste aumento, permitindo as instituições realizarem ganhos cambiais decorrentes da reavaliação dessas moedas. Refira-se que as médias anuais dos câmbios das duas moedas mais transacionadas estiveram em 38,28 para o dólar e 2,99 para o rand em 2015, quando em 2014 estiveram em 30,69 e 2,83 para o dólar e o rand respectivamente.

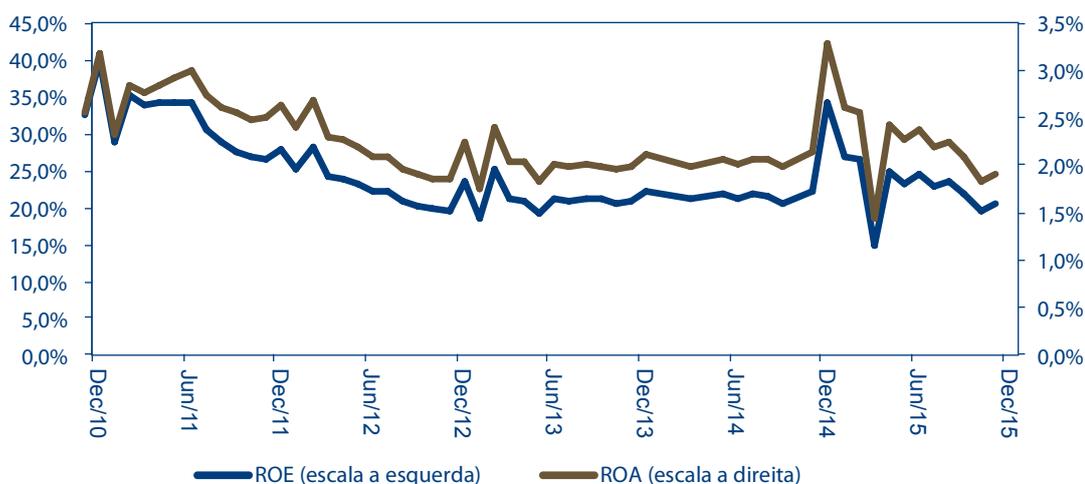
As comissões líquidas situaram-se em 6.009.875 milhares de Meticais, um incremento na ordem de 8,0% face aos 5.562.600 milhares de Meticais registados em Dezembro de 2014 o que influiu significativamente no peso das mesmas sobre o produto bancário, tendo passado a representar 15,5% contra 18,3% registados em Dezembro de 2014.

Aquele aumento resultou essencialmente do incremento de comissões por serviços prestados como sejam, a gestão de cartões, comissões por garantias prestadas (créditos documentários abertos) e ainda, de outras comissões. O peso das comissões líquidas sobre o produto bancário tem vindo a reduzir nos últimos anos, apesar da evolução verificada ao longo do tempo.

O desempenho das taxas de crescimento dos resultados reflectiu-se nos indicadores de rentabilidade, revertendo assim a tendência ascendente verificada no ano anterior. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) regrediu de 22,2% em Dezembro de 2014, para 20,4% em Dezembro de 2015. No mesmo período, a Rentabilidade do Activo Médio (ROA) regrediu de 2,1% para 1,9%. Refira-se que durante o período as cifras mais elevadas do ROE foram registadas em Janeiro, ao atingir 34,0% e do ROA também em Janeiro 3,3% (Gráfico 15).

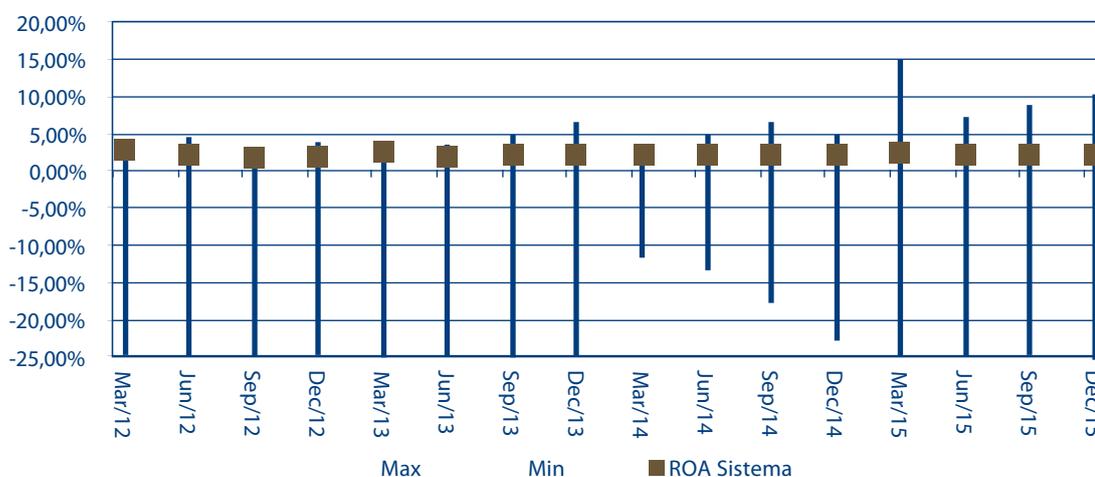
A redução destes dois rácios reflecte em parte o desempenho da margem financeira que pesa significativamente nos resultados das instituições. Embora se tenha verificado um aumento significativo nos capitais próprios por parte de algumas instituições, bem como, dos Activos totais, a taxa de crescimento dos resultados não foi na proporção suficiente para manter as taxas de crescimento dos indicadores ROE e ROA. Refira-se contudo, que estas cifras se situaram acima da média de alguns países da região⁹.

Gráfico 15 : **Rendibilidade**



A dispersão do nível do ROA no sistema continua relativamente elevada, sendo que muitas instituições, nenhuma delas com relevância sistémica, apresentaram indicadores negativos. Contudo, nota-se melhorias em instituições cujo ROA esteve afastado da média da indústria. O número de instituições com ROA acima da média do sistema cresceu de cinco em Dezembro de 2014 para sete em Dezembro de 2015. Das sete instituições, três são de importância sistémica. (Gráfico 16).

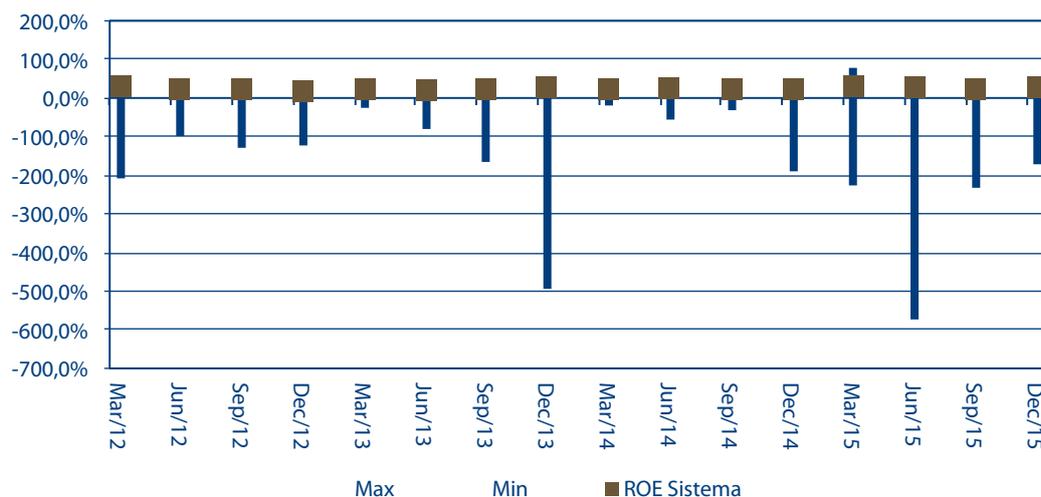
Gráfico 16: **Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)**



⁹ Em 2015, na África do Sul o ROE fixou-se em 17,09% e ROA 1,21%, em Botswana/14 o ROE situou-se nos 19,10% e ROA 2,3%, na Nigéria o ROE fixou-se em 20,03%, e em Angola em finais de 2015 o ROE e ROA situaram-se em 12,9% e 1,7%, respectivamente.

Em relação ao ROE, verifica-se igualmente que o grau de dispersão entre as instituições continuou alto, e seis instituições registaram indicadores acima da média da indústria contra duas em igual período do ano anterior. De igual modo, daquelas seis instituições, três apresentam relevância sistêmica. Das instituições com ROE abaixo da média, doze apresentaram ROE's negativos. (Gráfico 17)

Gráfico 17: **Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)**

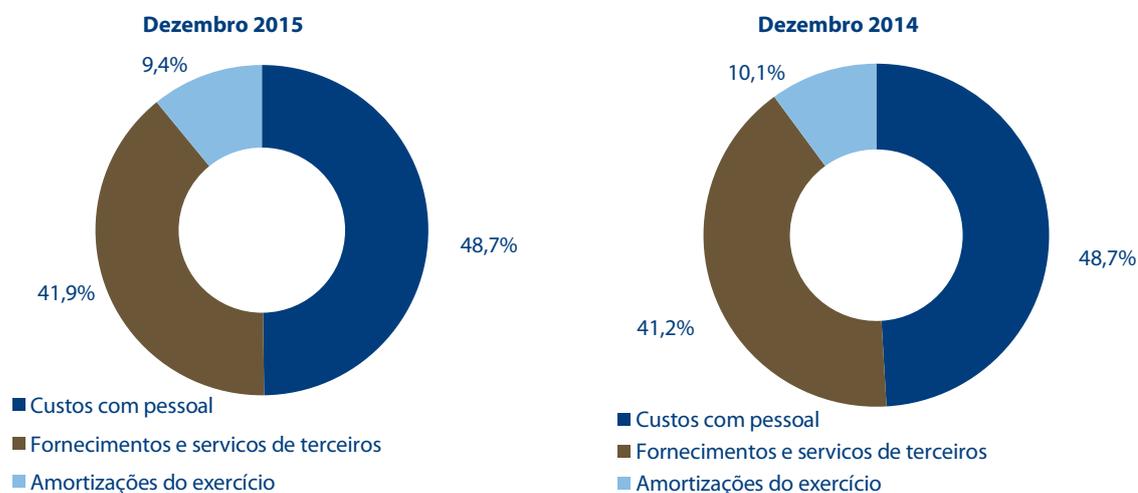


Em 2015, os custos operacionais totalizaram 23.946.839 milhares de Meticais, o que equivale a um aumento de 28% face a Dezembro de 2014, muito acima dos 18,36% registados no ano anterior. Os custos com pessoal continuam a ser a maior componente na estrutura dos custos operacionais, mantendo um peso de 48,7% o mesmo registado em Dezembro de 2014, seguidos pelos custos com fornecimentos e serviços de terceiros com 41,9% (41,2% em Dez/2014) e por fim pelas amortizações do exercício com 9,4% (10,1% em Dez/2014).

A evolução das despesas com o pessoal em 27,5% e dos fornecimentos e serviços de terceiros em 29,8% foram determinantes para o crescimento dos custos operacionais. Este crescimento das despesas com pessoal é resultado dos aumentos registados na remuneração mensal dos empregados bem como no aumento de pessoal, subsídios e outras remunerações, e outros custos com o pessoal impulsionado principalmente pela abertura de novas agências por parte de algumas instituições. Refira-se que em finais de 2015 o sistema empregava cerca de 11.004 colaboradores, um aumento de 780 comparativamente a finais de 2014.

Os fornecimentos e serviços de terceiros compreendem na sua maioria rendas de casa, comunicações e despesas de expedição, conservação e reparação de activos tangíveis e outros serviços especializados para além de avenças e honorários, bem como judiciais. (Gráfico 18).

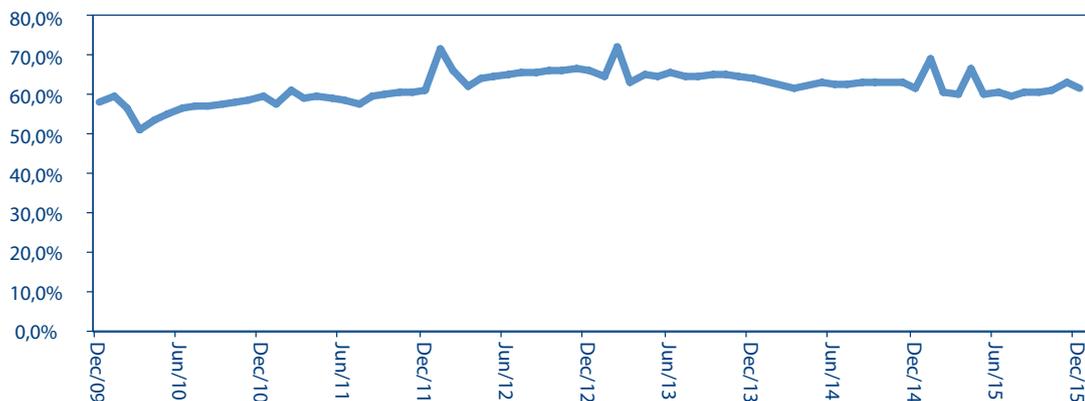
Gráfico 18: **Estrutura dos Custos Operacionais**



Em 2015, a trajetória do rácio custos operacionais-produto bancário (*cost-to-income*) manteve-se relativamente estável, continuando a abrandar, tendo evoluído a taxas inferiores àquelas observadas em 2014. Apesar de ter atingido o seu pico em Janeiro de 2015 ao ascender os 69.0%, nos meses que se seguiram registaram-se cifras na ordem de 60,5% o que revela uma melhoria na eficiência em relação a 2014. Em Dezembro de 2015, o rácio médio de eficiência do sistema bancário foi de 61,9%. (Gráfico 19).

A distribuição do rácio *cost-to-income* pelas instituições de crédito revela que muitos bancos, incluindo dois bancos com representatividade sistémica, microbancos e cooperativas de crédito continuam a apresentar cifras superiores a média do sistema bancário, e poucos bancos (três de relevância sistémica) apresentam rácio inferior a média do sistema. Muitos dos casos em que as cifras são superiores a média do sistema, tem sido o reflexo dos elevados custos com pessoal influenciado pela expansão da actividade que inclui a abertura de novos balcões, novas contratações e aquisições de equipamentos que vão aumentando os custos com amortizações e ainda, dos custos com prestação de serviços diversos. Contudo, nos grandes bancos embora ainda se assista a expansão da rede, o produto bancário é robusto o que faz com que este rácio não seja tão elevado.

Gráfico 19: **Rácio de Eficiência (*cost-to-income ratio*)**



4. Mercado de valores Mobiliários

O Banco de Moçambique, como entidade supervisora do Mercado de Valores Mobiliários (MVM) efectuou durante o ano de 2015, entre várias actividades, o acompanhamento da evolução do mercado, o registo das ofertas à subscrição pública e ofertas públicas de venda de valores mobiliários, tendo em vista a protecção dos investidores, a implementação das regras e procedimentos estabelecidos na legislação em vigor.

Em 2015 ocorreram no mercado primário, emissões da dívida pública e privada no valor de 14.864.051 milhares de Meticais, dos quais 98,05% dos valores mobiliários emitidos correspondiam ao valor da dívida pública.

Entretanto, a emissão da dívida pública registou um aumento na ordem dos 224,55%, comparativamente ao ano anterior, destacando-se significativamente em relação à dívida dos privados que aumentou 148,96%.

O Quadro abaixo mostra as transacções ocorridas no mercado secundário nos dois últimos anos. O segmento da dívida pública atingiu em termos de peso relativo na capitalização bolsista global, cerca de 63,85% do valor transacionado em 2015.

Quadro 4: **Transacções no Mercado de Cotações Oficiais**

Valores Mobiliários	Quantidade		Valor (em Milhões de Meticais)	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações	41.715.640	45.391.223	4.167.141,34	4.490.823
Fundos Públicos	108.244.112	-	10.407.764	-
Acções	2.241.044	1.398.150	273.446	69.217
Papel Comercial	157.000	469.250	15.700	46.925
Total	152.357.796	47.258.623	14.864.051	4.606.965

Fonte: Boletins de cotações da BVM.

Em finais de 2015 os valores mobiliários admitidos à negociação na BVM alcançaram uma capitalização bolsista global de 55.218 milhões de Meticais, representando uma variação positiva de 30,8% relativamente ao final do ano anterior, em que a mesma atingiu os 43.710 milhões de Meticais.

Relativamente às transacções ocorridas no Mercado fora da bolsa, foram alienadas acções no valor de 22.8 mil milhões de Meticais.

O Banco de Moçambique como membro do CISNA (*Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities*) continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível deste Comité, tendo em vista a harmonização das práticas nos mercados de capitais da região da SADC. Realizaram-se a 34ª e 35ª reunião, em Lilongwe (Malawi) e em Maputo, respectivamente, tendo na reunião de Maputo sido aprovado o Plano Estratégico do CISNA 2016-2020 e discutido o plano de acção para a

implementação deste, em particular a indicação dos projectos de harmonização a concluir durante o período, com destaque para o projecto modelo para a harmonização da regulamentação sobre fundos de investimento. A reunião de Maputo serviu igualmente para à eleição do Presidente e Vice-Presidente por um período de dois anos.

5. Supervisão Comportamental

O Banco de Moçambique, acompanhando o movimento mundial de reforço da supervisão bancária, protecção e empoderamento dos consumidores financeiros bem como da promoção da inclusão financeira e reconhecendo ainda a existência de importantes assimetrias de informação entre os consumidores e as entidades prestadoras de serviços e produtos financeiros, bem como o elevado grau de importância dos serviços financeiros na economia global, criou, em Junho de 2014, o Departamento de Supervisão Comportamental (DSC).

O Departamento de Supervisão Comportamental tem como escopo a fiscalização da conduta das instituições de crédito e sociedades financeiras na sua relação com a clientela de modo a promover práticas comerciais responsáveis e a minimização de riscos reputacionais, legais (*compliance*) e operacionais, a protecção dos consumidores dos serviços e produtos financeiros das ICSF e o empoderamento destes através de acções de educação financeira. É um departamento que actua, em suma, tanto do lado da oferta (prestadores de serviços financeiros) como no da procura (consumidores dos produtos e serviços financeiros).

O Departamento de Supervisão Comportamental está estruturado em duas subunidades designadas Divisão de Educação Financeira, abreviadamente, DIEF, e Divisão de Análise Comportamental, abreviadamente, DIAC.

Através da Divisão de Educação Financeira, o DSC tem competências para realizar acções de:

- Educação financeira aos consumidores financeiros, o que já vem acontecendo através da implementação do Programa de Educação Financeira do Banco de Moçambique, lançado publicamente em Outubro de 2014, que se consubstancia na divulgação de informação financeira usando várias estratégias comunicacionais, como a TVM, a rádio, palestras, folhetos, feiras versando sobre vários temas de interesse da população bancarizada e não bancarizada;
- Formação de formadores em educação financeira, traduzida na capacitação de profissionais da área de comunicação social para a produção de conteúdos educativos ficcionais sobre matéria financeira, em forma de rádio-novela, televisão e banda desenhada, por forma a aumentar o conhecimento e a utilização desses serviços no país tendo como público-alvo a população rural não bancarizada;

- Atendimento de pedidos de informação dos consumidores financeiros, com especial destaque para os relacionados com a Central de Registos de Crédito e Cadastro de Emitentes de Cheques sem Provisão;
- Promoção de acções tendentes à inclusão financeira.

Através da Divisão de Análise Comportamental, o DSC tem competências para conduzir actividades de supervisão, traduzidas em:

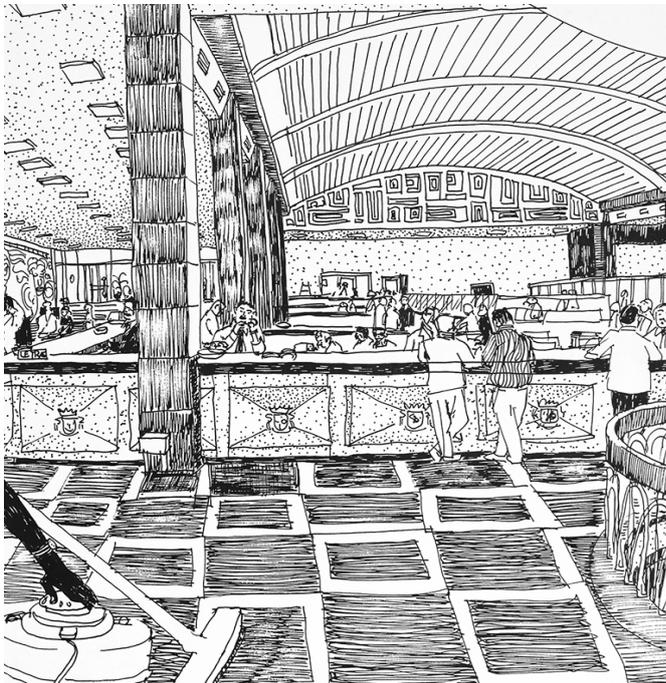
- Atendimento de reclamações de clientes das ICSF's, verificando se estão em compliance com as directrizes do Banco Central, na sua relação com os clientes e mitigando conflitos que eventualmente existam entre as partes;
- Monitoria de relatórios sobre o tratamento de reclamações nas ICSF's, actividade que também se encontra em curso;
- Fiscalização de publicidade sobre produtos e serviços das instituições de crédito e sociedades financeiras nos respectivos sites da internet.
- Realização de inspecções às ICSF's, quer ordinárias quer do tipo "Cliente-Mistério".

Artista
Dana Michahelles

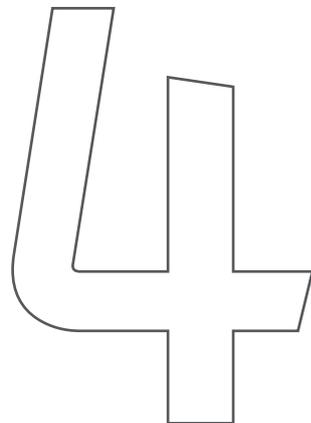


tinta de china sobre papel
69 x 69 cm
1968

SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS



tinta de china sobre papel
69 x56 cm
1964





1. Enquadramento

O ano de 2015 foi marcado pelo facto de Moçambique ter acolhido o VII Encontro Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira (*Global Policy Forum*), que teve lugar em Maputo, entre 1 e 4 de Setembro de 2015, sob o lema “Promovendo a Inclusão Financeira Inspirada na Inovação”. Este fórum foi co-organizado pelo BM e a *Alliance for Financial Inclusion* (AFI) e teve como objectivo geral apresentar as mais recentes inovações na área tecnológica, desenho de produtos, serviços e modelos de negócio que contribuem para expandir a inclusão financeira a nível global e aprofundar o seu alcance para a população que não têm acesso aos serviços financeiros, em especial a que se encontra nas zonas rurais, as mulheres e as comunidades marginalizadas.

De acordo com a Lei n.º 2/2008, de 27 de Fevereiro, Lei que estabelece o Sistema Nacional de Pagamentos (SNP), compete ao BM regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento do sistema de pagamentos em Moçambique, incluindo a garantia dos objectivos de interesse público que passam pela segurança, fiabilidade, transparência e eficiência do sistema, bem como a manutenção da estabilidade financeira, confiança na moeda, eficiência da actividade económica e segurança na execução da política monetária.

Em 2015, o BM deu continuidade ao cumprimento das suas atribuições na área de sistemas de pagamentos, incluindo a promoção da inclusão financeira, tendo procurado assegurar a melhoria dos indicadores de inclusão financeira no país. É neste contexto que o BM realizou em Julho de 2015 a Consulta Pública da proposta de Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, que contou com a participação de diversos actores do sector financeiro e outros dos sectores público e privado que concorrem para a melhoria dos níveis de inclusão financeira.

Em termos de reforço regulamentar, destaca-se a elaboração e aprovação dos seguintes normativos:

- Aviso n.º 1/GBM/2015, de 22 de Abril, que define as regras e critérios para abertura e encerramento de agências de bancos, estabelecendo regras, condições e critérios, incluindo o de proporcionalidade geográfica, para abertura de agências de bancos, bem assim os locais elegíveis para o efeito;
- Aviso n.º 2/GBM/2015, de 13 de Março, estabelece os termos e as condições de ligação dos sistemas internos de gestão de operações das instituições de crédito e sociedades financeiras à rede única nacional, tendo atribuído a função de operador da rede à Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), uma sociedade vocacionada, entre outras actividades, à instalação, montagem e gestão da rede de sistemas de pagamento electrónicos, com a missão de contribuir para a massificação da utilização dos meios de pagamento electrónico no país;
- Aviso n.º 3/GBM/2015, de 4 de Maio, sobre o regime de acesso e exercício de actividade de agentes bancários, estabelecendo os termos e as condições em que os bancos e microbancos podem estender a sua actividade através da contratação de agentes

bancários. Ao abrigo deste normativo, os bancos e microbancos podem contratar, para exercer a actividade de agente bancário, pessoas singulares e colectivas, públicas ou privadas, que estejam devidamente autorizadas a exercer a sua actividade principal.

- Aviso n.º 6/GBM/2015, de 13 de Julho, que estabelece a protecção de fundos resultantes da emissão de moeda electrónica, isto é, estabelece as medidas através das quais as instituições de moeda electrónica devem assegurar a protecção de fundos recebidos dos clientes em troca de moeda electrónica;
- Aviso n.º 11/GBM/2015, de 7 de Dezembro, que estabelece limites para pagamentos ao exterior com recurso ao cartão bancário internacional, introduzido com vista a harmonizar os procedimentos do sistema bancário no âmbito dos pagamentos ao exterior com recurso a cartão bancário internacional.

Ainda com vista a assegurar um adequado funcionamento do SNP, tiveram lugar em Junho e em Dezembro de 2015, duas reuniões ordinárias do Comité de Coordenação do Sistema Nacional de Pagamentos (CCSNP), órgão de consulta do Governador do BM em matéria do SNP.

É neste contexto que o presente capítulo do Relatório apresenta as principais realizações e o comportamento dos diferentes subsistemas que compõem o sistema de pagamentos moçambicano, nomeadamente: Compensação electrónica, Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado e o MTR. Serão ainda apresentadas as principais realizações e os desenvolvimentos ocorridos nas diferentes redes de pagamento ainda existentes no país e na banca electrónica no geral.

2. Subsistema de Compensação e Liquidação Interbancária

O subsistema da CEL funcionou de forma estável em 2015, tendo sido processados 3.320 mil documentos, correspondentes ao valor de 597.905 milhões de meticais (Quadro 1), representando um incremento de 6,2% em termos de quantidade e 5,3% em relação ao valor face a 2014. O crescimento registado na quantidade de documentos compensados foi influenciado pelo aumento da quantidade de TEI em 32,6% perante uma redução na quantidade de cheques compensados em 4,7%. Registou-se igualmente um incremento em termos de valor, resultante do aumento nas TEI em 13,9% perante um aumento dos cheques em apenas 0,8%.

Quadro 1: **Documentos compensados na CEL (valores em 10⁶ de MT, Quantidade em 10³)**

	2014		2015		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	2.209	371.389,8	2.106	374.338,4	-4,7	0,8
TEI	916	196.243,3	1.214	223.566,5	32,6	13,9
Total	3.125	567.633,1	3.320	597.905,0	6,2	5,3

Fonte: BM

O contínuo aumento na quantidade das TEI e a redução na de cheques denota a progressiva substituição dos cheques por instrumentos de pagamento electrónicos, resultante da modernização do SNP e da promoção do uso de diversos instrumentos de pagamento electrónicos.

A média diária dos documentos compensados na CEL em 2015 é ilustrada no Quadro 2, onde se denota que foram trocados neste subsistema cerca de 12,7 mil documentos por dia, correspondendo a um valor médio diário de 2.290,8 milhões de meticais, representando um incremento de 6,6% e 5,7%, respectivamente, relativamente a 2014.

Quadro 2: **Médias diárias compensadas na CEL (valores em 10⁶ de MT, quantidades em 10³)**

	2014		2015		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	8,4	1.417,5	8,1	1.434,2	- 4,3	1,2
TEI	3,5	749,0	4,7	856,6	33,1	14,4
Total	11,9	2.166,5	12,7	2.290,8	6,6	5,7

Fonte: BM

Em termos de concentração dos instrumentos processados na CEL, o Quadro 3 indica que no período em referência houve uma redução substancial do peso da quantidade de cheques, em cerca de 7,3pp, quando comparado com 2014. A mesma tendência observou-se relativamente ao peso do valor, que reduziu em 2,8pp face a 2014. Apesar deste comportamento, nota-se que, tanto em termos de valor como em termos de quantidade os cheques continuam a dominar o mercado, ao deter cerca de 62,6% e 63,4%, da quantidade e do valor total das transacções, respectivamente.

Quadro 3: **Rácios de concentração na CEL (%)**

	2014		2015	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cheques	70,7	65,4	63,4	62,6
TEI	29,3	34,6	36,6	37,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BM

Foram devolvidos na CEL um total de 47.788 documentos em 2015, correspondendo a uma diminuição de cerca de 1,6% de ocorrências registadas no CECSP¹ face às devoluções registadas em 2014. Pese embora o número de documentos devolvidos na CEL tenham reduzido, o número de ocorrências registadas no CECSP aumentou em 13,9% para 13.724, significando que, embora se tenha registado uma redução na quantidade dos cheques devolvidos na CEL, houve mais registos de ocorrências na base de dados do CECSP em relação ao período de 2014.

¹ O CECSP visa promover a confiança, o prestígio, dignidade e fiabilidade do cheque como instrumento de pagamento.

O Quadro 4 mostra que em 2015 os principais motivos de devolução de documentos sujeitos a compensação foram:

- Falta ou insuficiência de provisão, com 29.624 cheques devolvidos, correspondente a um aumento em cerca de 5,9% face aos documentos devolvidos em 2014;
- Divergência ou insuficiência na assinatura do emitente, com 5.271 documentos devolvidos, correspondendo a uma redução de 8,1%;
- Compensação indevida, com 2.778 documentos devolvidos correspondendo a uma redução de cerca de 38,3%. Com a implementação do Regulamento do Subsistema da CEL, aprovado pelo Aviso n.º17/GBM/2013, de 31 de Dezembro, prevê-se uma contínua redução da quantidade de documentos devolvidos por este motivo uma vez que o mesmo foi desdobrado para facilitar a sua classificação e, desta forma, evitar ambiguidade do ponto de vista de interpretação;
- Outros motivos, com 10.115 documentos devolvidos correspondendo a uma redução de 58,1%. Entre os outros motivos constam a ordem escrita do emitente devidamente fundamentada, congelamento da conta, a falta da entrega do cheque, entre outros.

Quadro 4: **Estrutura das devoluções na CEL por motivos**

Motivos de devolução	2014		2015		Var. (%)
	Quantidade	Peso (%)	Quantidade	Peso (%)	
Falta ou insuficiência de provisão	27.968	57,6	29.624	62	5,9
Divergência e/ou Insuficiência na assinatura do emitente	5.735	11,8	5.271	11	-8,1
Compensação indevida	4.501	9,3	2.778	6	- 38,3
Outros Motivos	10.376	21,4	10.115	21	- 58,1
Total	48.580	100,0	47.788	100	- 1,6

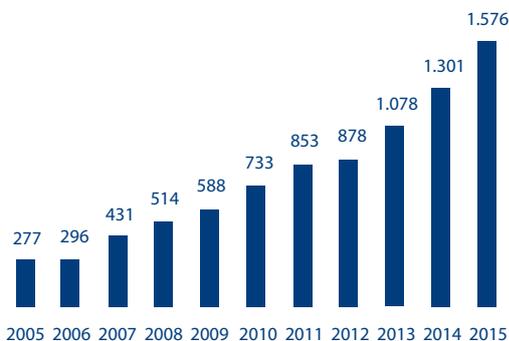
Fonte: BM

3. Banca Electrónica

3.1. Transacções Electrónicas de Retalho

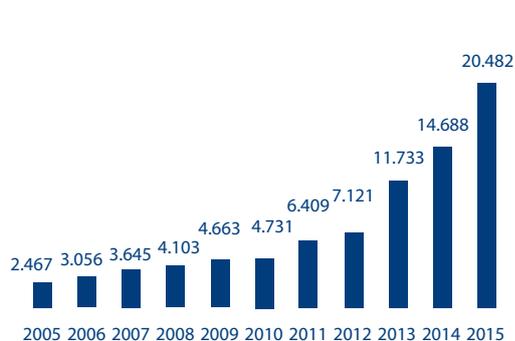
Até Dezembro de 2015, a quantidade de terminais de pagamento instalada pelo país totalizava 1.576 Caixas Automáticas (ATM) e 20.482 Terminais de Pagamento Automático (POS), o que, comparado com Dezembro de 2014, representa um crescimento de 21,1% e 39,5% respectivamente.

Gráfico 1: Caixas de Pagamento Automático



Fontes: BM

Gráfico 2: Terminais de Pagamento Automático

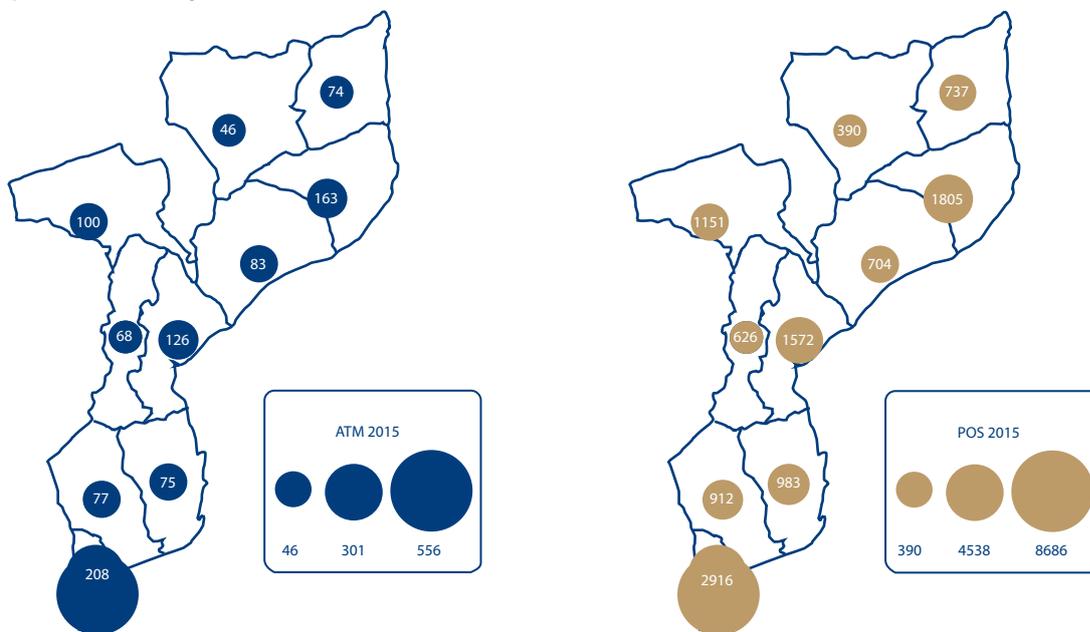


Fontes: BM

Em termos de distribuição territorial dos terminais (Figura 1), a semelhança dos anos passados, em Dezembro de 2015, a cidade de Maputo concentrou a maior quantidade de ATM e POS, com cerca de 35,3% e 42,4%, respectivamente, seguindo-se as províncias de Maputo, com 13,2% e 14,2%, de Nampula, com 10,3% e 8,8%, e Sofala com 8,0% e 7,7%, respectivamente. No extremo oposto encontra-se a província de Niassa, com apenas 2,9% dos ATM e 1,9% dos POS existentes no mercado nacional.

Em termos dinâmicos, observou-se maior aumento de terminais ATM nas províncias de Cabo Delgado (37,0%), Niassa (31,4%), Cidade de Maputo (29,6%) e Manica (26,1%). No que se refere aos POS, registou-se maior expansão nas províncias de Cabo Delgado (124,0%), Niassa (94,0) e Manica (79,9%).

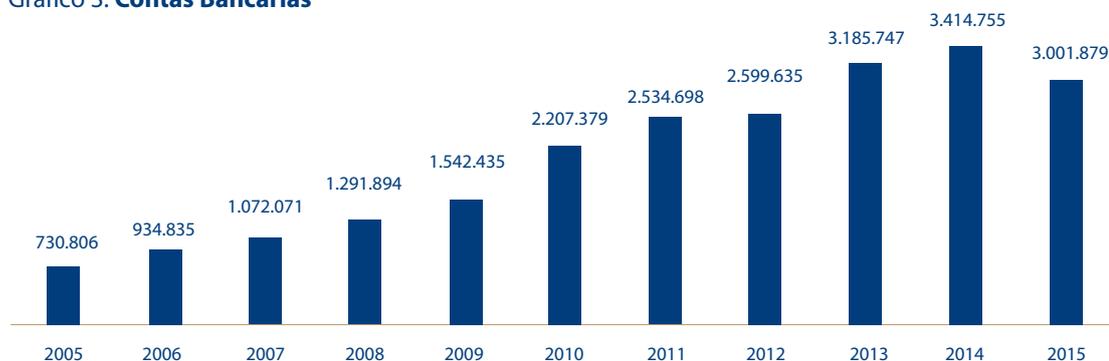
Figura 1: Distribuição de ATM e POS por províncias



Fonte: BM

O Gráfico 3 mostra a evolução de cartões em circulação em Moçambique. Como se pode constatar, a quantidade de cartões em circulação no país totalizava, em Dezembro de 2015, cerca de 3.001,9 mil, o que corresponde a uma redução de 12,1% face a Dezembro de 2014. Quanto a composição, do total dos cartões em circulação no país, cerca de 94,8% eram de débito, 4,5% de crédito e 0,7% cartões pré-pagos.

Gráfico 3: **Contas Bancárias**



Fontes: BM

3.2. Serviços Financeiros Móveis

Durante o ano de 2015, observou-se uma expansão na rede de distribuição dos Serviços Financeiros Móveis (SFM) no país, com destaque para a expansão do número de agentes das Instituições de Moeda Electrónica (IME), em 91,8% para 17.855 contra 9.309 agentes no período homólogo de 2014 (Quadro 5). Contribuiu para a variação positiva observada, o incremento do número de agentes verificado na zona Sul em 76,5% que passou a contar, no final do ano de 2015, com 11.766 agentes. Em termos de nível de concentração de agentes por região do país, a zona Sul, embora com a maior concentração (65,9% do total de agentes existentes no país), reduziu em 5,7pp comparativamente a 2014, tendo as zonas Centro e Norte incrementado em 5,17pp e 0,54pp, para 21,3% e 12,8%, respectivamente.

Quadro 5: **Agentes por regiões e por províncias**

	Agentes		Peso (%)		Variação Anual
	2014	2015	2014	2015	
ZONA SUL	6.665,0	11.766	71,6	65,9	76,5
Maputo Cidade	3.572,0	5.752	38,4	32,2	61,0
Maputo Província	2.154,0	3.922	23,1	22,0	82,1
Gaza	391,0	648	4,2	3,6	65,7
Inhambane	548,0	1.444	5,9	8,1	163,5
ZONA CENTRO	1.502,0	3.797	16,1	21,3	152,8
Sofala	773,0	1.547	8,3	8,7	100,1
Manica	337,0	718	3,6	4,0	113,1
Tete	274,0	690	2,9	3,9	151,8
Zambézia	118,0	842	1,3	4,7	613,6
ZONA NORTE	1.142,0	2.292	12,3	12,8	100,7
Nampula	886,0	1.771	9,5	9,9	99,9
Niassa	66,0	211	0,7	1,2	219,7
Cabo Delgado	190,0	310	2,0	1,7	63,2
TOTAL DO PAÍS	9.309,0	17.855	100,0	100,0	91,8

Fonte: BM

Ainda durante o ano de 2015, as transacções realizadas pelas IME aumentaram significativamente quando comparadas com 2014. Com efeito, a quantidade de transacções totalizou 21.393.763 em 2015 contra 5.114.502 em 2014.

Grande parte da quantidade de transacções realizadas corresponde a operações de pagamentos com 42,4%, seguida de operações de compra de moeda electrónica com 31,1% do total das transacções dos serviços financeiros móveis, a mesma tendência observada em 2014 onde as operações de pagamento ocuparam 46,3% do total (Quadro 6).

Esta tendência ilustra a melhoria na aceitação e percepção, pelo público, sobre o papel que os SFM possuem, não apenas como guarda de valores junto dos agentes como também para a realização de pagamentos de bens e serviços de forma cómoda, segura e eficiente.

Quadro 6: **Transacções dos serviços de moeda electrónica**

	Quantidade		Peso	
	2014	2015	2014	2015
Operações de compra de moeda electrónica em numerário (Cash in)	2.050.065	6.645.630	40,1	31,1
Levantamentos (Cash out)	371.600	3.933.439	7,3	18,4
Transferências	323.854	1.741.615	6,3	8,1
Pagamentos	2.368.983	9.073.079	46,3	42,4
TOTAL	5.114.502	21.393.763	100,0	100,0

Fonte: *BM*

3.3. Contas Bancárias e das Instituições de Moeda Electrónica

A quantidade de contas bancárias situou-se em 4.405.157 no final de 2015, das quais 4.251.084 em moeda nacional e 154.073 em moeda estrangeira, representando um incremento anual de 23%.

Incluindo as contas abertas junto das instituições de moeda electrónica, que totalizaram 4.059.612 em Dezembro de 2015, contra 3.197.507 no período homólogo, a quantidade total de contas (abertas em instituições bancárias e em instituições de moeda electrónica) incrementa para 8.464.769, um acréscimo de 25% em relação às existentes em 2014.

Table 7: **Bank and E-money Institutions Accounts**

	Accounts		Weight (%)		Var. (%)	Pop. with account ^b (%)
	2014	2015	2014	2015		
Banking Institutions	3.569.450	4.405.157	100	100	23	31
National Currency	3.439.205	4.251.084	96	97	24	30
Foreign Currency	130.245	154.073	4	3	18	1
E-money institutions ^a	3.197.507	4.059.612			27	29
Total	6.766.957	8.464.769			25	60

Source: *BM*

a Utilizou-se como proxy do número de contas das IME o número de clientes das IME

b Utilizou-se dados projectados pelo INE para população com mais de 16 anos em 2015 (14.178.462).

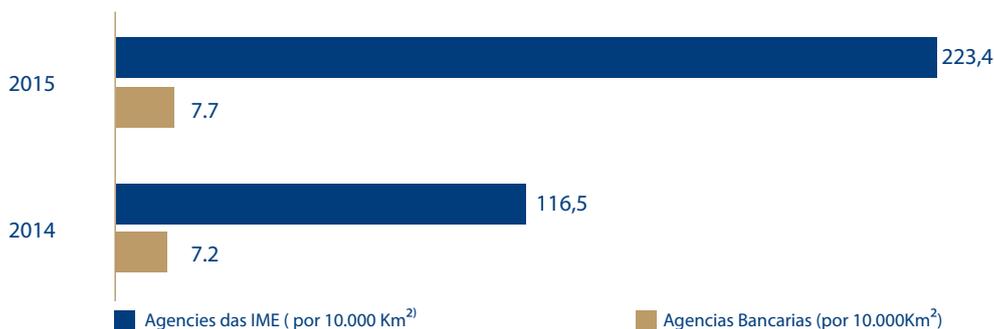
O nível de bancarização da economia (contas bancárias em percentagem da população adulta), situou-se em 31% em 2015, tendo incrementado 5 pontos percentuais face a 2014. No entanto, calculando a proporção da população adulta financeiramente incluída (isto é, incluindo, para além das contas bancárias, as contas das IME) observa-se que esta se situou em 60%.

4. Indicadores de Inclusão Financeira

4.1. Acesso Geográfico

Em 2015 os indicadores de inclusão financeira continuaram a registar melhorias reflectindo, em boa parte, o incremento registado na distribuição dos canais físicos de acesso aos serviços e produtos financeiros, particularmente na rede de agência bancárias, agentes de IME, ATM e POS. Com efeito, em termos de acesso geográfico das agências bancárias e dos agentes das IME observou-se um incremento de 7,3% e 91,8%, respectivamente, ao passar para cerca de 8 agências bancárias e 223 agentes das IME por cada 10.000 km² a nível nacional em 2015.

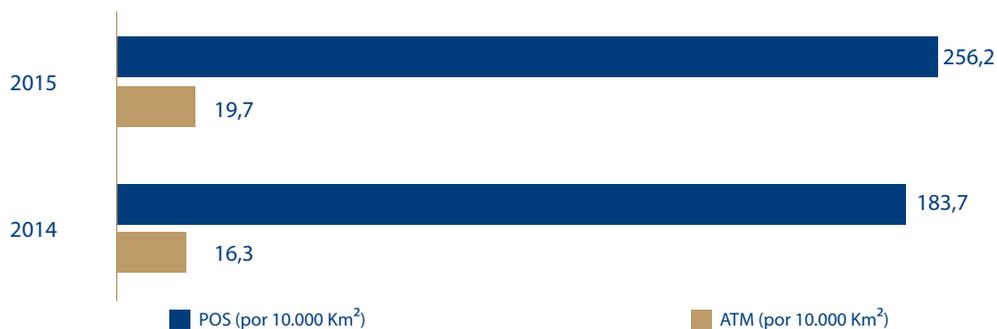
Gráfico 4: **Acesso geográfico das agências bancárias e agentes das IME**



Fontes: BM e INE

Relativamente à cobertura geográfica das ATM e POS, observou-se igualmente um aumento, com a quantidade destes canais de acesso a incrementar durante o ano em referência para cerca de 20 e 276 ATM e POS por cada 10.000 km² a nível nacional, correspondendo, a um aumento de 36,7% e 76,6%, respectivamente.

Gráfico 5: **Acesso geográfico das ATM e POS**

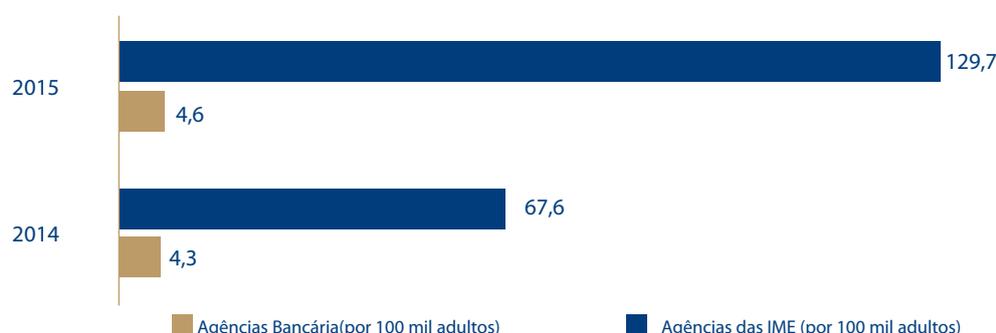


Fontes: BM e INE

4.2. Acesso Demográfico

Quanto ao acesso demográfico das agências bancárias e dos agentes das IME, à semelhança do comportamento da disponibilidade geográfica, verificou-se um aumento deste indicador de inclusão financeira, o que indicia uma melhoria do acesso pela população aos serviços e produtos financeiros. Com efeito, em 2015 o acesso demográfico expandiu para cerca de 5 agências bancárias e 130 agentes das IME por 100 mil adultos, respectivamente.

Gráfico 6: **Acesso demográfico das agências bancárias e agentes das IME**



Fontes: BM e INE

No que diz respeito ao acesso demográfico das ATM e POS, verificou-se igualmente maior disponibilidade. A quantidade destes canais incrementou para cerca de 11 ATM e 160 POS por 100 mil adultos a nível nacional.

Gráfico 7: **Acesso demográfico das ATM e POS**



Fontes: BM e INE

Como consequência, em boa parte, da expansão da rede das agências bancárias, a proporção da população adulta detentora de contas bancárias e cartões de débito e crédito cresceu no período em análise, reflectindo um crescimento das contas e cartões maior que o da população adulta. Em 2015, 31,1% da população adulta detinha pelo menos uma conta no sistema bancário nacional contra 25,1% em 2014.

Gráfico 8: **Contas bancárias e cartões bancários em proporção da população adulta**



Fontes: BM e INE

5. Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado

Ao longo de 2015, o Estado efectuou um total de 4.875 mil pagamentos através do STF. Comparando a quantidade de transferências com as de 2014, nota-se um crescimento na ordem de 1,4%. Em termos de valor, os pagamentos do Estado totalizaram 205.814,9 milhões de meticais, face aos 188.140,1 milhões de meticais registados em 2014, o que corresponde a um aumento de 9,4%.

Quadro 8: **Conta Única do Tesouro (valores em MN 10⁶, em ME 10³, quantidade em 10³)**

	2014		2015		Variation (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Moeda nacional	4.807	188.140,1	4.875	205.814,9	1,4	9,4
Moeda estrangeira	399,0	40.695,7	308,0	25.606,1	- 22,8	- 37,1
Dólar dos EUA	349,0	37.984,6	235,0	23.704,0	- 32,7	- 37,6
Euro	50,0	2.711	73,0	1.902,1	46,0	- 29,8
ZAR	1,0	32	1,0	25,7	-	- 20,2

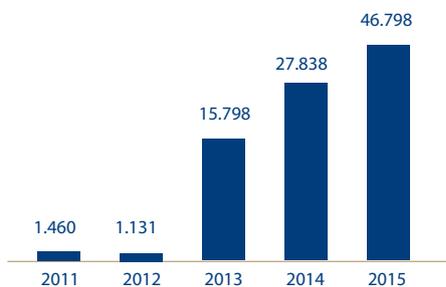
Fonte: BM

Durante o mesmo período, o Estado efectuou 308 transferências em moeda estrangeira, contra 399 registadas em 2014, representando um decréscimo em 22,8%, resultante fundamentalmente da redução observada nas transferências denominadas em dólares americanos em 32,7%. No entanto, a quantidade de transferências denominadas em Euro incrementou em 2015 em 46%.

6. Metical em Tempo Real

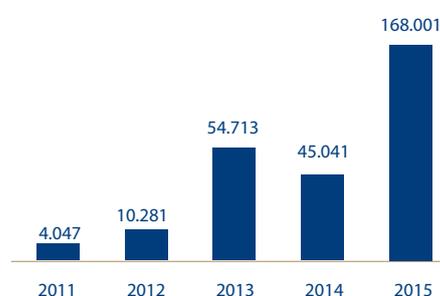
Ao longo de 2015 foram processadas no MTR 46.798 ordens de pagamento num valor total de 168.001,3 milhões de meticais. Estas cifras representam um aumento de 74% em termos de quantidade e de 273% em termos de valor, quando comparadas com 2014 (Gráfico 9 e 10).

Gráfico 9: Volume das Operações do MTR



Fontes: BM

Gráfico 10: Valor das Operações do MTR (em mil milhões de metcais)



Fontes: BM

7. Projectos em Curso no Âmbito dos Sistemas de Pagamentos

7.1. Projectos em curso de Regulamentação da Banca Electrónica

No âmbito da progressiva substituição dos instrumentos de pagamento de papel pelos electrónicos, bem como, dando continuidade as acções visando a melhoria do nível de inclusão financeira, ao longo de 2015 estiveram em análise as seguintes propostas de normativos:

- Revisão do Aviso nº 5/GBM/2009 de 10 de Junho que estabelece os serviços mínimos gratuitos que as instituições devem prestar ao público, os demais serviços financeiros que as instituições podem prestar e os requisitos que estas devem observar na designação, divulgação e cobrança das comissões decorrentes da realização das operações com o público;
- Revisão do Aviso 6/GBM/2004 de 28 de Outubro com vista a alterar pontualmente o Regulamento do Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado (STF) com o objectivo de introduzir elementos adicionais para a validação das transferências e por conseguinte aumentar a segurança no processo de tratamento das mesmas;
- Regulamento sobre o acesso e funcionamento das Empresas Prestadoras de Serviços de Pagamentos e Operadores de Serviços de Pagamentos.

7.2. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira

O ano de 2015 foi marcado pela realização de acções estruturantes em torno da inclusão financeira sendo de destacar a realização da Consulta Pública sobre a proposta da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) realizada em Julho de 2015 e que contou com a participação de diversos actores que concorrem para a melhoria dos níveis de inclusão financeira.

A Consulta Pública contou com a apresentação da visão geral da ENIF, o mapeamento geo-espacial da inclusão financeira, experiências Internacionais, plano de acções para a implementação da ENIF e realizadas sessões paralelas de debate sobre os principais obstáculos e prioridades para a melhoria do acesso e o uso pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas e população urbana e rural aos serviços bancários e de microfinanças, seguros e mercados de capitais, moeda electrónica e a educação financeira e protecção do consumidor.

7.3. Projecto de Integração do Sistema de Pagamentos a Nível da SADC

Informação reportada a Dezembro de 2015 indica que se encontravam ligados ao SIRESS (*SADC Integrated Regional Electronic Settlement System*), 73 participantes (6 bancos centrais e 67 bancos comerciais) provenientes de 9 países tendo atingido 1,6 triliões de Randes em transacções efectuadas desde a sua criação (2013).

Em 2015 foi conferida autorização aos bancos moçambicanos para darem início do processo de criação de condições para a ligação ao SIRESS uma plataforma de liquidação financeira em tempo real das transacções transfronteiriças intra-regionais da SADC.

Na sequência da referida autorização, o BM acolheu nos dias 11 a 12 de Novembro de 2015, na cidade da Matola, um *workshop* de preparação de entrada dos bancos neste sistema. Este evento tem sido levado a cabo em todos os países que manifestam interesse em aderir ao SIRESS, com vista a garantir uma participação sem sobressaltos no sistema regional de pagamentos. O mesmo foi orientado conjuntamente pelo BM, pela equipa coordenadora do Projecto de Sistemas de Pagamento da SADC e pela SADC Banking Association. O *workshop* tinha como principais objectivos a apresentação de: (i) Projecto de Integração dos Sistemas de Pagamento da SADC, (ii) infra-estrutura do SIRESS, (iii) questões legais relativas ao SIRESS, (iv) funcionamento e ponto de situação do SIRESS, (v) apresentação da plataforma SIRESSWeb e dos (vi) passos de ligação ao SIRESS.

7.4. Organização do VII Forum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira em Maputo

Entre 1 a 4 de Setembro de 2015, Maputo acolheu o VII Encontro Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira (*VII Global Policy Forum*), sob o lema "Promovendo a Inclusão Financeira Inspirada na Inovação", co-organizado pelo BM e a Aliança para a Inclusão Financeira (AFI).

O *VII Global Policy Forum* teve como objectivo geral apresentar as mais recentes inovações na área tecnológica, desenho de produtos, serviços e modelos de negócio que contribuem para expandir a inclusão financeira a nível global e aprofundar o seu alcance para a população que não têm acesso aos serviços financeiros, em especial a que se encontra nas zonas rurais, as mulheres e as comunidades marginalizadas. As discussões tiveram como foco o papel dos legisladores e reguladores na expansão dessas inovações, ao mesmo tempo que gerem os riscos inerentes.

8. Perspectivas

Tendo em conta as acções levadas a cabo em 2015 bem como as necessidades do SNP avançam-se as seguintes propostas de acções para 2016 e os próximos anos:

- a) Dar continuidade a intensificação das campanhas de educação ao público no sentido de usar os meios de pagamento alternativos ao numerário;
- b) Monitorar a evolução do sistema de pagamento e garantir a existência de regulamentos e normativos afins com vista a assegurar o bom funcionamento do SNP;
- c) Promover a introdução de novos instrumentos de pagamento de retalho;
- d) Assegurar o necessário envolvimento e colaboração para o sucesso do projecto regional de integração do sistema de pagamentos da SADC;
- e) Dar continuidade as medidas implementadas visando a bancarização da economia e melhoria dos níveis de inclusão financeira;
- f) Promover a interoperabilidade entre as diferentes plataformas de instituições financeiras.

